



VIVIANE SANTOS PEREIRA

**DESENVOLVIMENTO À ESCALA HUMANA:
UMA ANÁLISE EM SÃO TOMÉ DAS LETRAS -
MG**

**LAVRAS - MG
2011**

VIVIANE SANTOS PEREIRA

**DESENVOLVIMENTO À ESCALA HUMANA: UMA ANÁLISE EM SÃO
TOMÉ DAS LETRAS - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

Orientador

Dr. Antônio Carlos dos Santos

Coorientador

Dr. Robson Amâncio

**LAVRAS - MG
2011**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Pereira, Viviane Santos.

Desenvolvimento à escala humana : uma análise em São Tomé
das Letras - MG / Viviane Santos Pereira. – Lavras : UFLA, 2011.
203 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.

Orientador: Antônio Carlos dos Santos.

Bibliografia.

1. Paradigmas. 2. Espiritualidade. 3. Necessidades humanas. I.
Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 658.314

VIVIANE SANTOS PERIERA

**DESENVOLVIMENTO À ESCALA HUMANA: UMA ANÁLISE EM
SÃO TOMÉ DAS LETRAS - MG**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 15 de março de 2011.

Dr. Robson Amâncio	UFRRJ
Dr. José Aldo Alves Pereira	UFLA
Dr. Marcos Affonso Ortiz Gomes	ESCAS
Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle	UFLA
Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira	UFLA

Dr. Antônio Carlos dos Santos
Orientador

**LAVRAS - MG
2011**

A Yan, meu filho, pelos ensinamentos e amor. A André, meu companheiro, pelo amor e compreensão.

A Lair, meu pai; a Ângela, minha mãe e a Helton, meu irmão, pelo amor e incentivo em todos os momentos.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos Mestres Ascensos e aos seres de luz que me guiam e trazem força e alegria em todos momentos.

A todos aqueles que me ajudaram e apoiaram, familiares e amigos, em especial a minha avó, aos tios e tias e a Joana pelo carinho e prestatividade.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Administração e Economia (DAE), pela oportunidade de realização do doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos.

Aos professores Dr. Robson Amâncio e Dr. Antônio Carlos dos Santos, pela orientação, paciência, apoio e amizade, essenciais para a realização deste trabalho.

Aos professores Dr. Arnaldo Pereira Vieira, pelos ensinamentos e amizade, ao professor Dr. Marcos Affonso Ortiz Gomes, pela atenção, solidariedade e valiosas sugestões e à professora Dra. Simone de Faria Narciso Shiki, por participarem de minha banca de qualificação, contribuindo com importantes sugestões.

Aos professores da Universidade Federal de Lavras, em especial aos professores Dra. Mônica Carvalho Alves Cappelle, Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira e ao Dr. José Aldo Alves Pereira, pela atenção e prestatividade.

“OM MANI PADME HUM”

Mantra Budista

RESUMO

A noção de desenvolvimento, historicamente relacionada ao crescimento econômico, vai além do domínio da economia na medida em que incorpora aspectos sociais, ambientais, políticos e espirituais, sustentando-se em novas visões em busca de soluções para enfrentar os problemas sócio-ambientais. Por isso pensar e criar teorias e ferramentas para se promover um desenvolvimento mais adequado às necessidades da sociedade pode orientar ações e o acompanhamento e a avaliação do progresso atingido coerente com as necessidades do presente e do futuro. Nesse sentido, ressalta-se a proposta do Desenvolvimento à Escala Humana, na qual seu autor, Max-Neef, apresenta a teoria das necessidades humanas, buscando oferecer uma compreensão da estrutura e da dinâmica do sistema econômico a partir da perspectiva da atenção às necessidades humanas básicas, incluídas dentro do marco social e ecológico. Diante dessa nova concepção de desenvolvimento, a presente pesquisa foi realizada com o objetivo fazer uma análise empírica do mesmo, identificando os satisfatores ideais e limitantes para o atendimento das necessidades humanas dos moradores do município de São Tomé das Letras, na visão de estudantes do ensino médio. Mais especificamente, pretendeu-se avaliar espiritualidade como necessidade, no intuito de sugerir a sua inclusão no modelo proposto por Max-Neef. Este estudo é de natureza qualitativa do tipo exploratória, sendo utilizado o grupo focal como técnica de investigação. Para análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo. A teoria merece credibilidade, principalmente pelo esforço analítico de construção da matriz de necessidades e identificação de seus satisfatores, informações estas relevantes para se pensar em um desenvolvimento dentro de um paradigma mais humanizador. A análise das necessidades humanas pelos estudantes mostra que é fundamental a valorização de seus aspectos subjetivos, sendo pertinente a inclusão da temática da espiritualidade nessa discussão. A espiritualidade pode ser validada, pois atende às taxonomias da teoria das necessidades humanas e foi considerada como uma necessidade pelos estudantes. Ao fazer a análise geral dos satisfatores ideais e limitantes, pode-se concluir que muito ainda deve ser feito para que as necessidades dos moradores sejam atendidas. Isso que dizer que tanto o poder público como cada indivíduo têm muito que trabalhar para se aproximar da situação ideal. Mas, o fato de os alunos terem consciência de que eles e todos os moradores têm papel fundamental neste processo, além órgãos públicos e outras instituições, é um importante indicativo para se realizar uma mudança em direção ao desejado.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Necessidades humanas. Espiritualidade. Paradigmas.

ABSTRACT

The notion of development, until then related to economical growth, going beyond the economy's dominance in so far as that it incorporates social, environmental and political aspects, supporting itself in views looking for solutions to deal with socioenvironmental problems. Therefore thinking and creating tools for a more appropriate development for the needs of society can orientate action and promote the follow-up and the evaluation of the coherent progress reached with the needs of present and future. In these effects stands out that the development's proposal in human scale, in which your author, Max-Neef, introduces a comprehension of the structure and dynamic of the economical system from the attention's prospective of the human basics necessities, including inside the social and ecological boundary. Towards this new conception of development, the present research has for an aim to make an empirical analysis of the same kind indentifying the like minds and limiting "satisfadores" to attend the human necessities of the São Tomé das Letras residents, in the views of the high school students. But especially pretends to evaluate the spirituality as a necessity in the motif of to suggest the inclusion in the model proposed by Max-Neef. This study is of a qualitative nature of the type exploratory being used the focal group with investigation technique. To analyze the data I choose to analyze the contents. The theory deserves credibility, especially for the analytical effort of the matrix's construction of the necessities and identification of their "satisfadores", relevant information to think about a development inside a more humanized paradigm. The human necessities analysis by the students shows that is fundamental the value of their subjective aspects, if showed pertinent to the inclusion of the spirituality thematic in this discussion. The spirituality can be evaluated because it attends the theory's taxonomy of the human necessities and it was considered as a necessity by the students. By making the general analysis of the like minds and limiting of the "satisfadores" can be concluded that lots can still be done so the necessities of the residents can be reached. This means that as much as the public power as each individual has to work a lot to approximate the ideal situation. But the fact that the students have the consciousness that they and all the residents have a fundamental role in this process, as well as the public body and other institutions, demonstrates an important indicative to achieve a change in the wished direction.

Keywords: Development. Human necessities. Spirituality. Paradigm.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sequência circular de pesquisa em ciências sociais	116
Quadro 1	Exemplo de matriz de necessidade humanas básicas	102
Quadro 2	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do Grupo 1	135
Quadro 3	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 1	135
Quadro 4	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 2.	137
Quadro 5	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 2	137
Quadro 6	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 3.	139
Quadro 7	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 3	139
Quadro 8	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 4.	141
Quadro 9	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 4	141
Quadro 10	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 5.	143
Quadro 11	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 5	144
Quadro 12	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 6.	146
Quadro 13	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 6	146
Quadro 14	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 7.	148
Quadro 15	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 7	149
Quadro 16	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 8	Erro! Indicador não definido.

Quadro 17	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 8.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 18	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 9.	151
Quadro 19	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 9.....	152
Quadro 20	Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 10.....	153
Quadro 21	Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 10.....	153
Quadro 22	Matriz geral positiva das necessidades humanas.....	155
Quadro 23	Matriz geral negativa das necessidades humanas.....	157

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Desenvolvimento	17
2.1.1	Considerações sobre desenvolvimento e conhecimento	17
2.1.2	Capitalismo e breve histórico do desenvolvimento	20
2.1.2.1	Dimensão social e humana	29
2.1.2.2	Dimensão local	31
2.1.2.3	Dimensão territorial	33
2.1.2.4	Dimensão ambiental	34
2.1.2.5	Dimensão espiritual	36
2.1.3	O desenvolvimento neste estudo	39
2.1.4	Indicadores para desenvolvimento	44
2.1.5	Necessidades humanas	50
2.1.5.1	As necessidades humanas segundo Maslow	53
2.1.5.2	As necessidades humanas segundo Heller	55
2.1.5.3	As necessidades humanas segundo Galtung	56
2.1.5.4	As necessidades humanas segundo Doyal e Gough	57
2.1.5.5	As necessidades humanas segundo Max-Neef	58
2.1.5.6	Aspectos subjetivos ligados às necessidades humanas	59
2.2	Conhecimento, ciência e espiritualidade	61
2.2.1	A visão de Ken Wilber	73
2.2.2	A visão de Rudolf Steiner	76
2.2.3	A visão de Humberto Maturana	79
2.2.5	A visão de Leonardo Boff	87
2.3	Desenvolvimento à Escala Humana	90
2.3.1	A Teoria da Necessidade Humanas Básicas	91
2.3.1.1	Postulados do Desenvolvimento à Escala Humana	94
2.3.1.2	A matriz das necessidades humanas	101
2.3.2	Considerações sobre a teoria das necessidades humanas	106
3	METODOLOGIA	113
3.1	Natureza e tipo de pesquisa	115
3.2	O objeto de estudo e a técnica de investigação	118
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	131
4.1	Perfil dos entrevistados	131
4.2	Satisfatores ideais e limitantes por grupo	134
4.3.1	Necessidade subsistência	160
4.3.2	Necessidade proteção	163
4.3.3	Necessidade de afeto	165
4.3.4	Necessidade compreensão	166

4.3.5	Necessidade participação	169
4.3.6	Necessidade criatividade	171
4.3.7	Necessidade recreio	173
4.3.8	Necessidade identidade	176
4.3.9	Necessidade liberdade	178
4.4	A espiritualidade como necessidade?.....	179
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
	REFERENCIAS	188
	ANEXO	202

1 INTRODUÇÃO

A sociedade, nos últimos anos, está passando por um processo de mudança, pois o atual modelo de crescimento econômico tem gerado enormes desequilíbrios no meio ambiente, visto que as necessidades e os desejos da humanidade parecem ser ilimitados ao passo que os bens materiais e os da natureza são limitados. A percepção sobre os problemas aparece como aspecto relevante a respeito do crescimento material e econômico e da qualidade de vida, gerando uma série de discussões econômicas, políticas, ambientais e sociológicas.

A noção de desenvolvimento, historicamente relacionada ao crescimento econômico vai além do domínio da economia na medida em que incorpora aspectos sociais, ambientais, espirituais e políticos, sustentando-se em novas visões em busca de soluções para enfrentar os problemas sócio-ambientais. Isto representa uma mudança no paradigma dominante sobre os caminhos para o desenvolvimento, reconhecendo a incompletude e a insuficiência dos modelos econômicos e sociais que têm servido de apoio e orientação aos processos de desenvolvimento.

Para se alterar o atual estado das coisas, buscando uma saída para esta crise, tem-se iniciado um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento (LEFF, 1999), que está levando a sociedade a uma mudança de paradigma, do econômico hegemônico para um paradigma mais humanizador. Essa modificação implica numa mudança de valores, edificadas sob uma nova ética e não apenas na repetição e na insistência em estratégias de desenvolvimento que foram utilizadas no passado - focadas no crescimento rápido, na industrialização e no avanço tecnológico -, pois a sociedade capitalista já alcançou altos níveis de crescimento econômico, porém, estes não foram capazes de promover e manter o bem-estar social.

Enfrenta-se um antigo desafio, porém, com uma nova percepção. Furtado (1974), na década de 1970, durante a fase do milagre econômico brasileiro, já alertava para o mito do desenvolvimento econômico. Afirmava que a excessiva preocupação com o crescimento econômico desviava a atenção dos gestores públicos das efetivas necessidades da sociedade para objetivos menos concretos para a população em geral, como investimentos, exportações, industrialização, etc.

Apesar de todos os avanços e retrocessos que a discussão sobre a temática do desenvolvimento tem passado, fica evidente a necessidade de se incentivar outros estilos de desenvolvimento, pois o desenvolvimento centrado no econômico gerou desigualdades, concentrando riqueza nas mãos de poucos além de sua rigidez às mudanças sociais. Por isso, Boff (1999a) comenta que questões de ecologia, ética e espiritualidade são recorrentes no debate dos últimos tempos refletem a crise de civilização pela qual estamos passando. Todas essas questões oferecem elementos para este novo paradigma civilizatório que está emergindo e que pode dar sentido à nova fase da humanidade.

A análise das necessidades humanas e a forma como as pessoas buscam satisfazer estas necessidades (satisfatores) deveria ser aspecto básico no que se refere a políticas sociais para o desenvolvimento, tanto na elaboração quanto na intervenção. A complexidade inerente à discussão sobre necessidades humanas surge juntamente com a valorização de outras dimensões do desenvolvimento, como a ambiental, espiritual, institucional, política, etc. Assim, a valorização dos conteúdos das necessidades humanas está paulatinamente considerando elementos subjetivos, tais como dignidade, felicidade, espiritualidade e qualidade de vida.

A partir do exposto, questiona-se se a espiritualidade não seria uma necessidade humana. Quais seriam as formas pelas quais as pessoas buscam

satisfazer às suas necessidades humanas? Os municípios deveriam considerar as necessidades humanas e seus satisfatores promoção de seu desenvolvimento?

Mattos, Mattos e Mattos (2005) corroboram com esta ideia afirmando que há uma emergente mudança de paradigmas em evolução na sociedade, pela qual é preciso perceber o conjunto de valores e necessidades humanas para direcionarmos nosso modelo de desenvolvimento. Essa mudança paradigmática aparece como um elemento reorganizador dos processos econômicos.

Segundo Dowbor (1998), a humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários. O próprio resgate dos valores e a reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exigem que, para o ser humano, o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e as suas lágrimas.

Nessa linha de pensamento, o economista chileno Max-Neef (1993) apresenta uma proposta de desenvolvimento, Desenvolvimento à Escala Humana, com base em sua teoria das necessidades humanas, que busca uma compreensão da estrutura e da dinâmica do sistema econômico a partir da perspectiva da atenção às necessidades humanas básicas, incluídas dentro do marco social e ecológico. A proposta visa facilitar a criação e a implantação de políticas que promovam a satisfação de necessidades humanas, pois a sociedade se encontra inibida devido à pressão sofrida diante dos atuais modelos políticos, às pautas de crescimento econômico, aos padrões culturais, à incorporação de tecnologias, às opções de consumo, às relações de intercâmbio e às formas de resolver conflitos sociais.

O Desenvolvimento à Escala Humana não exclui metas convencionais, como crescimento econômico para que todas as pessoas possam ter um acesso digno a bens e serviços (FELSKI, 2008). Ele busca sinalizar um necessário aprofundamento da democracia. Ao favorecer uma prática mais direta e participativa, busca contribuir para reverter o histórico tradicionalmente

paternalista do Estado latino-americano, estimulando soluções criativas que surjam da base, sendo mais coerentes com as aspirações das pessoas.

Diante dessa nova concepção de desenvolvimento, apresentada pela proposta de Desenvolvimento à Escala Humana, a presente pesquisa foi realizada com o objetivo de fazer uma análise empírica do mesmo, identificando os satisfatores ideais e limitantes para o atendimento das necessidades humanas dos moradores do município de São Tomé das Letras, na visão de estudantes do ensino médio. Além disso, pretende-se avaliar a espiritualidade como necessidade, no intuito de sugerir a sua inclusão como indicador na proposta de Max-Neef (1993).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está organizado em quatro grandes temas. Ele se inicia abordando a temática do desenvolvimento, seguida da temática conhecimento, ciência e espiritualidade e encerra-se com a proposta de Desenvolvimento à Escala Humana de Max-Neef (1993).

2.1 Desenvolvimento

Neste subtópico, busca-se resgatar a discussão sobre o desenvolvimento, incluindo abordagens orientadas para a visão tradicional, assim como novas visões sobre a temática do desenvolvimento.

2.1.1 Considerações sobre desenvolvimento e conhecimento

Antes de examinar mais a fundo a questão do desenvolvimento é fundamental destacar que, na existência do termo, desde seu surgimento, suas interpretações mudam em função das posições políticas de seus formuladores, das origens filosóficas e ideológicas e do contexto temporal e espacial em que foram criadas. Contudo, seu conceito tem ampliado, assim como também as metodologias para medir as transformações sociais, políticas e econômicas.

Segundo Miraglia (2007), as diferenças entre as definições da ideia em debate se devem também às distintas orientações teórico-científicas seguidas pelos seus propositores (histórica, econômica, sociológica, antropológica ou geográfica) que, em certos enunciados, aparecem como complementares. Efetivamente, a discursividade do “desenvolvimento” se transforma refletindo mudanças das configurações sociopolíticas mundiais e dos embates acadêmicos.

Como argumenta Foucault na introdução de “A arqueologia do saber” (2005, p. 6):

[...] a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração.

Levar em conta o fato de haver diferenças entre os conceitos de desenvolvimento é um comportamento analítico importante para a sua análise. Daí a relevância do questionamento de Foucault quando pergunta se “[...] não se deve antes interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo?” (FOUCAULT, 2003, p. 172). Nas disputas políticas, globais e locais, pela definição de quais saberes, técnicas e práticas são os mais adequados e eficientes para a resolução de problemas (sociais, culturais, ambientais), há enunciados privilegiados em detrimento de outros (MIRAGLIA, 2007).

Discutir o modo de funcionamento que regula esses processos de seleções discursivas e formas de mediação está vinculado com o trabalho de interpretar os valores e poderes culturalmente atribuídos aos discursos que competem entre si. Berger e Luckmann (1995) explicam que as instituições objetivam significados sociais. Ou seja, propõem significados sociais, compartilhados socialmente, que se transformam em regras institucionais e organizações e procedimentos que podem ser utilizados como instrumentos para justificar ações. A relação disso com o fato de que nas práticas do “desenvolvimento”, tradicionalmente, o que prevaleceu foi e é a lógica

economicista torna a pergunta de Foucault central para os estudos críticos sobre o tema.

Com isso percebe-se que o conhecimento científico está envolvido por interesses diversos e, entre esses, citam-se os técnicos, os práticos e os reflexivos. Por trás das teorias há interesses relacionados a atitudes psicológicas de ambição, de curiosidade, de espanto, de indagação do real e do uso da imaginação. Morin (1996) argumenta que a cientificidade é a parte emersa de um *iceberg* profundo de não-cientificidade. A descoberta de que a ciência não é totalmente científica é uma grande descoberta científica que a maior parte dos cientistas ainda não percebeu.

Segundo Morin (1996), as teorias são então entendidas como um sistema de ideias, uma construção do espírito que levanta problemas e provém do espírito-cérebro humano, que é uma produção do cérebro. O autor diz que os sistemas de ideias são produzidos por uma cultura dada, graças à linguagem de que ela dispõe. Assim, o conhecimento do conhecimento se transforma num problema estilhaçado. O autor comenta que:

desta forma, reconhecer esta divisão do conhecimento em disciplinas, que permite o desenvolvimento dos conhecimentos, é uma organização que torna impossível o conhecimento do conhecimento. Por quê? Porque este campo está fragmentado em campos de conhecimento não comunicantes (MORIN, 1996, p. 16).

A problemática sobre as diversas análises da expressão “desenvolvimento” pode estar relacionada à existência de interesses diferentes, à ocorrência de campos de conhecimento não comunicantes e a peças divididas com zonas de desconhecimentos. Nesse sentido, embora o caminhar do presente estudo se dê, inicialmente, a partir do conhecimento econômico e busque oferecer alguma luz às restrições desse pensamento, refere-se apenas a um ensaio sobre a busca de uma visão mais humana, mais social para o

desenvolvimento e não o propósito de desvendar todo o *iceberg* profundo de não-cientificidade e de dúvidas que se apresentem diante da expressão desenvolvimento.

2.1.2 Capitalismo e breve histórico do desenvolvimento

O histórico da sociedade atual é marcado por intensas mudanças que refletem o estilo de vida e de relações entre as pessoas. A Revolução Industrial e a nova dinâmica de trabalho que ela promoveu tiveram como consequência vários problemas sociais que foram objeto de estudo de inúmeros estudiosos. Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim analisaram esse período histórico a partir de diferentes perspectivas, chegando a conclusões diferenciadas a seu respeito. Essas diferenças de olhar sobre o homem e a sociedade tiveram ao menos um ponto em comum: todos percebiam o homem a partir do contexto em que estavam inseridos e não de forma isolada (ASSIS, 2006).

Marx, Durkheim e Weber tentaram compreender a sociedade moderna e criticaram a sociedade capitalista baseando-se nos problemas sociais que apareceram a partir de sua organização. Suas análises fundamentaram muitas outras teorias e reflexões que procuram explicar e/ou intervir nos caminhos traçados pelo capitalismo (ASSIS, 2006).

Uma dessas reflexões nos ajuda a perceber que o desenvolvimento histórico da sociedade moderna capitalista, em processo de expansão, gerou uma sociedade nas quais as pessoas, a natureza e as crenças perderam espaço. De acordo com Capra (1982), o progresso da humanidade foi uma questão predominantemente racional e intelectual, e essa evolução unilateral atingiu agora um estágio alarmante, uma situação tão paradoxal que beira a insanidade.

A visão antropocêntrica de mundo e a individualista permitiram aos homens dominar a natureza e outros seres humanos. Vaz-Filho (1997) corrobora

com esta afirmativa quando diz que o homem moderno, ao longo do tempo, distancia-se das visões animistas e sagradas e do desejo de integração entre homem e natureza.

Essa é a lógica de um sistema socioeconômico moderno – capitalismo mundial – nos quais seres humanos e a natureza estão a serviço da economia e das suas mercadorias ao invés de as pretensões mercantis e consumistas estarem a serviço das pessoas e da natureza. O mercado se torna um grande organizador da vida socioeconômica e o consumismo, valor essencial para sociedade (MAX-NEEF, 1993).

Este sistema se fundamenta no discurso e na crença de que as necessidades humanas são individuais e ilimitadas, e cuja satisfação requer acumulação de capitais e de usufruto de uma massa crescente de bens e serviços. Para Max-Neef (1993), longe de estar certa, essa crença encobre um discurso hegemônico que não somente confunde necessidades com os meios de satisfazê-las (ou satisfatores) mas também pretende legitimar a acumulação incessante de capital e mostra a incapacidade da sociedade ocidental moderna reconhecer que seu sistema socioeconômico capitalista e consumista sufoca as bases naturais, sociais e simbólicas da vida – que inclui aspectos da vida interior -, destruindo valores e sentimentos solidários, os quais são substituídos pelo individualismo e a competição.

Para Jara (2001), o sistema capitalista, vivendo da carência da ilusão e do egoísmo que impulsiona essa busca, produz seres perturbados que se percebem excluídos por não se aproximarem dos modelos de consumo e que se distanciam cada vez mais de si próprios, aumentando o vazio existencial. Assim, uma sociedade que se desenvolve sob a égide do capitalismo recebe grande influência de uma orientação econômica nas suas relações sociais, comportamentos, maneira de pensar e de se organizar. Dentro desta visão

individualista e materialista, engendrada pela revolução científica, o capitalismo floresce e o desenvolvimento surge centrado no aspecto econômico.

Historicamente, o termo desenvolvimento sofreu diversas interpretações e conceituações. Em sua origem, o termo significava descoberta, revelação ou, até mesmo, esclarecimento de uma mudança que ocorre de modo sequencial, ordenado e intermediado por estágios bem definidos (início e término), de forma que sua ordem se altere conforme o tempo (BORGES, 2007).

Até a época mercantilista, não é possível destacar algum estudo ou preocupação com o desenvolvimento das atividades humanas. As relações humanas desta época estavam focadas no comércio; esforços eram aplicados somente nesta direção (NALLE JÚNIOR, 2006). Somente no século XVIII, surgiu o primeiro estudo sobre a questão de crescimento e desenvolvimento, apresentado por Adam Smith em seu livro editado em 1776, *Investigação Sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações* (ADELMAN, 1972; HUGON, 1998). Nesta obra estão presentes as preocupações com o progresso econômico, rompendo o equilíbrio estático das economias. Smith ressaltou os aspectos responsáveis pelo desenvolvimento econômico como a acumulação do capital, o crescimento populacional e a produtividade da mão de obra, introduzindo a ideia da divisão do trabalho como forma de promover o progresso econômico. A divisão do trabalho, que viabiliza o aumento da produção, depende de ampliação de mercados e este depende de condições econômicas que assegurem o aumento da quantidade de capital disponível na forma de instrumentos, ferramentas, máquinas e instalações. Smith defendeu a liberdade de atuação dos mercados, sem intervenções de governo, para assegurar o crescimento dos mercados e os frutos decorrentes desse crescimento (ADELMAN, 1972).

Além dos escritos de Adam Smith pode-se encontrar em David Ricardo ou Thomas Malthus as referências iniciais que os economistas fazem com relação ao crescimento econômico. Esses teóricos fixaram conceitos chaves

deste ramo do estudo econômico, tais como os de rendimentos decrescentes e sua relação com a acumulação de capital, ou a relação entre progresso tecnológico e especialização do trabalho (THOMAS et al., 2002).

Já no século XX, mas ainda nas mãos de pensadores econômicos, a questão de desenvolvimento é trabalhada com grande determinação por Schumpeter, que publicou, em 1911, “A Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Este economista aperfeiçoou o conceito de desenvolvimento econômico ao distinguir as noções de estática e dinâmica na economia, vinculando à primeira noção o fluxo regular da atividade e à segunda, a perturbação do ciclo vicioso da estabilidade provocada pelo investimento a partir das inovações tecnológicas. Seu otimismo preconizava o desaparecimento dos problemas sociais se as economias experimentassem crescimento semelhante ao dos períodos passados. Dentre vários aspectos tratados nesta obra, chamam a atenção pensamentos que se relacionam com o moderno conceito de desenvolvimento local integrado e sustentável, quando Schumpeter classificou desenvolvimento somente quando o processo de mudança econômica que aparece dentro do local, por sua própria iniciativa, e sem que tal mudança tenha sido imposta por agentes externos (SCHUMPETER, 1982).

Na década de 1940, o desenvolvimento resumia-se ao processo de ocidentalização, mas questionado, despertando para várias reflexões, como o estudo das desigualdades existentes entre países ricos e pobres e as desfigurações do modelo ocasionadas por depressões cíclicas, guerras destrutivas, instabilidades políticas, intolerância religiosa e perseguições raciais (CAIDEN; CARAVANTES, 1988).

Após a Segunda Guerra Mundial, Robert M. Solow e Trevor W. Swan implantaram o que se denominou o chamado modelo neoclássico de crescimento, o qual se firmou como uma subárea do pensamento científico econômico. Seu conceito recebeu estatuto científico fundamentado, embora as

questões sobre mudança, progresso, bem-estar, riqueza ou desenvolvimento já tivessem surgido anteriormente, em diferentes áreas do conhecimento. Solow, em 1950, criou um modelo matemático que demonstrava como vários fatores interagem, contribuindo para criar o crescimento econômico sustentado num país. Demonstrou, pela primeira vez, que avanços no ritmo de progresso tecnológico contribuem mais para o crescimento econômico do que o aumento dos capitais ou da força de trabalho (THOMAS et al., 2002).

Os objetivos e anseios das políticas e “projetos de desenvolvimento” do pós-Segunda Guerra foram sintetizados, no final dos anos 1950, pelo famoso economista do “desenvolvimento”, o norte-americano Walter Rostow. De acordo com Miraglia (2007), o autor Rostow (1960) argumenta, em seu livro “Stages of economic growth - a non-communist manifesto”, que uma vez que os países deixassem seus modelos econômicos “não ocidentais e irracionais”, suas economias iriam prosperar, o crescimento iria ocorrer naturalmente e o “progresso crescente” expandiria as possibilidades democráticas de escolhas para os indivíduos (MIRAGLIA, 2007).

No Brasil, na década de 1950, simultaneamente com a proposição da ONU da década do desenvolvimento, surgiu o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, que contempla um projeto nacional de desenvolvimento, consolidando-se, no final dos anos 1960, com o modelo de administração para o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000; MARCELINO, 1998).

Em meados dos anos 1960, a concepção de que crescimento econômico é sinal de desenvolvimento, ou bem-estar da população, foi questionada. Durante décadas, o Produto Interno Bruto (PIB) foi a medida corrente para avaliar o nível de desenvolvimento nos diversos países, assim como no Brasil. No que tange à economia brasileira, a falta de crescimento foi um dos problemas principais, acrescido ao aumento populacional. Na visão dos estruturalistas, na década de 1960 e 70, havia uma crítica quanto à estratégia de desenvolvimento

adotada, principalmente no que se refere ao ônus social e quanto à penetração de capital internacional, fazendo com que a concentração de renda se acentuasse cada vez mais (BORGES, 2007).

De acordo com Camargo (2003), a continuidade das reflexões sobre modelo de desenvolvimento, na década de 1970, inicia-se com uma grande manifestação ambientalista. O painel temático sobre meio ambiente e desenvolvimento, acontecido em 1971, em Founieux, na Suíça, levantou a importância da integração das políticas do meio ambiente às estratégias de desenvolvimento (NOBRE, 2002; SACHS, 1993), o que foi um avanço, pois, até então, as discussões sobre desenvolvimento consideravam o meio ambiente como um sistema à parte.

No início de 1972, o Clube de Roma lançou seu relatório, chamado “The Limits to Grow”, também conhecido como Relatório Meadows, que apontava para um cenário catastrófico, prevendo-se a impossibilidade de perpetuar o crescimento econômico devido à exaustão dos recursos naturais, fato motivado pelo próprio desenvolvimento econômico (SACHS, 2002). Esse relatório provocou uma série de debates antecipatórios à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi realizada em Estocolmo, na Suécia.

No Brasil, repercutiu o livro de Celso Furtado, de 1974, intitulado “O Mito do Desenvolvimento Econômico”, no qual o autor defende que as atenções básicas da população são desviadas por modelos de desenvolvimento que privilegiam em sua mensuração aspectos puramente econômico-financeiros: a ideia de desenvolvimento econômico é um mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos (FURTADO, 1974).

Na década de 1980, os economistas alegavam que a causa da crise do país era justamente devido à intervenção do Estado na economia, assim como as variáveis exógenas, como a crise do petróleo e as altas taxas de juros. A desestatização e o mercado livre, bem como o aumento das exportações, fariam com que o processo econômico pudesse tomar um novo rumo, para garantir o desenvolvimento do Brasil. Então, se passou a propor a retomada do desenvolvimento por meio de ampliação do mercado interno, juntamente com a distribuição de renda. Nessa visão, o desenvolvimento tem como objetivo igualar as oportunidades, tanto sociais quanto políticas e econômicas. Para isso, a proposição de medidas para mensurar o desenvolvimento deve ir além do Produto Interno Bruto, no aspecto econômico, devendo conciliar a utilização de indicadores que evidenciem as transformações em curso, ou seja, as mudanças sociais. As diversas metodologias, criadas em vários países¹ para quantificar o desenvolvimento, mostraram a preocupação em direcionar o conceito para outras áreas, que não só a econômica (BORGES, 2007).

Ao final da década de 1980, ficava cada vez mais clara a fragilidade do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento empregado por muitas nações. Não é raro vermos, como consequências desse modelo, o retrocesso político em vários países e os crescentes conflitos sociais, em todo o mundo, causados, principalmente, pelo aumento do número de excluídos e pela atual incapacidade do Estado de atuar na efetiva proteção dos interesses da sociedade (OLIVEIRA, 2002). Com uma visão muito simplista, mediam-se o progresso, o crescimento e a qualidade de vida apenas com base na renda per capita e na taxa de emprego.

¹ Em 1971, na Inglaterra, publicava-se o primeiro volume do Social Trends; em 1973, na França, com a publicação do Donnés Sociales; nos EUA, o Social Indicators e no Japão, o White Paper on National Life (BORGES, 2007).

O desenvolvimento focado no econômico passou a ser rejeitado pela experiência das décadas de 1980 e 90, evidência ampla de que o mais importante não é o tamanho do crescimento econômico, mas a qualidade deste, à medida que proporciona o aumento do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas (GRACIARENA, 2000).

Nos estudos de Sen (2000), o autor afirma que o desenvolvimento não deve ser atrelado somente ao crescimento econômico, mas à transformação individual e coletiva em uma nova realidade, que atenda às necessidades objetivas e substantivas de toda a sociedade. O desenvolvimento deve servir para o aumento das oportunidades sociais² e não somente para o aumento do capital das instituições, empresas e pessoas.

Para Miraglia (2007), com a publicação do Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, o debate sobre o tema passou a englobar visões mais elaboradas sobre a relação entre crescimento material e desenvolvimento. Intensificou-se a percepção de que o crescimento da economia deveria ser entendido como um elemento de um processo maior, pois seus resultados não se traduzem imediatamente em benefícios sociais, políticos, culturais, etc. Assim, era necessário refletir sobre a natureza ou “estilo” do “desenvolvimento” que se desejava.

A discussão sobre o desenvolvimento passa, então, a ter uma salutar evolução, agregando novas considerações que colocam o tema em um patamar mais amplo que a economia, com uma visão sistêmica que dá ideia de um

² Oportunidades sociais são, para Sen (2000, p. 57), “as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.”

desenvolvimento mais completo. Por isso, o surgimento de diversos adjetivos, tais como ambiental, local, territorial, social, humano e político, dentre outros.

São dimensões que buscam indicar novas formas de se pensar o desenvolvimento no mundo atual. Essas perspectivas inovadoras têm aflorado, com frequência, nesse esforço de redefinição do conceito de desenvolvimento, mas, “apesar das divergências existentes entre as concepções que se formam sobre desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em vários pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p. 24), são como partes inter-relacionadas pertencentes a um todo. Nesse sentido, Sachs (2004) propõe, para o desenvolvimento, o complemento “sustentável”, indicando a necessidade de se abordar todas as dimensões anteriores. Estas dimensões seriam desdobramentos do desenvolvimento sustentável.

A história do pensamento sobre desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à história do pensamento ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextricável do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970 (OLIVEIRA, 2007).

Apesar disso, a questão da sustentabilidade não deve se limitar à questão ecológica e ambiental. Muito mais que isso, as sociedades devem procurar manter nos territórios um padrão de organização, um sistema que possua a capacidade de se auto-organizar, de se autoconhecer, de se reproduzir e de criar as condições para sua continuidade (FRANCO, 2002). A sustentabilidade deve passar por todas as dimensões da vida humana, inclusive a espiritual. A temática da espiritualidade é central no processo do desenvolvimento e reconhecê-la é necessário para o estabelecimento de uma civilização global sustentável.

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável traz implícitas em si questões profundas e polêmicas para toda a sociedade – para muitas das quais não temos respostas. Conceitos como necessidades humanas, qualidade de vida e

qualidade ambiental, e palavras como cooperação, coletividade, espiritualidade, globalização, entre outras tantas, veem suas próprias dimensões confrontadas com a complexidade das dimensões e dos desafios inerentes ao desenvolvimento sustentável (CAMARGO, 2003).

Como não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem que este promova o desenvolvimento social, humano, ambiental, espiritual, econômico, político e territorial, dentre outros, torna-se pertinente abordar de forma sucinta algumas dessas dimensões incorporadas à discussão sobre desenvolvimento,

2.1.2.1 Dimensão social e humana

O desenvolvimento, nesta perspectiva, deve representar um conjunto de mudanças que gere melhoria no nível de vida da população, promovendo o bem-estar humano. O conceito de desenvolvimento humano vem sendo empregado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O desenvolvimento humano, de acordo com o PNUD (2010, p. 59) é

um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo. [...] É óbvio que a renda é só uma das oportunidades que as pessoas desejariam ter, ainda que certamente muito importante. Mas a vida não se reduz somente a isso. Portanto, o desenvolvimento deve abarcar mais que a expansão da riqueza e da renda. Seu objetivo central deve ser o ser humano.

A essência do desenvolvimento voltado para o ser humano, e conseqüentemente para a sociedade, centra-se em três pilares fundamentais que

buscam explicar e entender o processo de desenvolvimento como conceito mais amplo e complexo, isto é, desenvolvimento para as pessoas, desenvolvimento das pessoas e desenvolvimento pelas pessoas. O primeiro pilar relaciona-se ao fato de que o modelo de desenvolvimento de caráter meramente economicista relegou o ser humano ao segundo plano, sendo crucial o estabelecimento de uma nova forma de compartilhamento dos frutos do crescimento econômico pela população, isto é, o aumento do volume dos recursos destinados à expansão e à melhoria dos serviços públicos, sobretudo saúde e educação. O segundo pilar relaciona-se com os recursos que cada país deveria investir para proporcionar um desenvolvimento humano, isto é, com a criação de um ambiente propício para que os seres humanos possam explorar as suas potencialidades e se tornarem melhores durante o processo. Faz-se necessário investir em nutrição, saúde e educação, lembrando que as gerações futuras devem ter as mesmas possibilidades de satisfazer às suas necessidades. E o terceiro pilar refere-se ao empoderamento da sociedade civil, ou seja, ao fato de que as próprias pessoas, de maneira democrática, devem estabelecer o nível de desenvolvimento que desejam (PNUD, 2007).

Klikberg (1998) comenta que o desenvolvimento humano e social parece, na experiência concreta, um processo vital para que possa existir um desenvolvimento econômico sustentado. Os investimentos em capital humano e capital social e melhoria da equidade, além de fins em si mesmos a partir da perspectiva de sociedades democráticas, são necessários para que o crescimento econômico possa ter base firme.

James Wolfenshon (1996 citado por KLIKBERG, 1998, p. 34) afirma:

sem desenvolvimento social, não haverá desenvolvimento econômico satisfatório. O BID destaca, com respeito ao caso da América Latina: As persistentes brechas sociais na acumulação de 'capital humano' incrementaram a grande proporção

de pessoas que vivem na pobreza e a distribuição sumamente desigual da riqueza na região. Estas brechas sociais continuam limitando a produtividade e o crescimento econômico regional, e atrasam os processos de democratização e modernização dos Estados.

Nesse sentido, Rodrigues (1993, p. 20) afirma que:

o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região.

Por isso, pensar em desenvolvimento sustentável significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais. A sustentabilidade só pode afirmar-se com o desenvolvimento humano.

2.1.2.2 Dimensão local

Para Fischer (1992), a noção de “local” contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião – podendo ainda ser indicado por outras designações que sugerem constância ou certa inércia –, contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam em torno de interesses comuns.

Nos últimos anos, as teorias que envolveram o estudo do desenvolvimento no nível local sofreram várias modificações devido o declínio econômico das grandes regiões que até então eram consideradas como referências industriais e com o surgimento de novos paradigmas na teoria macroeconômica do desenvolvimento por meio da teoria do crescimento endógeno (AMARAL FILHO, 2001). O desenvolvimento local surge das próprias iniciativas locais, buscando novas alternativas frente à ruptura do modelo estruturalista antes vigente, na formulação de políticas mais condizentes com o consenso dos atores e na busca de uma analogia própria para cada território (ALBUQUERQUE, 1998).

Desenvolvimento local (DL), na visão de Buarque (1998), é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos com capacidade de promoção e dinamismo econômico, buscando a qualidade de vida. A variação conceitual do tema permite que outros aspectos, igualmente relevantes para a sua compreensão, sejam enfocados. Isso porque a ênfase dada à noção de DL depende das variáveis e dos contextos nos quais ele se encontra inserido, delineando, assim, maior ou menor peso a um determinado aspecto conforme os objetivos almejados. Segundo Amaral Filho (1996), o Desenvolvimento Local é entendido como:

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 36).

O objetivo do desenvolvimento local deve, portanto, estar direcionado para garantir o desenvolvimento sustentável e duradouro, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental, devendo as iniciativas locais compatibilizar com a eficiência dos recursos públicos e privados para garantir equidade econômica e social da comunidade local (VAZQUEZ-BARQUERO, 2001, 2002).

2.1.2.3 Dimensão territorial

Para Beduschi Filho e Abramovay (2003), o conceito de território vai muito além do aspecto meramente espacial e geográfico; ele vai até as características da sociedade que se assenta sobre um determinado espaço físico, envolvendo a própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

O território é um complexo sistema multidimensional cuja interconexão entre suas várias dimensões conduz à definição de múltiplas referências a serem utilizadas em termos de planejamento e gestão do desenvolvimento. Ao conceber o território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento, abre-se a possibilidade de visualizar as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias que trabalhem adequadamente os recursos econômicos, culturais e ambientais que fomentam a integridade do território (RODRÍGUEZ, 2005).

Uma das premissas centrais do desenvolvimento territorial, para Boiser et al. (1995), é a necessidade de promover a cooperação entre atores em torno de um plano de desenvolvimento comum. O desenvolvimento territorial se refere a uma expressão ampla que inclui o desenvolvimento de microlocalidades. Refere-se a processos de mudança socioeconômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão.

Este se baseia em três objetivos: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um contêiner e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território e (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território.

Dessa forma, para Rambo, Filippi e Amaral (2008), tem-se que na noção de território estão contidas tanto questões naturais ou ambientais quanto sociais, incluindo, também, culturais e econômicas. Portanto, quando se fala em desenvolvimento territorial, necessariamente o sustentável se faz presente. Além disso, quando há um projeto de desenvolvimento pautado nas especificidades e potencialidades de determinado território, fazem-se necessárias interações de diferentes atores para a implementação de ações. Isso permite que diferentes dimensões sejam consideradas e analisadas, quais sejam, ambientais, sociais, culturais e econômicas. Ou, ainda, cada instituição tem seu foco mais centrado em uma das dimensões, estabelecendo-se um equilíbrio por meio de um processo de concertação³, de diminuição de assimetrias.

2.1.2.4 Dimensão ambiental

Atualmente, há uma emergente mudança de paradigmas em evolução na sociedade, onde é preciso perceber o conjunto de valores que direcionam o desenvolvimento econômico e a relação com o ambiente natural, que encontrou uma barreira intransponível que são os limites da biosfera (MATTOS; MATTOS; MATTOS, 2005). Essa mudança paradigmática aparece como um

³ Zapata (2007) comenta que a “concertação” traduz a ideia de concerto: entre os vários componentes de uma orquestra, cada um é responsável por um instrumento/ação, tem sua importância e sua hora de atuar, mas todos precisam trabalhar afinados e com uma regência (coordenação).

elemento reorganizador dos processos econômicos, cujo principal eixo é a busca da sustentabilidade.

A dimensão ambiental diz respeito à preservação do meio ambiente e à manutenção dos sistemas naturais vivos ou não, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. A preocupação com a situação do meio-ambiente, documentada na Agenda 21, firmada na Rio-92, deixa evidente que é importante que o desenvolvimento desejado deve ser aquele alcançado sem comprometer a sobrevivência das próximas gerações, por meio da utilização responsável dos recursos naturais disponíveis, mantendo-se, dessa forma, a capacidade produtiva e de produzir bem-estar para as gerações futuras.

Para Caporal e Costabeber (2002), a manutenção e a recuperação da base de recursos naturais – sobre a qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos – constituem um aspecto central para se atingir patamares crescentes de sustentabilidade. A proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Os desgastes ambientais e os padrões de desenvolvimento econômico se interligam, pois os problemas ambientais e econômicos ligam-se a vários fatores sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido cabe ressaltar o comentário de Veiga (2005, p. 51):

o modelo de pensamento dominante na Ciência Econômica sempre foi mecânico e fascinado pela ideia de equilíbrio. A prevalecente suposição de que o sistema econômico poderia atingir um ‘ótimo’ sempre ignorou a união entre sistemas econômicos e bióticos, além de desdenhar a existência de limites naturais.

Por isso, é importante compreender que a evolução da sociedade e da economia só ocorre via transformação do mundo natural, que é adaptado às

necessidades humanas. O desenvolvimento sustentável, dessa forma, não pode ser entendido apenas como um processo que consiga manter-se por longo prazo, racionando os estoques de recursos naturais, mas que, efetivamente, procure as transformações necessárias à vida humana, sem que se comprometa à existência da natureza e das pessoas no futuro.

Assim, meio ambiente e desenvolvimento constituem desafios interligados. O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriorar, bem como o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não considerar as consequências da destruição dos recursos ambientais. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas, pois eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito.

2.1.2.5 Dimensão espiritual

De acordo com Sung (2005), uma sociedade só se reproduz satisfatoriamente na medida em que as suas relações e instituições sociais também sejam sustentáveis. Para Furtado (1984), em sua obra *Cultura e Desenvolvimento*, as sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem consegue satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. Além disso, é preciso que haja uma convergência cultural e uma espiritualidade que transformem uma multidão de indivíduos em uma sociedade, em que cada indivíduo se sinta pertencente ou membro dela. Por isso, de acordo com Jara (2001), só se pode pensar em sustentabilidade no conjunto das esferas ecológica, econômica e social, quando se considera sua dimensão intangível ou espiritual, pautadas nos valores imateriais que as comunidades locais conseguem proteger.

Essa espiritualidade é a essência humana, segundo Capra (2002) e não deve ser confundida com religião. A religião está relacionada à crença no direito à salvação e na aceitação de alguma realidade sobrenatural, conforme as tradições da fé. A espiritualidade está relacionada com as qualidades do espírito humano que trazem felicidade – o amor, a compaixão, a paciência, a tolerância, o perdão, o contentamento, a responsabilidade, a harmonia (LAMA, 2006). Espiritualidade é, antes e acima de qualquer divergência teológica, uma postura do sujeito diante do mundo no qual é, ao mesmo tempo, produtor e produto. Espiritualidade, nesse sentido, é uma postura de cidadania (PAULY, 2006).

O indivíduo ao reconhecer seus valores pessoais e espirituais é inspirado a apreciar os valores de sua cultura, conviver com a diversidade, formular seus juízos de valores, elaborar pensamentos autônomos, críticos e que exercitem a liberdade de discernimento, sentimento e imaginação, para desenvolver seus talentos e ser protagonista de sua história. A dimensão espiritual do desenvolvimento estaria, assim, relacionada à constituição de uma consciência cidadã de maior amplitude, em conexão com as questões globais mais urgentes que exigem do ser humano uma postura de vida ética em face das suas relações com o semelhante e com o planeta (ASSIS JUNIOR ; BARROS, 2009).

A consciência de ter o reconhecimento da unidade na diversidade e a percepção espiritual da condição humana, ou seja, o uso do pensamento para o exercício da crítica e a compreensão mútuas e da autocrítica, são essenciais. Sem elas não aprendemos a conviver, reconhecer a alteridade e a perceber as interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns, a gestão coerente dos conflitos e o desenvolvimento da sociedade (MORIN, 2000)

Segundo Jara (2001), a dimensão espiritual, como parte integrante desse desenvolvimento, é um caminho que leva o homem a descobrir a sua condição humana e a se reconciliar com ela, assim como também se refere aos esforços da humanidade em ultrapassar os limites do utilitarismo, do egoísmo, da

desconfiança e da insensibilidade, promovendo um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

Por isso, a luta social e política em favor do desenvolvimento sustentável converte-se numa experiência de espiritualidade individual e coletiva, já que apoia-se na transformação social, repleta dos significados da sociedade, no propósito do desenvolvimento e na gestão pública.

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente considera a importância desta dimensão como direito fundamental ao desenvolvimento humano em seu artigo 3º:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2008, p. 9).

Segundo Lama (2006), a energia interna que impulsiona ao sentido mais avançado de desenvolvimento é, em essência, de natureza espiritual. Seguir essa trilha é acessar nossas potencialidades espirituais, agindo para melhorar a condição humana, ao mesmo tempo em que realizamos nossa própria transformação, pois “ou somos espirituais em sociedade com os outros ou não o somos em absoluto” (JARA, 2001).

A partir da exposição dessas dimensões do desenvolvimento percebe-se que o paradigma a respeito do desenvolvimento está sofrendo mudanças e incorporando outras discussões que estão em sintonia com a temática da sustentabilidade - isto ocorreu principalmente devido à insatisfação das pessoas no que se refere aos resultados das políticas públicas (ou até mesmo devido à sua ausência), à percepção do homem como parte do todo, assim como à existência

de um novo conjunto de condições sociais, políticas, tecnológicas e ambientais que tem mudado de maneira significativa o modo como o desenvolvimento é produzido e reproduzido na sociedade - e gerando novos conceitos. Por isso, na próxima seção, o foco será nas definições de desenvolvimento que estão em sintonia com este novo paradigma que está se estabelecendo e na justificativa na proposta de desenvolvimento escolhida.

2.1.3 O desenvolvimento neste estudo

Desenvolvimento é um dos grandes objetivos pelos quais se anseia e para o qual estão convergindo os esforços de toda humanidade. Nestas últimas três décadas, muitas dessas definições se direcionam para valorização do homem (o qual é o foco da teoria utilizada neste estudo). Furtado (1984) também enfatiza esta valorização quando define desenvolvimento como:

[...] um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. Desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade. O desenvolvimento é menos o domínio da natureza e mais um processo de criação de valores, portanto, de avanço na racionalidade substantiva ou dos fins (FURTADO, 1984, p. 63).

O sentido de humano dado à expressão desenvolvimento é também descrito por Amartya Sen. De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas e, dessa maneira, seu foco é a busca da autonomia e da liberdade para as pessoas e comunidades que se inserem no processo. O objetivo supremo do desenvolvimento está na liberdade individual e consiste na eliminação de privações de liberdades que

limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua ação de agente. O argumento de Amartya Sen é que:

[...] a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que desempenham um papel importante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva dos Estados repressivos (SEN, 1999, p. 18).

De acordo com Sachs (1993, p. 30 - 31), “o processo de desenvolvimento inicia-se na comunidade, contudo, pode passar pela associação em suas nuances políticas e econômicas”. Nesse sentido, define algumas estratégias pró-ativas e inovadoras de desenvolvimento, baseadas nos princípios de maior equidade social. Essas estratégias devem ser buscadas considerando simultaneamente vários fatores, como novas formas de associação entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas, mudança de políticas de oferta para políticas de capacitação, estimulando as iniciativas e a criatividade popular, a gestão competente do pluralismo técnico e o esforço de pesquisa de novas soluções tecnológicas (FELSKY, 2008).

Para Cavalcanti (2002, 2003 citado por ASSIS, 2006), as funções inovação e mudança também estão presentes na definição de desenvolvimento,

contudo, debate-se sobre o problema de que não é qualquer mudança ou qualquer inovação que podem levar a um modelo de desenvolvimento sustentável. Mudanças e inovações são constantes na história evolutiva do ser humano, mas a questão a ser analisada diz respeito ao tipo de inovação e ao tipo de mudanças.

Sem pretender oferecer uma definição acabada de desenvolvimento, Boisier (2003) considera que, atualmente, o desenvolvimento é entendido como a criação de um contexto que facilite o potencial do ser humano, não apenas como *homo economicus*, mas em sua dupla dimensão biológica e espiritual. Isso significa ampliar o conceito de desenvolvimento para uma esfera endógena e subjetiva, diretamente dependente da autoconfiança coletiva na capacidade de inventar recursos, mobilizar os já existentes e atuar de forma cooperativa e solidária, desde seu próprio território.

Para Boisier (2001), muitos estudiosos e algumas instituições, como a ONU, contribuíram para o progresso do conceito de desenvolvimento, pois nele existem complexidade e multidimensionalidade. Entender o desenvolvimento nesta perspectiva requer enfoques holísticos, sistêmicos e de recursos e, por isso, neste estudo, opta-se pela proposta de Max-Neef (1993), que afirma que o desenvolvimento deveria ser feito para as pessoas, baseando-se em três pilares: na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica entre o homem, a natureza e a tecnologia. Isso porque a chave do desenvolvimento se encontra na valorização do homem, por meio do seu aperfeiçoamento pessoal, cultural e técnico. Só assim o autor acredita que poderá haver transformação global da sociedade e progressiva melhora para todos.

Segundo Max-Neef (1993), o desenvolvimento voltado para a escala humana pode ser entendido como aquele que privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhes o

suprimento de suas carências básicas e condições de uma vida digna a todos os cidadãos.

A opção pela proposta de desenvolvimento do Max-Neef (1993) para este estudo se dá, principalmente, pela atenção dada ao desenvolvimento baseado nas necessidades humanas. Dessa forma, os indivíduos podem pensar nos meios necessários para satisfazer às suas necessidades (satisfatores) tanto individual como coletivamente e utilizar esta reflexão para encontrar os caminhos para viabilizar o desenvolvimento.

Mais do que a economia do ter, o autor baseia-se na economia do ser, fazer e estar, que se traduz em uma proposta de desenvolvimento, estando o homem no centro da ação, que, por meio de cooperação e parceria, busca construir estratégias de desenvolvimento que sejam capazes de estimular permanentemente a geração de satisfatores que potencializem esse desenvolvimento.

O desenvolvimento, no atual estágio da globalização, é resultado direto da estrutura e da mobilização das sociedades e seus atores, com base nas suas potencialidades e na matriz cultural, definindo e explorando suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações.

As argumentações de Sen (2000), Sachs (1993), Furtado (1984) e Max-Neef (1993), entre outros, se complementam ao seguir pelo menos uma mesma linha de raciocínio, ou seja, fatores econômicos são apenas parte do processo de desenvolvimento. A produção, o consumo e o lucro são alguns dos meios pelos quais o desenvolvimento pode se realizar. Num sistema de mercado, como é o caso da maioria das nações, não é possível pensar em atendimento de necessidades humanas sem pensar nos elementos produção e consumo que constituem o mercado.

É nesse sentido que não há nada de errado com afirmações de ordem econômica que enfatizam a importância de indicadores relacionados a trabalho e a salários para que uma parte da qualidade de vida se realize via consumo, pois não parece plausível procurar transportar uma sociedade que se desenvolveu nos moldes das relações comerciais para um estilo de vida totalmente distante dessas relações (ASSIS, 2006).

A busca por medidas que mensurem o desenvolvimento está concentrada essencialmente em indicadores econômicos tradicionais consolidados, demonstrando a importância de se ampliar a discussão para medidas que contemplem as mudanças sociais. Mesmo porque os indicadores utilizados para se mensurar o desenvolvimento de uma localidade refletem os valores e comportamentos da mesma.

Os grandes indicadores econômicos e sociais não são apenas reflexos passivos dos fenômenos que pretendem resumir. Eles também fazem parte com outros elementos de nosso ambiente informacional, daquilo que organiza nossas molduras cognitivas, nossa visão do mundo, nossos valores, nossos julgamentos. Diante disso, a próxima seção abordará o tema “indicadores de desenvolvimento”, apresentando alguns dos principais indicadores utilizados no Brasil e no mundo, além de formas alternativas de se mensurar o desenvolvimento que estão tentando se consolidar no cenário atual (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

Percebe-se, portanto, que o desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano. “Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar significado e substância ao pensamento e ao comportamento”(ESTEVA, 2000, p. 61).

O desenvolvimento é algo complexo, que gera mudanças profundas, abrangendo a totalidade do ser humano e torna necessário o envolvimento de toda uma sociedade, que se desenvolve de forma inter-relacionada e planejada, buscando satisfazer seus estados de pobreza - necessidades. O desenvolvimento é um processo que leva à dinamização econômica, aliada à melhoria da qualidade de vida para todos. Dessa forma, as necessidades humanas, pelo menos as fundamentais, podem começar a realizar-se desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento.

2.1.4 Indicadores para desenvolvimento

Os indicadores são necessários para monitorar o progresso nas distintas dimensões, funcionando como ferramentas de apoio aos tomadores de decisões e àqueles responsáveis pela elaboração de políticas em todos os níveis (GARCIA ;GUERRERO, 2006). Além disso, os indicadores podem ser úteis no sentido de evitar ou minimizar os impactos econômicos, sociais e ambientais advindos de uma atividade específica. Eles também são importantes meios para difundir ideias, pensamentos e valores.

Sob uma ótica econômica neoclássica, o desenvolvimento pressupõe a potencialização da produção associada à industrialização e à acumulação de capital produtivo. Pode ser medido a partir de indicadores do nível de renda per capita, volume da poupança por habitante, taxa de desemprego, distribuição interna da renda e existência de infraestrutura básica. Todos esses indicadores são, de fato, representativos de condições para o atendimento a algumas necessidades humanas. Entretanto, dizem respeito a apenas uma parte das necessidades, ou seja, medem apenas o lado material das necessidades (ASSIS, 2006).

A legitimidade de um indicador se constrói, portanto, ao mesmo tempo que as convenções de avaliações do progresso. E o Produto Interno Bruto (PIB) não escapa desta lei social. Nesse sentido, um indicador parece tanto mais suscetível de constituir, com o tempo, o cerne de uma convenção durável não exposta quanto mais for transparente e se prestar à elaboração de variantes que possam ser discutidas além do círculo estreito de seus idealizadores. Trata-se de uma outra maneira de refletir a dinâmica social em torno desses indicadores, e não apenas os problemas sociais que eles representam (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

Muitos indicadores globais exercem função importantíssima no debate público, principalmente depois de se perceber que desenvolvimento, quando baseado em aspectos econômicos, reforça um futuro limitado à população. Na visão de Gadrey e Jany-Catrice. (2006), os grandes indicadores econômicos e sociais não são apenas reflexos passivos dos fenômenos que pretendem resumir. Eles também fazem parte com outros elementos de nosso ambiente informacional, daquilo que organiza nossas molduras cognitivas, nossa visão do mundo, nossos valores, nossos julgamentos.

O desenvolvimento deve dizer respeito ao povo, ou seja, que as medidas devem incluir não só o crescimento, mas também sua dispersão, composição e sustentabilidade. A confiança no PIB como medida para avaliar o crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento, é limitada, pois o crescimento pode ser de boa ou má qualidade. Alguns processos/programas geram crescimento de baixa qualidade e não estão associados ao bem-estar do ser humano (THOMAS et al., 2002). Para se incluir a qualidade do crescimento em um critério de avaliação de desenvolvimento é necessário utilizar índices multidimensionais (BORGES, 2007).

Mas, mudar a visão de desenvolvimento representa substituir indicadores tradicionais e admitir outros tão expressivos quanto. Nesse sentido,

muitos esforços estão sendo realizados para promover avanços nesta discussão, porém, não há um único caminho para se medir o desenvolvimento e, sim, alternativas diversas, tanto em termos de economia quanto da sociedade.

Existem alternativas ideológicas na esfera social, econômica e política que possibilitam à sociedade e aos detentores do poder, escolher entre os diferentes estilos de desenvolvimento. Apesar disso, Gadrey e Jany-Catrice (2006) comentam que o principal indicador utilizado pelas sociedades desenvolvidas para avaliar o progresso como um todo ou expressar sua inquietude em relação ao futuro é sempre, e talvez mais do que nunca, aquele que determina o crescimento econômico, isto é, que mede as variações do produto Interno Bruto (PIB) ou as variantes deste conceito, eixo em torno do qual gira a contabilidade nacional. Ele está orientado para circulação e acumulação de bens materiais.

Nesse sentido, Schumacher (1983) argumenta que a ideia de ilimitado crescimento econômico tem de ser seriamente questionada em pelo menos duas atribuições: a disponibilidade de recursos básicos e, alternativa ou adicionalmente, a capacidade do meio-ambiente para fazer face ao grau de interferência implícita. Isso porque o desenvolvimento não se inicia com bens materiais, mas ele começa com pessoas e sua educação, organização e disciplina. Sem esses três elementos, todos os recursos permanecem latentes, inexplorados, potenciais.

Sen (2000) argumenta que o nível de renda ou o PIB são inadequados para mensurar o grau de desenvolvimento, uma vez que alguns aspectos do desenvolvimento não são considerados, como, por exemplo:

a liberdade para viver uma vida longa ou o potencial para escapar da morbidez evitável, a oportunidade de ter um emprego que valha a pena, ou viver em comunidades pacíficas e isentas de criminalidade (SEN, 2000, p. 330).

Apesar de receber muitas críticas, muitos autores acreditam que é preciso conservar o PIB comercial (ou quase comercial) nos moldes de hoje, com suas costumeiras adaptações internas e suas revisões, como medida bruta de fluxos econômicos primários, incluindo os que nada contribuem para o bem-estar ou que o reduzem. “O PIB é fundamental para realizar certas análises, entre as quais diz respeito ao emprego.” Mas, é importante contar com outros indicadores, objetivos e subjetivos⁴, com outros objetivos e destinados a outras comparações, permitindo juízos de valor a respeito da contribuição positiva ou negativa das atividades humanas para o bem-estar (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

A ampliação dos indicadores relacionados ao desenvolvimento, sobretudo às atividades que não têm valor de mercado (como serviços não remunerado, socializações, afetividade, liberdade, religiosidade, por exemplo), é necessária e, para isso, a utilização de indicadores subjetivos pode ser muito útil. Considerar apenas a produção de bens e serviços no cálculo da riqueza de um país, como acontece com o PIB, condiciona os comportamentos político, social e individual porque o que se mede tem incidência sobre o que se faz.

⁴ Uma distinção importante consiste em contrapor indicadores “objetivos” e “subjetivos”, sendo estes últimos baseados em sondagens de opinião, de “sentimentos” (de confiança, de segurança etc.), enquanto os primeiros se apoiam em dados que não incorporam explicitamente juízos de valor a propósito de uma situação vivida. Na realidade, essa distinção não é tão simples, pois muitas enquetes que visam produzir dados objetivos repousam, por exemplo, em declarações pessoais dos entrevistados, cuja subjetividade é então solicitada em graus diversos. Mesmo os dados “administrativos”, compreendidos em matéria econômica, se apoiam em procedimentos nos quais sempre intervêm decisões humanas. Isto não significa negar validade a distinção entre esses dois tipos de indicador, mas convida a relativizar a contraposição. Indicadores subjetivos construídos com seriedade podem ser mais significativos e mais robustos (sobretudo para acompanhar evoluções no tempo dentro de um país) do que certos indicadores ditos objetivos. A maior parte dos indicadores batizados em língua inglesa – *life satisfaction*, *happiness* ou *subjective well-being* – pertence à segunda categoria e está longe de ser desinteressante, mormente quando acoplados a indicadores objetivos (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

Max-Neef (1993, p. 10) trata dessa problemática e da necessidade de interdisciplinaridade quando ressalta que:

se confunde el concepto de trabajo com el de empleo asalariado, se olvidan de los campesinos, de las cooperativas informales, de los trabajos voluntarios. Todo lo que no da "valor añadido" crematístico, o que da poco, es casi invisible.

Esses dados invisíveis aos olhos da macroeconomia é que são importantes na microeconomia porque atendem à satisfação das necessidades populares. No entanto, Boff (1999b) diz que o que, na maioria das vezes, ocorre é o deboche ao trabalho comunitário voluntário, pois menospreza-se a tradição de solidariedade. Dessa forma, qual a imagem do ser humano que se encontra subjacente nos processos de desenvolvimento?

Para Coriolano (2006), na racionalidade técnica científica, o homem é apenas um ser racional; para o desenvolvimento econômico, ele é um consumidor; para o Desenvolvimento à Escala Humana, ele é um sujeito histórico dotado de direitos e deveres inalienáveis, um ator social que participa e pode mudar a realidade histórica. Assim, cada proposta de desenvolvimento possui introjetada sua visão de homem. E de sociedade desejada. Na compreensão de Max-Neef (1993), os economistas desprezam a palavra necessidade e trabalham apenas com as "preferências reveladas" no mercado, ou seja, a visão de homem no desenvolvimento econômico é de um consumidor que pode gerar lucro.

Em seu livro "Os novos indicadores de riqueza", Gadrey e Jany-Catrice (2006) temem a ideia de que, para serem entendidos, ao defender uma visão não estritamente econômica da riqueza e do bem-estar, seja necessário, obrigatoriamente, passar pela valorização econômica todas as variáveis não econômicas. Pode-se ver nisso uma contradição de termos que marcaria a vitória

definitiva da economia como valor supremo e como a única justificativa crível das ações em prol da justiça, do vínculo social ou do meio ambiente. Justificar o voluntariado, isto é, a doação, e sua contribuição social por meio de um valor monetário, de referência obrigatória ao mercado, é uma inacreditável confissão de impotência, pois sobrepõe a economia mercantil a todos os demais valores.

Por mais importante que seja a utilização de indicadores econômicos e quantitativos (PIB e as variantes deste conceito) como parâmetro do desenvolvimento, sua orientação - essencialmente econômica e quantitativa - é limitada, sendo necessário aprofundar estudos que contemplem variáveis que expressem outros aspectos, mesmo porque a temática do desenvolvimento na atualidade requer interdisciplinaridade.

Assim, de forma diferente da convencional, o desenvolvimento está relacionado às necessidades humanas e precisa de um novo modo de interpretar a realidade, um novo modo de ver e avaliar o mundo. Por isso, propostas de criação de indicadores qualitativos, como o FIB e indicadores do milênio, por exemplo, que abordam temas relacionados à qualidade de vida e ao bem-estar das pessoas, são fundamentais para a mudança do paradigma econômico para um mais humanizador, pois não ignoram a subjetividade que é inerente a todo ser humano.

Aos poucos se tornou imperativo reconhecer outros aspectos do desenvolvimento, sobretudo o humano/social, tais como os relacionados aos valores e dimensões das necessidades humanas e perspectivas de bem-estar. Para se falar em desenvolvimento é fundamental falar em necessidades e, a partir de sua identificação, podem-se criar indicadores mais condizentes com o modelo de desenvolvimento desejado. Este tipo de indicadores pode ajudar a construir um futuro mais desejável, baseado em uma visão integradora, holística, até mesmo espiritual, na qual estes aspectos fazem parte de uma teia inseparável de relações que auxiliará a sociedade a perceber o mundo como um todo. Nesta nova ideia

de desenvolvimento deve-se permitir melhoria na qualidade de vida baseando-se nas necessidades humanas, a qual será foco de estudo da próxima seção. Assim, desenvolvimento e necessidades humanas seriam, portanto, componentes imprescindíveis de um mesmo processo, referindo-se às pessoas e não às coisas (MAX-NEEF, 1993).

2.1.5 Necessidades humanas

O planeta Terra está em evolução e, portanto, o ser humano também. A natureza procura uma contínua superação (DIAMOND, 1998). Para Max-Neef (1993), é comum dizer que surgem novas necessidades numa sociedade, assim como acontece com todos os bens que surgem devido às novas condições em constante mutação, o que faz com que as necessidades sejam satisfeitas de maneira diferente de como se satisfaziam em períodos históricos anteriores. As novas relações de produção e sua natureza incidem nas condições de mudança, fazendo-se pensar em novas necessidades, quando, na realidade, se trata de novos meios necessários para a reprodução do modelo econômico.

A divisão do trabalho e o significado atribuído às inovações tecnológicas criam condições essenciais, por vezes, induzidas pela dependência de outras, que dão origem a novos problemas e novas formas de acesso às necessidades humanas ao mesmo tempo, abrindo caminho para uma consciência de desejo ilimitado. Persistem, portanto, as necessidades de sempre, mas aparecem outras novas formas sociais. Se estabelecem novos cenários nos quais é preciso, de muitas diferentes maneiras, satisfazer às necessidades humanas (MAX-NEEF, 1993).

O termo necessidade, comumente mobilizado no discurso público e político, bem como num vasto conjunto de perspectivas teóricas de ação e pensamento, apresenta-se, contudo, como um conceito pouco preciso e pouco

consensual (NECESSIDADES..., 2008). O que está em causa, quando se fala de conhecimento das necessidades, é o conhecimento científico dos fenômenos sociais e a capacidade de definir intervenções que atinjam as causas dos fenômenos e não as suas manifestações aparentes, que permitam atuar “como instrumentos para identificar o que falta a determinado grupo de forma a alcançar vidas mais satisfatórias” (REVIERE et al., 1996, p. 1).

Mas, definir necessidade não é tarefa simples. Segundo Ferreira (1989), ela se aproxima de um estado de pobreza, carência ou privação que é preciso ultrapassar ou satisfazer. A pobreza é um fenômeno complexo e, de maneira muito genérica, pode-se defini-la como uma situação na qual as necessidades humanas básicas não são adequadamente atendidas (ROCHA, 2003). Nesse sentido, é importante observar que a pobreza humana tem diversas faces. A mais lembrada é a da insuficiência de renda ou de consumo, que afeta uma pessoa ou uma família. Mas, assim como o conceito de desenvolvimento, a pobreza vai além da economia e das finanças. A pobreza também pode ser avaliada pela privação de uma vida longa e saudável e pela privação de conhecimento e pela falta ou dificuldade de acesso a serviços de saúde, água, esgoto, energia e telefone, à informação, à tecnologia, a serviços financeiros e a espaços e serviços de lazer e cultura. Pobreza não é apenas penúria. É, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu próprio destino (DEMO, 2003). Em outros termos, *pobreza é não ter, mas é também não ser ou estar impedido de ser*, como bem procurou mostrar Sen (1999).

Estamos acostumados a identificar a pobreza com os aspectos de subsistência. Contudo, ser pobre não é apenas não dispor de bens primários essenciais. Na verdade, cada tipo de necessidade humana básica não satisfeita corresponde a um tipo de pobreza. Dessa forma, existe pobreza de subsistência, mas também pobreza de proteção, pobreza de afeto, pobreza de entendimento etc., cada uma delas gerando patologias específicas (RABENHORST, 2006).

Existe muita discussão sobre a identificação de tais necessidades. Pereira (2000 citado por RABENHORST, 2006), resume bem a controvérsia contemporânea acerca do problema. Trata-se de um debate entre dois grupos antagônicos. De um lado, encontram-se aqueles que adotam um ponto de vista relativista, segundo o qual toda tentativa de elaboração de uma definição objetiva e universal das necessidades humanas básicas estaria fadada ao fracasso em razão das seguintes dificuldades: (1) as necessidades se confundem com preferências subjetivas; (2) qualquer intervenção do Estado no sentido de construir preferências coletivas, em nome de um bem comum, é autoritária e perigosa; (3) as necessidades humanas básicas podem variar de uma cultura para outra; (4) as necessidades humanas básicas são históricas e estão atreladas aos diversos modos de produção e (5) em uma sociedade plural cabe aos grupos sociais a tarefa de definir suas necessidades fundamentais e identificar os meios de satisfazê-las.

No outro polo da disputa está o grupo daqueles que estimam ser possível a construção de uma definição objetiva e universal das necessidades humanas básicas. O filósofo grego Epicuro, por exemplo, já havia inventariado uma lista básica das necessidades humanas que comportava quatro modalidades: (1) as necessidades naturais indispensáveis (beber, comer, etc.); (2) as necessidades naturais dispensáveis (sexo, amor, etc.); (3) as necessidades vãs e artificiais (riquezas, glória, etc.) e (4) as necessidades vãs e irrealizáveis (desejos de imortalidade, etc.) (RABENHORST, 2006).

Isso demonstra que, na discussão sobre necessidades humanas, deve-se reconhecer a importância da transdisciplinariedade, pois esta reflexão abrange diferentes áreas de conhecimento, tais como economia, antropologia, sociologia, filosofia, etc. Apesar de alguma delas se referirem mais à satisfação das necessidades humanas do que a necessidade em si, as necessidades humanas que

devem ser satisfeitas têm ocupado grande parte das discussões política e sócio-econômica para o desenvolvimento.

As pessoas buscam atender às suas necessidades básicas, assim como desejam legitimamente uma qualidade de vida melhor. Assim, satisfazer às necessidades e às aspirações humanas deveria ser o principal objetivo do desenvolvimento. Para Doyal e Gough (1994), recorrentemente associado ao estabelecimento de diagnósticos destinados a apoiar a promoção da mudança social, o debate das necessidades parece balizar o planejamento, a construção e a discussão crítica das políticas de resposta aos problemas sociais.

Dessa forma, para obter embasamento sobre quais seriam, portanto, as necessidades humanas neste processo dinâmico que se expressa pela mudança social, torna-se relevante rever alguns conceitos e teorias sobre o assunto, fazendo uma primeira aproximação das principais formas de conceituar e classificar as necessidades.

2.1.5.1 As necessidades humanas segundo Maslow

Segundo Chiavenato (2000), Maslow (1975) considera “necessidade” a manifestação natural de sensibilidade interna que desperta uma tendência a realizar um ato ou a procurar uma determinada categoria de objetos. Maslow (1975) organizou as necessidades humanas em cinco categorias hierárquicas, conforme sua predominância e probabilidade. São elas:

- a) necessidades fisiológicas: são as necessidades mais básicas do ser humano, que precisam de elementos materiais para sua satisfação. São necessidades de sobrevivência: alimento, água, oxigênio, sono, sexo, e também são instintivas, uma vez que nascem com o homem;

- b) necessidades de segurança: busca de proteção contra ameaças e privações. Busca-se uma vida segura, na qual estejam ausentes os perigos e os riscos para integridade individual e familiar;
- c) necessidades sociais: estão relacionadas ao convívio social, pois representam a vontade de reconhecer e ser reconhecido por seus semelhantes. Se refere ao ambiente social que possibilita contato, amizade, amor, associação, etc.;
- d) necessidade de estima: são as condições adequadas para evolução pessoal e o reconhecimento de uma pessoa em referência aos demais. Ocorre quando há o desenvolvimento de sentimentos de autoconfiança e de ser útil e necessário para os outros. Sua frustração produz sentimentos de inferioridade e impotência;
- e) necessidade de autorrealização: relacionada com a realização de objetivos, iniciativa, competências e concretização do potencial individual.

Maslow (1975) afirma que essas cinco categorias estão dispostas numa hierarquia em que necessidades de ordem mais baixa, como as fisiológicas, evoluem para necessidades de mais alta ordem, como as de autorrealização. Essa hierarquia determina a prioridade em vigência num determinado momento. Assim, o comportamento é determinado pela categoria de necessidades de mais baixa ordem que permanecer insatisfeita (CHIAVENATO, 2000).

5.1.5.2 As necessidades humanas segundo Heller

Em outra perspectiva, histórica e dialética, está Agnes Heller, discípula de Lukács⁵ e professora de sociologia na Universidade de Trobe, na Austrália. Em sua obra destaca-se a categoria dos requisitos estabelecidos em seu livro intitulado “Teoria das necessidades em Marx” (HELLER, 1978).

Para Heller (1978), as necessidades são geradas pela melhoria contínua das etapas históricas. A dialética das contradições em cada contexto é superada pela transformação da sociedade em novas fases em que as necessidades sejam plenamente alcançadas, "um novo modo de vida" que supere de uma vez por todas a estrutura de necessidades da sociedade burguesa. Ela classifica as necessidades segundo:

- a) necessidades existenciais: necessidades básicas tanto materiais como não materiais (fisiológica e de sociabilidade);
- b) necessidades alienadas: de caráter quantitativo, tais como poder, posse e acumulação de riquezas;
- c) necessidades não alienadas: de caráter qualitativo, como o amor, a amizade, culturais, de desenvolvimento pessoal;
- d) necessidades radicais: geradas pelo capitalismo, envolvem a necessidade de superar o sistema capitalista, o que implica uma reestruturação global da vida cotidiana em um sistema que gera necessidades, enquanto ele é incapaz de satisfazê-las.

⁵ György Lukács ou Georg Lukács foi um filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Kant, depois o encontro com Hegel e, finalmente, a adesão ao marxismo (SEMEGHINI, 2010).

2.1.5.3 As necessidades humanas segundo Galtung

Johan Galtung é professor de Estudos de Paz na Universidade do Havaí e na Universidade de Witten/Herdecke, na Alemanha. Em seu livro “Direitos Humanos: uma nova perspectiva”, Galtung (1998) propõe remediar deficiências (na falha da tradição legal que não leva em conta os problemas que se localizam nas estruturas econômicas e políticas da sociedade e, mais geralmente, na vida cultural), desenvolvendo uma perspectiva detalhada dos direitos humanos, baseada nas necessidades - uma análise estrutural e um exame claro de um número variado de processos culturais e sociais.

Galtung (1998) parte do pressuposto de que, para cada necessidade identificada existe algum meio de satisfazê-la. Quando não se pode dispor de meios suficientes, cabe falar de carência e insatisfação. Quando se dispõe dos meios suficientes pode-se suprir as necessidades do mínimo social (básicas), mas destina-se a superar um nível mínimo de satisfação (necessidades não básicas) sem comprometer a satisfação de necessidades básicas em outros lugares, grupos ou horas. Ele as distingue como:

- a) necessidades básicas materiais: fisiológicas, ambientais e individuais. Saúde, no sentido de bem-estar; educação, no sentido de autoexpressão/diálogo, liberdade de expressão e liberdade de circular;
- b) necessidades básicas não materiais: criatividade, identidade, autonomia, companhia, participação, autorrealização, sensação de a vida ter um sentido;
- c) necessidades não básicas: otimização das necessidades básicas por meio do uso solidários da tecnologia.

Galtung (1998) também estabelece o que ele chama de "meios materiais de satisfação" (alimentos, água, moradia, vestuário, cuidados médicos, educação escolar, mídia, transporte, etc.) que podem ajudar a cobrir diferentes necessidades (básicas ou não básicas, material ou imaterial).

2.1.5.4 As necessidades humanas segundo Doyal e Gough

Doyal e Gough (1994), em sua "Teoria das Necessidades Humanas", argumentam que as necessidades humanas são socialmente construídas, mas universais, rejeitando as aspirações decorrentes das preferências individuais das pessoas e seu ambiente cultural.

A teoria das necessidades destes autores pode ser classificada em duas grandes categorias: necessidades básicas e intermediárias. As necessidades básicas são saúde física e autonomia de ação. Ambas são universais, embora os meios e serviços (satisfatores) necessários para atendê-las variem entre as culturas. O nível ideal de ambas é definido pela sua capacidade de "evitar danos graves para ser considerado uma limitação fundamental e prolongada de participação social." Conformidade com o nível ótimo (condições sociais) leva a um processo de segunda ordem originado destas necessidades básicas, que os autores denominam de "autonomia crítica, entendida como liberdade de ação e da liberdade política (participação crítica do estilo de vida escolhido). As necessidades intermediárias são satisfatores, mas satisfatores de caráter universal que se concebem como "as qualidades de bens, serviços e relações que promovem a autonomia física e humana em todas as culturas." Doyal e Gough (1994) estabelecem onze necessidades intermediárias para atingir um nível ótimo para atender adequadamente às necessidades básicas (uma alimentação adequada e água potável, habitação que atenda às características adequadas, ambiente de trabalho livre de riscos, meio físico sem riscos, atenção sanitária

adequada, segurança na infância, relações primárias significativas, segurança física, segurança econômica, controle de natalidade, a gravidez e o parto de forma segura e educação básica).

Para os autores, a noção de necessidade refere-se a um conjunto de campos variados de percepções de carências e/ou a um conjunto de danos físicos, psíquicos e sociais, estes últimos social e/ou individualmente identificados e reconhecidos como expressões ou manifestações práticas de estados de carências - cuja deficiente ou insatisfatória resposta e disposição causa obstáculos à plena inserção social dos indivíduos, eventualmente prejudicando a otimização das oportunidades da vida individual e coletiva.

2.1.5.5 As necessidades humanas segundo Max-Neef

Estudando durante muitos anos o problema do desenvolvimento no então chamado “Terceiro Mundo”, Max-Neef (1993) não compartilhava da visão de que os seres humanos são dirigidos por uma busca ilimitada de bens materiais. Na sua proposta de necessidades humanas básicas (MAX-NEEF, 1993), o autor estabelece como postulado que as necessidades fundamentais são finitas, poucas e classificáveis. As necessidades humanas são, em todos os tempos e em todas as culturas, idênticas. O que muda são os modos empregados na sua forma de satisfação e os recursos utilizados com esse fim. As necessidades são do tipo axiológico e existencial, que se cruzam em uma matriz. As axiológicas são: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Na categoria existencial estão as necessidades de ser, estar, fazer e ter. No cruzamento entre linhas e colunas estão os satisfatores - os meios de se atender às necessidades. Como esta teoria é foco deste estudo, seus fundamentos serão apresentados em profundidade no capítulo 5.

2.1.5.6 Aspectos subjetivos ligados às necessidades humanas

Algumas questões que permitem mapear a reflexão que tem sido produzida sobre o problema das necessidades humanas referem-se à discussão em torno da origem biofísica e cultural das necessidades humanas; ao sentido material ou imaterial que as integram; à possibilidade de classificação das necessidades e ao debate produzido ao redor do seu caráter universal absoluto ou culturalmente relativo; à consideração das dimensões objetivas e subjetivas que se formam e respaldo às necessidades escolhidas; à condição vivida ou socialmente evidente em que se mantém as necessidades e às formas de operacionalizar sua análise, provisão e satisfação.

Para o sociólogo Santos (1989) a sociedade se defronta mais a cada dia com os limites e as insuficiências colocados pelo paradigma calcado apenas na ideia de objetividade e mensuração, sendo importante a análise das necessidades por esse ângulo. Isso sinaliza uma mudança em direção à valorização da subjetividade, das diferenças, tratando-se de um novo modo de se representar o mundo e as relações entre as coisas e pessoas que nele vivem. Para alguns, essa seria uma ciência pós-moderna.

Não só como elemento constituinte do conhecimento, mas como aspecto político, a emergência da subjetividade representa o desenvolvimento de maneiras de se refletir as relações sociais. Estas posições colocam, segundo Vaitsman (1995), todavia, um desafio simultaneamente teórico e metodológico, no que a reflexão sobre as necessidades humanas concerne: qual o lugar analítico da subjetividade?

Maslow (1975) abre esta perspectiva de análise sobre a subjetividade quando trata das necessidades sociais, de autoestima e realização (relacionada com a realização de objetivos, iniciativa, competências e concretização do potencial individual, contato, amizade, amor, associação, evolução pessoal e

reconhecimento), ao passo que Heller (1978) a aborda quando classifica as necessidades em existenciais e não alienadas (tais como o amor, a amizade e questões culturais e de desenvolvimento pessoal). Da mesma forma faz Galtung (1998), quando se refere à categoria de necessidades básicas não materiais (composta por aspectos como criatividade, identidade, autonomia, companhia, participação, autorrealização, sensação de que a vida tem um sentido), Doyal e Gough (1994) com a necessidade básica de autonomia de ação (liberdade de ação e participação crítica do estilo de vida escolhido) e Max-Neef (1993) com as categorias axiológicas e existenciais (com as necessidades de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade e nas dimensões de ser, estar, fazer e ter). Estas questões abrem o caminho para a exposição de um conjunto de elementos que engendram a reconhecida complexidade da reflexão operada em torno do problema das necessidades humanas.

Um ponto interessante e que chama a atenção na análise dos aspectos subjetivos discutida anteriormente, e que será objeto de análise neste estudo, refere-se à presença de uma dimensão chamada, neste estudo, de “espiritual”, como necessidade humana. A sensação de que a vida tem um sentido, assim como autorrealização, evolução e desenvolvimento pessoal, juntamente com questões relacionadas ao “ser”, nos remete à investigação dessa dimensão como parte intrigante na construção de caminhos práticos, teóricos e institucionais do conhecimento científico. Essa discussão leva ao seguinte questionamento: não seria a espiritualidade uma necessidade humana? Ela tem estado presente nas discussões da atualidade por autores renomados nesse meio, demonstrando a crise de civilização que a sociedade está vivenciando e fornecendo elementos para um novo paradigma que está surgindo e que pode dar sentido à nova fase da humanidade. Por isso, a seguir, faz-se esta discussão mostrando a posição de

diversos autores sobre a presença desta dimensão como parte intrínseca do ser humano.

O mundo moderno valoriza em demasia a técnica, a produção individual e o consumo. A condição contemporânea sugere que as reivindicações das singularidades subjetivas, como a dimensão espiritual, abram um mundo de possibilidades para a interatividade e a emergência da subjetividade.

2.2 Conhecimento, ciência e espiritualidade

De acordo com Capra (1982), a evolução biológica da espécie humana parou há uns 50.000 anos. Daí em diante, a evolução processou-se não mais genética, mas social e culturalmente, enquanto o corpo e o cérebro humanos permaneceram essencialmente os mesmos, em estrutura e tamanho. A civilização atual modificou a tal ponto o meio ambiente durante essa evolução cultural que perdeu o contato com a base biológica e ecológica mais do que qualquer outra cultura e qualquer outra civilização no passado. Essa separação manifesta-se numa flagrante disparidade entre o desenvolvimento do poder intelectual, o conhecimento científico e as qualificações tecnológicas, por um lado, e a sabedoria, a espiritualidade e a ética, por outro.

Para Maturana (2001), a palavra conhecimento, embora signifique o mesmo que a palavra ciência, etimologicamente, tem sido usada na história do pensamento ocidental para fazer referência a qualquer conhecimento cuja validade possa ser defendida em bases metodológicas, independentemente do domínio fenomênico no qual é proposto. Hoje em dia, entretanto, isso tem mudado progressivamente e a palavra ciência é agora mais frequentemente empregada para fazer referência apenas ao conhecimento validado por meio de um método particular, que é o método científico. Isso porque o conhecimento em qualquer domínio particular é, constitutivamente, o que consideramos como

ações — distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões — adequadas naquele domínio, avaliadas de acordo com nosso próprio critério de aceitabilidade para o que constitui uma ação adequada nele. Em outras palavras, o conhecimento é constituído por um observador como uma capacidade operacional que ele, ou ela, atribui a um sistema vivo, que pode ser ele ou ela própria, ao aceitar suas ações como adequadas num domínio cognitivo especificado nessa atribuição.

A racionalidade, a razão, está vinculada à faculdade do homem de julgar, à faculdade de raciocinar, de compreender, de ponderar. Isto não quer dizer que o conhecimento só é válido se for provado, mesmo porque a maior parte do conhecimento não vem através da razão. O conhecimento inclui, mas não está limitado, a descrições, hipóteses, conceitos, teorias, princípios e procedimentos que são ou úteis ou verdadeiros. O ser humano pode utilizar diversas formas de conhecimento para tentar compreender e interagir com o mundo, dentre as quais estão o religioso, o científico, o popular, o filosófico, etc.

A ciência está baseada, tradicionalmente, na razão, nos métodos lógicos, limitados a um processo mental que supõe a replicabilidade. Segundo Russell (2005), tem-se, comumente, a impressão de que tudo o que acreditamos deve ser suscetível de prova ou, pelo menos, de ser demonstrado como altamente provável. Imaginemos, porém, um Sócrates insistente que, seja qual for a razão que lhe apresentemos, continua exigindo uma razão para a razão. Mais cedo ou mais tarde – provavelmente não muito tarde – chegaremos a um ponto em que não será possível encontrar uma razão ulterior e no qual se tornará quase certo que não é possível descobrir uma razão ulterior, ainda que teoricamente ela possa ser descoberta.

Por isso, a razão deve ser usada apenas como um meio de se explicar um conhecimento (por exemplo, o científico), o que não quer dizer que não existam outros meios nem outros tipos de conhecimento. Aí está uma grande questão da

sociedade atual, pois esta tem se baseado principalmente na razão instrumental, no conhecimento científico como verdade, menosprezando outras formas de conhecimento, como o intuitivo, por exemplo, para o qual não é usual (nem este tipo de conhecimento tem esta intenção) utilizar a razão e métodos dedutivos ou indutivos para justificá-lo.

Apesar disso, desde o trabalho de Ramos (1989) e Tragtenberg (1974) no cenário nacional, assim como as obras de Habermas (1987), Horkheimer (2002) e Marcuse (1975), no cenário internacional, vem surgindo no Brasil e no mundo um significativo número de trabalhos que visam investigar formas de racionalidade alternativas à razão instrumental. Esses autores podem ser considerados como pensadores que consideraram a racionalidade sob uma perspectiva diferenciada. Suas percepções das mudanças do mundo contemporâneo caminham em direção a visões que reconsideram o conceito de racionalidade. Esse movimento promove avanços para ciência e sociedade, pois introduz óticas mais ampliadas para a ideia de razão e racionalidade.

A ciência é feita no observar que fazem os cientistas como seres humanos observadores na linguagem. Os seres humanos, independentemente do domínio que esteja fazendo suas observações, ao fazer essas observações, estão distinguindo na linguagem aquelas coisas que estão distinguindo como objetos das suas descrições.

Dessa forma, a ciência, como um domínio cognitivo, é uma atividade humana e, portanto, qualquer ação que os cientistas realizam ao fazer ciência tem validade e significado, como qualquer outra atividade humana, apenas no contexto de coexistência humana no qual surge. Portanto, ontologicamente, nesta forma de constituição como domínio cognitivo, a ciência não é diferente de outros domínios cognitivos, porque é definida e constituída como todos os domínios cognitivos são, isto é, como um domínio de ações definido por um critério de validação ou aceitabilidade, usado por um observador ou pelos

membros de uma comunidade de observadores para aceitar aquelas ações como válidas num domínio de ações definido por esse mesmo critério de aceitabilidade (MATURANA, 2001).

Isto pode ser visualizado em Capra (1982), quando comenta que, antes de 1500, a visão do mundo dominante na Europa, assim como na maioria das outras civilizações, era orgânica. As pessoas viviam em comunidades pequenas e coesas e vivenciavam a natureza em termos de relações orgânicas, caracterizadas pela interdependência dos fenômenos espirituais e materiais e pela subordinação das necessidades individuais às da comunidade. A estrutura científica dessa visão de mundo orgânica se assentava em duas autoridades: Aristóteles⁶ e a Igreja.

A revolução científica da renascença resgatou o pensamento de Aristóteles nesse sentido para reforçar a posição do domínio da igreja e do poder religioso. Houve, assim, na revolução científica, grande ênfase nos aspectos externos do homem, em coisas “concretas”, desprezando as buscas internas.

Wilber (1990) também retrata a afirmativa da ciência como um domínio cognitivo quando faz uma crítica à fragmentação e à dualidade do pensamento ocidental que perdurou por muitas décadas (verdade e falsidade; o sujeito e o objeto, o observador e o observado; matéria e energia; tese e antítese; etc.). Seu início, por volta de 1600, pode ser observado em Kepler e Galileu que, simultânea e independentemente, formularam o princípio de que as leis da natureza devem ser descobertas pela mensuração e aplicaram esse princípio ao

⁶ Juntamente com Sócrates (professor de Platão) e Platão (professor de Aristóteles), Aristóteles é visto como uma das figuras mais importantes e um dos fundadores, da filosofia ocidental. Aristóteles discorda de uma parte fundamental da filosofia de Platão. Platão concebia dois mundos existentes: o abstrato, o das ideias, acessível somente pelo intelecto, imutável e independente do tempo e do espaço material e aquele que é apreendido por nossos sentidos, o mundo concreto, em constante mutação. Aristóteles, ao contrário, defende a existência de um único mundo: este em que vivemos, pois o que está além de nossa experiência sensível não pode ser nada para nós (MORRAL, 2000).

próprio trabalho, em que Aristóteles havia classificado. Tal como Galileu, Descartes⁷ acreditava que a linguagem da natureza era matemática. Rapidamente o homem europeu se deixara totalmente embriagar pela nova ideia de mensuração, de quantidade. Não era apenas o melhoramento progressivo da humanidade nem a certeza da felicidade humana que a nova ciência da mensuração prometia, senão o conhecimento da Realidade Absoluta e Final, que escapara aos homens de todas as eras anteriores. Era o mundo da certeza.

Segundo Capra (1982), Descartes, além de estabelecer uma distinção nítida entre o corpo humano precívél e a alma indestrutível, sugeriu diferentes métodos para estudá-los. A alma, ou mente, deve ser estudada por introspecção e o corpo, pelos métodos da ciência natural. Entretanto, os psicólogos nos séculos subsequentes não seguiram a sugestão de Descartes; eles adotaram ambos os métodos para o estudo da psique humana, criando, assim, as duas principais escolas⁸ de psicologia: os estruturalistas e os behavioristas. Os estruturalistas estudaram a mente por meio da introspecção e tentaram analisar a consciência em seus elementos básicos, ao passo que os behavioristas concentraram-se exclusivamente no estudo do comportamento e, assim, foram levados a ignorar ou negar a existência pura e simples da mente. Nesse meio tempo, trabalhando mais na clínica e no consultório do que no laboratório, Sigmund Freud usou o método da livre associação para desenvolver a psicanálise. Embora isso fosse

⁷ Embora sua obra tenha se tornado um dos grandes clássicos da filosofia, sua proposição original não era ensinar filosofia, mas sim um método que servisse de introdução à ciência. O ponto fundamental do método de Descartes, que é analítico, é a dúvida. Mas a excessiva ênfase dada ao método cartesiano levou à fragmentação característica do nosso pensamento em geral e das nossas disciplinas acadêmicas, e levou à atitude generalizada de reducionismo na ciência — a crença em que todos os aspectos dos fenômenos complexos podem ser compreendidos se reduzidos às suas partes constituintes (CAPRA, 1982).

⁸ Ambas essas escolas surgiram numa época em que o pensamento científico era dominado pelo modelo newtoniano de realidade. Assim, ambas adotaram por modelo a física clássica, incorporando os conceitos básicos da mecânica newtoniana em sua estrutura teórica (CAPRA, 1982).

uma teoria muito diferente, revolucionária mesmo, da mente humana, seus conceitos básicos eram também de natureza newtoniana. Assim, as três principais correntes do pensamento psicológico nas primeiras décadas do século XX — duas no mundo acadêmico e uma no clínico — basearam-se no paradigma cartesiano e em conceitos especificamente newtonianos de realidade.

Conquistas recentes em pesquisa da consciência, psicoterapia e psicologia transpessoal estimularam o interesse por sistemas orientais de pensamento, especialmente os da Índia, que expõem uma variedade de abordagens profundas e refinadas da psicologia. A rica tradição da filosofia indiana gerou um espectro de escolas filosóficas, do extremo materialismo ao extremo idealismo, do monismo⁹ absoluto ao completo pluralismo, passando pelo dualismo. Assim, essas escolas desenvolveram numerosas e amiúde conflitantes teorias acerca do comportamento humano, a natureza da consciência e a relação entre a mente e a matéria. Além da vasta gama de escolas filosóficas, a cultura indiana e outras culturas orientais também desenvolveram tradições espirituais que se baseiam no conhecimento empírico e, assim, apresentam mais afinidades com a abordagem da ciência moderna. Essas tradições fundamentam-se em experiências místicas que levaram à criação de elaborados e extremamente refinados modelos de consciência que não podem ser entendidos dentro da estrutura cartesiana, mas que estão em surpreendente concordância com recentes conquistas científicas. As tradições místicas orientais, entretanto, não estão primordialmente interessadas na formulação de conceitos teóricos. Elas são, sobretudo, caminhos de libertação e buscam a transformação da consciência (CAPRA, 1982).

⁹ Chama-se de monismo (do grego *monis*, "um") às teorias filosóficas que defendem a unidade da realidade como um todo (em metafísica) ou a identidade entre mente e corpo (em filosofia da mente) por oposição ao dualismo ou ao pluralismo, à afirmação de realidades separadas (CAPRA, 1982).

Todo o conhecimento antes reduzido a dimensões objetivas e às qualidades objetivas “primárias” dos números, das posições e dos movimentos abre espaço para os aspectos subjetivos, as qualidades “secundárias” das emoções, dos sentidos e das intuições. Assim, a questão crucial que residia no dualismo de sujeito e objeto, de observador e evento, se revelou insustentável. Nesse sentido, Bronowski (1978) compreendia os aspectos essenciais da relatividade afirmando que “a relatividade deriva essencialmente da análise filosófica que insiste em que não há um fato e um observador, mas uma junção dos dois numa observação que o evento e o observador não são separáveis”. Segundo Schroedinger (1992, p.139), fundador da mecânica quântica,

o sujeito e o objeto são apenas um. Não se pode dizer que a barreira entre eles caiu, em resultado da recente experiência nas ciências físicas, pois essa barreira não existe. “Abandonar o dualismo” foi exatamente o que fizeram os novos físicos.

Wilber (1990), ao se basear na física quântica, afirma que o sujeito e o objeto, o observador e o observado são *Um*. E, todavia, por estranho que pareça, esse tipo de conhecimento dualístico em que o universo é cortado em sujeito e objeto (assim como em verdade e falsidade, em bem e mal, etc.) é a pedra angular da filosofia, da teologia e da ciência ocidentais, pois a filosofia ocidental, de modo geral, é a filosofia grega, e a filosofia grega é a filosofia dos dualismos - a maioria dos grandes tópicos filosóficos ainda debatidos hoje em dia foi criada e modelada pelos filósofos da Grécia antiga.

Para Boff (1999a), a nova física estabelece o conceito de mundo como um todo unificado e inseparável. O universo é mais que um conglomerado de todos os seres existentes. Tudo é dinâmico. Tudo vibra. Tudo está em processo. Segundo a teoria holográfica (espécie de reconstrução e fotografia das ondas, possibilitada pelo raio laser, produzindo o assim chamado holograma), as partes

estão no todo e o todo em cada uma das partes. O prêmio Nobel em Física David Bohm, a partir disso, propõe a imagem de ordem universal como uma ordem enovelada.

Tudo isto implica tudo; nada existe fora da relação; a relação constitui todas as realidades. O que existe é o holomovimento, um movimento articulado em todas as direções, interconectando todas as partes. Cada um de nós está também envolvido com cada parte e com todo universo. Somos de fato, um único universo no qual tudo tem relação com tudo. A nova física nos abre perspectiva do mundo material (BOFF, 1999a, p. 91-92).

Por isso, Maturana (2001) afirma que, se quisermos conhecer a realidade em sua plenitude e em sua totalidade, se quisermos deixar de esquivar-nos e de escapar de nós mesmos no próprio ato de tentar encontrar-nos, se quisermos penetrar a realidade concreta do território e deixar de confundir-nos diante dos mapas que invariavelmente possuem quem os possui, teremos de abrir mão do modo simbólico dualístico de conhecer, que rasga violentamente o tecido da realidade na própria tentativa de agarrá-lo. Numa palavra: “teremos de mudar-nos da obscuridade do conhecimento crepuscular para o brilho do conhecimento aurorescente — se quisermos conhecer a Realidade, teremos de voltar-nos, finalmente, para um outro modo de conhecer”.

Nesse sentido, a biologia contemporânea apresenta novas perspectivas a respeito da vida. A combinação entre física quântica e biologia enriqueceu o entendimento do caráter de sistema dos organismos vivos e do próprio cosmos. Ele auxilia também a captar melhor a natureza como um todo orgânico, que cerca, entre outros pontos: dinâmica e caráter cíclico, ordem estruturada, autonomia e integração, auto-organização e criatividade. Além dessas contribuições, têm-se as contribuições vindas da psicologia transpessoal e da assim chamada nova antropologia.

Mas, todas essas contribuições, segundo Boff (2001a), apesar de suas diferenças, coincidem no seguinte ponto: o ser humano, biológica e psiquicamente, possui uma ancestralidade com o universo. A dimensão espiritual existe, pois há uma ecologia interior e conexões com todas as energias do cosmos que passam por nós, marcam e nos interligam como destino de todos os seres. Embora, de maneira geral, a espiritualidade esteja sendo vista como um resultado da religiosidade, nem sempre foi assim. Einstein a associou à ciência, enquanto Platão, Nietzsche e Hegel a identificam com a filosofia (SOLOMON, 2003).

Uma das mais poderosas e influentes imagens da psique encontra-se na filosofia de Platão. No Fedro, a alma é descrita como um auriga, conduzindo dois cavalos: um representa as paixões do corpo e o outro, as emoções superiores. Essa metáfora abrange as duas abordagens da consciência — a biológica e a espiritual —, as quais têm sido exploradas, sem se reconciliar, ao longo de toda a filosofia e a ciência ocidental.

O conceito de espiritualidade é amplo e universal, não podendo, portanto, se restringir a uma corrente de pensamento – científica ou religiosa, por exemplo. Embora cientistas e teólogos discordem em muitos pontos, ambos concordam que, para além do mundo físico de causa e efeito descrito pelas ciências, deve haver uma “força invisível e indefinível” (MARQUES, 2002), uma energia presente em cada elemento do universo que estabelece os nexos essenciais entre esses elementos, integrando-os e dando-lhes sentido. Edgar Morin (2001) afirma que, como em um holograma, essa ordem cósmica se encontra integrada no interior de cada ser vivo e a espiritualidade pode ser definida como a consciência da presença dessa organização e a crença em um processo cósmico integral, da qual fazemos parte, embora não o compreendamos totalmente.

Para Maturana (2001), quando o universo como um todo procura conhecer-se por intermédio da mente humana, alguns aspectos desse universo não de permanecer desconhecidos:

com o despertar do conhecimento simbólico parece ter surgido uma cisão no universo entre o conhecedor e o conhecido, o pensador e o pensamento, o sujeito e o objeto; e nossa consciência mais íntima, conhecedora e investigadora do mundo externo, finalmente escapa do próprio domínio e continua como o Desconhecido, o Não-mostrado e o Indominável, do mesmo modo que sua mão pode agarrar um sem número de objetos, mas nunca poderá agarrar-se a si mesma, ou do mesmo modo que seus olhos podem ver o mundo mas nunca poderão ver-se a si próprios (WILBER, 1990, p. 26).

Para Steiner (2004), a modernidade substituiu a crença em conteúdos revelados em tempos passados e garantidos por tradição, autoridades eclesiásticas e pela ciência antiga, tomadas como verdades absolutas por aspirações ao saber autônomo. O saber é fruto do empenho e desenvolvimento individual e coletivo, ao passo que a mera crença expressa uma postura ainda amarrada a instâncias externas ao ato cognitivo.

Muitos cientistas e pensadores da atualidade admitem que, embora a racionalidade seja uma maneira válida de nos relacionarmos com o mundo, ela não pode nos oferecer uma compreensão completa da realidade, especialmente da realidade do espírito humano, pois só é capaz de descrever o universo de forma limitada e aproximada (MORIN, 2001). Há outros tipos de conhecimento – como o intuitivo, o afetivo e o simbólico – que têm sido negligenciados. A abertura para esses diferentes modos de conhecer pode revelar o caminho para o desenvolvimento de nossa espiritualidade (PORTAL, 2002).

Espiritualidade e ciência se implicam e se complementam. Não se pode negar o avanço de uma corrente cada vez maior na direção de uma profunda

interação entre a ciência e a espiritualidade neste início de novo milênio. O que transparece é que o desejo interior do “religare” nunca esteve tão forte e tão visível na caminhada do ser humano, ainda que sem parâmetros bem definidos, o que “per se” define uma característica ímpar do momento. Nunca a liberdade e a responsabilidade do ser humano foram a ele devolvidas para se constituírem caminhos próprios de cada um como nesta época, o que pode ser visto como um grande avanço evolutivo e, ao mesmo tempo, revolucionário (ZOHAR, 1990).

Com objetivo de melhor compreensão das ideias e argumentos sobre a relação entre espiritualidade, ciência e conhecimento faz-se pertinente expor as contribuições de autores reconhecidos na comunidade científica, como Boff (1999a, 1999b), Maturana(2001), Steiner (2006), Capra (1983) e Wilber (1990), para dar fundamentos à discussão. Os autores evidenciaram que a dimensão espiritual está intrinsecamente vinculada ao ser humano, pois ela amplia nossa visão de mundo.

Abordar este assunto no meio científico representa um grande desafio, porém, inevitável. Existe grande receio por parte da comunidade acadêmica em tratá-lo pelo medo de se voltar à subjetividade de pseudociência, uma vez que falar em espiritualidade, ou outros diferentes nomes que pode assumir, tais como self, sujeito, espírito, mente ou alma, significa considerar os aspectos indiretos e subjetivos não palpáveis ou mensuráveis aos olhos da sociedade científica.

Segundo Capra (2002), a enorme relutância dos cientistas em se ver às voltas com os fenômenos subjetivos faz parte da nossa herança cartesiana. A divisão fundamental que Descartes operou entre a mente e a matéria, o eu e o mundo, levou-nos a crer que o mundo pudesse ser descrito objetivamente, ou seja, sem que se fizesse menção nenhuma ao observador humano. Tal descrição objetiva da natureza tornou-se o ideal de toda ciência. Isso não significa que temos de renunciar ao rigor científico. Quando falamos que a ciência tem de ter “descrições objetivas”, referimo-nos, antes de mais nada, a um *corpus* de

conhecimento moldado, restringido e regulado pela atividade científica coletiva - a algo que não se resume a uma coletânea de relatos individuais. Mesmo quando o objeto de investigação é o relato em primeira pessoa das experiências conscientes, a validação intersubjetiva, que é uma das práticas padronizadas da ciência, não precisa ser deixada de lado.

Vale lembrar que o conhecimento científico é construído paulatinamente e por aproximações sucessivas à realidade e por isso é sempre provisório (BERGER; LUCKMANN, 1995). O receio de perder crédito científico não pode obstruir ou impedir o conhecimento humano, pois de que vale uma ciência em construção limitada e/ou estagnada? Dessa forma, o trabalho da ciência será sempre incompleto. Como observou Schumacher (1983, p. 35)¹⁰ “a sabedoria exige uma nova orientação da ciência e a maneira como conhecemos e interpretamos o mundo depende basicamente das ideias que enchem a nossa mente”.

Para Schlichting e Barcelos (2006), tanto as teorias filosóficas quanto as teorias científicas são domínios que não revelam nenhuma verdade, independente do que os que as formulam fazem. E as pessoas, quando conscientes ou por ignorância, aceitam que elas se tornem válidas verdades transcendentais, aceitam que aqueles que as formulam sabem e os outros não. E assim passamos a aceitar que elas sejam usadas por aqueles que sabem o que é correto, enquanto os outros não. Ao contrário, se aceitarmos que elas dependem do que os cientistas e filósofos fazem como observadores na linguagem,

¹⁰ Schumacher, economista e ecologista alemão, demonstra em seu livro “Small is Beautiful” que uma nova concepção de desenvolvimento econômico já era proposta antes mesmo do esgotamento do modelo anterior, uma vez que havia uma consciência, mesmo incipiente, de que os alicerces desse modelo eram frágeis. O autor se baseia na economia budista, destacando o papel central que os valores morais exercem na resolução dos problemas da raça humana, ou seja, obtenção de paz e garantia de permanência (MORAES; SERRA, 2005).

aceitamos a oportunidade de vê-las como instrumentos criativos para a vida que responsabilmente desejamos criar para viver.

2.2.1 A visão de Ken Wilber

Ken Wilber é um pensador e criador da psicologia integral. Sua obra concentra-se, basicamente, na integração de todas as áreas do conhecimento (ciência, filosofia, arte, ética e espiritualidade). Wilber (1990) tem cerca de dezesseis livros publicados nas áreas de ciência e espiritualidade. Dedicou-se à psicologia transpessoal, uma releitura da psicologia analítica de Carl Gustav Jung¹¹, numa abordagem ampla, que se constrói entre as sabedorias e conhecimentos do ocidente e do oriente. A proposta da psicologia transpessoal é incluir a dimensão espiritual no entendimento sobre o ser. Sua obra visa a integrar o conhecimento humano, apresentando uma visão coerente que interliga harmoniosamente ciência, filosofia, arte, ética e espiritualidade (CAPRA, 1983).

No Brasil, Wilber (1990;1999) é mais conhecido pela fase inicial de seus trabalhos, em especial pelos livros "Espectro da Consciência" e "Projeto Atman". Seus estudos referem-se ao psiquismo humano, pelo qual a evolução holística da natureza - que produz em qualquer parte totalidades cada vez mais inclusivas - manifesta-se como desenvolvimento ou crescimento. Desse modo, o mesmo impulso que deu lugar aos seres humanos a partir das amebas é o que termina convertendo o menino em adulto. Quer dizer, o crescimento ou o

¹¹ A orientação espiritual de Jung deu-lhe uma ampla perspectiva da ciência e do conhecimento racional. Jung passou a considerar a religião e a mitologia comparadas fontes inigualáveis de informação sobre o inconsciente coletivo, e concluiu que a espiritualidade genuína é parte integrante da psique humana. Ele chegou à conclusão de que a abordagem racional é meramente uma das numerosas abordagens possíveis, e todas elas resultam em diferentes, mas igualmente válidas, descrições da realidade (CAPRA, 2002).

desenvolvimento psicológico de uma pessoa da infância até a maturidade são simplesmente uma versão em miniatura da evolução cósmica ou, dito de outro modo, um reflexo microscópico do desenvolvimento global do universo e que aponta para seu mesmo objetivo, o desdobramento de unidades e integrações de ordem superior.

Assim, com o passar do desenvolvimento psicológico, a totalidade de um nível determinado converte-se em uma mera parte da totalidade própria do seguinte nível que, por sua vez, não é mais que uma parte do próximo, seguindo, desse modo, a evolução da consciência. Dessa forma, Wilber (1999) afirma que cada transformação ascendente baliza a aparição na consciência de um nível novo e superior, um nível que se caracteriza por uma nova estrutura profunda (matriz de símbolos) dentro da qual podem se desdobrar e operar novas traduções ou estruturas superficiais (matriz de signos). A evolução, ou o desenvolvimento, consiste em uma série de transformações ou mudanças de estrutura profundas, mediadas por símbolos ou formas verticais na consciência.

Quer dizer, em cada um dos distintos estágios do processo evolutivo, a totalidade própria de um determinado nível termina convertendo-se em uma mera parte da totalidade própria do seguinte nível. Nas primeiras etapas do desenvolvimento, o corpo - self corporal - é a totalidade da sensação de identidade. Entretanto, na medida em que a mente emerge e se desenvolve, a sensação de identidade se translada a ela e o corpo termina convertendo-se em um aspecto, em uma parte, do self¹². Do mesmo modo, com a aparição do nível sutil, a mente e o corpo - que constituíam a totalidade do sistema do eu precedente - convertem-se em um mero aspecto, ou parte, do novo - e mais incluso - self (WILBER, 1999).

¹² O self é o desenvolvimento pessoal ou o processo de individuação que, segundo Jung (2000), consiste na integração dos aspectos conscientes e inconscientes de nossa psique, o que envolverá encontros com os arquétipos do inconsciente coletivo e resultará, idealmente, na experiência de um novo centro da personalidade

Exatamente do mesmo modo, o autor afirma que em cada uma das distintas etapas do processo de evolução e recordação, a modalidade do self se converte em um mero componente do self supraordenado (o corpo era, por exemplo, a modalidade do self anterior à emergência da mente, em cujo momento se converteu em um mero componente). Isso pode expressar-se de formas muito diversas e cada uma delas nos revela algo importante sobre o desenvolvimento, a evolução e a transcendência: a) a totalidade termina convertendo-se em parte; b) a identificação se converte em desidentificação; c) o contexto se transforma em conteúdo (quer dizer, o contexto da cognição/experiência de um nível se converte em um mero conteúdo da experiência do próximo nível); d) o fundo converte-se em figura (o que libera o fundo supraordenado); e) o subjetivo converte-se em objetivo (até que ambos os termos terminam perdendo todo seu significado) e f) a condição transforma-se em elemento (quer dizer, a mente, que é a condição a priori da experiência egoica, termina convertendo-se em um mero elemento da experiência dos reinos superiores).

Wilber (1990), em “espectro da consciência”, vê essas estruturas e, em consequência, não as utiliza como um meio para olhar - e sim distorcer - o mundo). Cada um destes pontos constitui, em efeito, uma definição de transcendência mas também é uma definição de um estágio do desenvolvimento. Disso se desprende, portanto, que ambas as formulações são essencialmente idênticas e que a evolução é, em realidade, “autorrealização através da autotranscendência”.

Quer dizer, quando a consciência deixa de identificar-se de maneira exclusiva com o corpo, a pessoa pode chegar a integrar a todos esses distintos elementos em uma unidade supraordenada. Segundo Wilber (1999), este estágio se conhece com os nomes de integração de todos os níveis inferiores, integrado (LOEVINGER, 1976), autorrealizado (MASLOW, 1975) ou autônomo

(FROMM; RIESMAN, 1950). Ele representa uma integração entre o fisiológico e o psicológico. Trata-se de um estágio no qual o corpo e a mente constituem as experiências de um eu integrado. Este eu integrado no qual a mente e o corpo configuram uma unidade equilibrada e harmônica o autor chama de “centauro”.

2.2.2 A visão de Rudolf Steiner

Steiner (2006) foi filósofo, educador, artista e esoterista. Foi fundador da Ciência Espiritual antroposófica, da pedagogia Waldorf, da agricultura biodinâmica, da medicina antroposófica e da Eurytmia, esta última criada com a colaboração de sua esposa.

O autor procurou demonstrar em suas obras o elemento anímico¹³ do homem, pois o homem não vagueia sem direção e sem objetivo de uma impressão sensorial a outra; nem tampouco age sob a impressão de um estímulo qualquer exercido sobre ele, seja por algo exterior ou pelos processos de seu corpo. Ele reflete sobre suas percepções e sobre suas ações e, refletindo sobre as percepções, adquire conhecimentos sobre as coisas; refletindo sobre suas ações, introduz em sua vida uma coerência racional e sabe que sua missão como ser humano só é cumprida dignamente quando, tanto no processo cognitivo quanto no agir, ele se deixa conduzir por pensamentos corretos. O elemento anímico se defronta, pois, com uma dupla necessidade. Por necessidade natural, ele é determinado pelas leis do corpo; pelas leis que conduzem ao correto pensar, ele se deixa determinar por reconhecer livremente a necessidade das mesmas. É por obra da natureza que o homem se acha sujeito às leis do metabolismo; já às leis do pensamento ele se submete espontaneamente. Com isso, o homem se torna

¹³ A natureza anímica do homem refere-se ao mundo interior próprio. À impressão sensorial junta-se de início o sentimento; uma sensação dá ao homem prazer, outra desprazer. Trata-se de emoções de sua vida interior, anímica (STEINER, 2004).

participante de uma ordem superior à que pertence por seu corpo e essa ordem é a espiritual (STEINER, 2004).

Pode-se resumir a antroposofia de Steiner como um modo de alcance de um conhecimento suprassensível da realidade do mundo e do destino humano. Mas, o conteúdo desse resumo é complexo e remete a um estudo de extrema profundidade e disciplina, aliadas a um método de exercícios metódicos precisos, no intuito de revelar no homem o divino que neste reside adormecido. A antroposofia, o corpo de conceitos derivados da ciência espiritual, coloca o *antrophós* (homem) como participante efetivo do mundo espiritual através de seus corpos superiores, tornando assim evidente no mesmo o conceito do *Theós* (Deus).

Para Steiner (2006), a ciência espiritual é o meio de experiência consciente direta com o mundo espiritual, não se tratando, portanto, de uma forma de misticismo. É denominada ciência, pois seus resultados podem ser verificados por qualquer um que se dispuser a se preparar nesse sentido por meio do trabalho interior. Trata-se, por isso, de um conhecimento exato possível de ser acessado pelo pensar, desde que ele seja desenvolvido para tal pelo trabalho diário (exercício de concentração, revisão da memória, ação pura, percepção pura, etc.).

O seu ponto de partida está no pensar que supera a passividade do intelecto comum e que passa a se articular e a vivenciar como atividade genuína. A partir dessa vivência central, consegue, então, impulsionar com calor e clareza os sentimentos e, com metas éticas e autenticamente individuais, a vontade. O mundo atual, no entanto, conhece geralmente o pensar ou em sua dimensão como racionalidade a serviço do progresso tecnológico ou como intelecto crítico, capaz de desmistificar e destruir, mas incapaz de construir. Na consciência individual, pode ser cultivada, porém, uma outra dimensão do pensar: o pensar intuitivo. O pensar intuitivo é capaz de mergulhar nas

profundezas da realidade e unir o homem de novo com a natureza. Ele é, por um lado, um ato individual, mas, por outro, um órgão para perceber o vínculo espiritual entre o homem e as coisas, porque descobre que a ordem lógica e a ordem inerente às coisas são idênticas (STEINER, 2004).

Segundo Steiner (2004), o pensar vivenciado, e não a doutrina filosófica que dela se pode deduzir, abre o horizonte para uma noociência, semelhante à atual ciência natural no campo material da realidade. Essa noociência é capaz de investigar objetivamente também os aspectos não-materiais da realidade e ampliar assim as artes técnicas a partir de uma visão pluridimensional do universo. A noociência é uma realidade mais profunda e complexa, um passo necessário para a evolução do homem atual, porque somente uma ampliação espiritual objetiva do horizonte cognitivo pode dar, de novo, conteúdo, sentido e dignidade ao homem. Sem ela, continuamos certamente no caminho do esvaziamento interno e da banalização da vida em geral.

O caminho de reflexão filosófica traçado por Steiner (2006) demonstra que o pensar humano é mais do que aparenta ser num primeiro momento. A racionalidade intelectual que somente diseca e explora constitui apenas sua superfície. A essência profunda do pensar é ordenadora e integradora. Seu poder ordenador e integrador mostra-se ao pensar interiormente vivenciado como atividade mental. Esse pensar intuitivo é um órgão que capta de modo ativo as ideias e conceitos, que são as forças formativas da natureza. Nesse sentido, ele é o início de uma espiritualidade moderna que não rejeita a individualização do homem atual, mas a eleva a uma forma sob a qual ela entra em sintonia com as forças constitutivas do universo.

2.2.3 A visão de Humberto Maturana

Humberto Maturana é um biólogo (neurobiologia) chileno, crítico do realismo matemático e criador da teoria da autopoiese e da Biologia do Conhecer, junto com Francisco Varela. Ele faz parte dos propositores do pensamento sistêmico e do construtivismo radical. As reflexões de Maturana envolvem tudo aquilo que diz respeito ao humano. O pensamento de Humberto Maturana é um convite a uma transformação no modo de fazer as perguntas sobre o ser, o real, o existir, o observar e o conhecer. Estas questões tradicionalmente discutidas pela filosofia ele passa a discutir como cientista ao se envolver com a biologia da cognição e, com isso, acaba produzindo uma epistemologia original (GRACIANO, 1997).

O grande avanço representado pela neurociência para o conhecimento evolutivo do ser humano - desenvolvida na década de 1960 por Bateson (1972), que cunhou o termo "processo mental" e por Maturana e Varela (1980) com o seu estudo da cognição, o processo do conhecimento - foi o de perceber que a mente e a consciência são processos e não a visão de Descartes, mantida até as novas descobertas, que relegava a mente ao lugar de "coisa pensante" (*res cogitans*). Posteriormente, Maturana e Varela (2004) ampliaram este estudo, o que resultou numa teoria plenamente formada, "A Teoria da Cognição de Santiago".

Para Maturana e Varela (2004), a cognição é a atividade que dá garantia à autogeração e à autoperpetuação das redes vivas, ou seja, o processo da vida, denominado autopoiese. A autopoiese, portanto, está intrinsecamente ligada à cognição. Isso implica em que a atividade de organização de todos os sistemas vivos é mental e as interações desses organismos com o seu ambiente são

cognitivas. Então, a vida e a cognição estão ligadas definitivamente e a atividade mental é imanente¹⁴ à matéria, em todos os níveis de vida.

Segundo Maturana e Varela (1980), nessa teoria, a cognição não é a representação do mundo, mundo independente de nós mesmos e sim a produção de um mundo decorrente do "processo de viver". Assim, a cognição é um fenômeno mais amplo do que a consciência. E a consciência é a experiência vivida e consciente e ela se manifesta em certos graus de complexidade cognitiva, exigindo a presença de um cérebro e de um sistema nervoso superior. A compreensão da existência e a natureza das experiências vivenciadas são processos que conduzem o homem a identificar-se com outros aspectos, além do corpo físico, dos sentimentos e da cultura imposta, levando à libertação do ser humano, o qual está no encontro profundo de sua natureza consciente consigo mesma. O caminho da liberdade é a criação de circunstâncias que libertem no ser social seus profundos impulsos de solidariedade para com qualquer ser humano.

Os seres vivos têm duas dimensões de existência. Uma é a sua fisiologia, sua anatomia, sua estrutura. A outra, suas relações com os outros, sua existência com a totalidade, poderia ser chamada de dimensão espiritual. O que nos constitui como seres humanos é nosso modo particular de ser neste domínio de relações, em que se configura nosso ser, no conversar, no entrelaçamento da linguagem e no emocional. Tudo que é espiritual, o místico, os valores, a filosofia, a história, pertencem ao âmbito das relações do humano, que é o nosso viver nas conversações (MATURANA; VARELA, 1980).

¹⁴ A imanência é um conceito religioso e metafísico que defende a existência de um ser supremo e divino (ou força) dentro do mundo físico. Este conceito geralmente contrasta ou coexiste com a ideia de transcendência. O termo "imanência" é normalmente entendido como uma força divina, ou o ser divino, que permeia todas as coisas que existem e é capaz de influenciá-las.

Dessa forma, para Maturana (2001), o fenômeno espiritual é um estado de consciência, um modo de viver uma certa dinâmica de relação mais ou menos abarcadora das distintas dimensões do viver humano. Assim, o indivíduo deve ser reconhecido como ser social consciente e responsável por sua participação na construção do mundo que ele traz consigo em sua convivência com os outros. Criar o conhecimento e o entendimento que possibilita a convivência humana é um difícil desafio com que se depara a humanidade atualmente.

Segundo Maturana (2001), quando se fala de conhecimento em qualquer domínio particular é constitutivamente o que consideramos como ações — distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões — adequadas naquele domínio, avaliadas de acordo com nosso próprio critério de aceitabilidade para o que constitui uma ação adequada nele. Em outras palavras, o conhecimento é constituído por um observador como uma capacidade operacional que ele ou ela atribuem a um sistema vivo, que pode ser ele ou ela própria, ao aceitar suas ações como adequadas num domínio cognitivo especificado nessa atribuição.

Um exemplo para esta discussão é a educação da sociedade que tem sido, nas últimas décadas, voltada para o racional. O racional se constitui nas coerências operacionais dos sistemas argumentativos que construímos na linguagem, para defender ou justificar nossas ações. Entretanto, para Maturana (1998), todo sistema racional tem um fundamento emocional, apesar de vivermos em uma cultura que desvaloriza as emoções. Biologicamente, as emoções são dispositivos corporais que determinam ou especificam domínios de ações. Neste fluir, tudo o que se faz constitui a partir das emoções que configuram o que fazemos. Inclusive quando dizemos que estamos fazendo algo a partir da razão, estamos nos movendo em reflexões que acontecem na linguagem que, por sua vez, acontece como um fluir de coordenações de ações fundadas nas emoções que lhes deram origem. Por isso, afirma que “não há ação

humana sem uma emoção que a estabeleça como tal e a torna possível como um ato” e que “todo sistema racional se constitui no operar com premissas previamente aceitas, a partir de uma certa emoção” (MATURANA, 1998). Assim, o diferencial está em perceber que o ser humano se constitui no entrelaçamento do racional com o emocional e não em sua dicotomia, assim como está em perceber suas duas dimensões de existência, fisiológica e nas relações com os outros.

2.2.4 A visão de Frijot Capra

Frijot Capra é um físico teórico e escritor que desenvolve trabalhos na promoção da educação ecológica. Ele defende que a nova visão da realidade deve ultrapassar em diversas disciplinas a visão de mundo mecanicista e cartesiana. Em seu livro “O Tao da física”(CAPRA, 1983) o autor traça um paralelo entre a física moderna (relatividade, física quântica, física das partículas) e as filosofias e pensamentos orientais tradicionais, como o taoísta de Lao Tsé, o budismo (incluindo o zen) e o hinduísmo. Ele busca os pontos comuns entre as abordagens oriental e ocidental da realidade que seriam, por exemplo, a experiência do mundo como sendo uma rede ou teia de relações e o fato de a matéria não ser passiva e inerte, mas como um estado de movimento contínuo (MOROWITZ, 1992).

Capra (1982), em seu livro “O Ponto de Mutação”, chama a atenção dos leitores para uma visão sistêmica da vida, numa referência à tradição intelectual da teoria dos sistemas; defende também a ideia de que a escola filosófica da "ecologia profunda", que não separa os seres humanos da natureza e reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos, poderia fornecer uma base filosófica, e até mesmo espiritual, para o novo paradigma científico.

Segundo Capra (1982), esta nova visão da realidade é uma visão ecológica num sentido que vai muito além das preocupações imediatas com a proteção ambiental. Para enfatizar esse significado mais profundo de ecologia, filósofos e cientistas começaram a fazer uma distinção entre "ecologia profunda" e "ambientalismo superficial". Enquanto o ambientalismo superficial se preocupa com o controle e a administração mais eficientes do meio ambiente natural em benefício do "homem", o movimento da ecologia profunda busca mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário. A ecologia profunda é apoiada pela ciência moderna e, em especial, pela nova abordagem sistêmica, mas tem suas raízes numa percepção da realidade que transcende a estrutura científica e atinge a consciência intuitiva da unicidade de toda a vida, a interdependência de suas múltiplas manifestações e seus ciclos de mudança e transformação.

Nesse sentido, o modo de consciência pelo qual o indivíduo se sente vinculado ao cosmo como um todo é chamado de espírito humano. Em seu livro "Conexões ocultas" (CAPRA, 2002), analisando a dimensão cognitiva da vida, reafirma que está surgindo em nossa sociedade uma concepção unificada da vida, da mente e da consciência, uma concepção na qual a consciência humana encontra-se inextricavelmente ligada ao mundo social da cultura e dos relacionamentos interpessoais. Essa é uma constatação de que essa concepção unificada nos permitirá compreender a dimensão espiritual da vida de maneira totalmente compatível com as concepções tradicionais de espiritualidade.

Isso porque, no desenvolvimento da vida, desde seu surgimento, as interações dos organismos uns com os outros e com o ambiente não-vivo foram interações cognitivas e, à medida que aumentou a complexidade de suas estruturas, aumentou também a dos seus processos cognitivos, o que acabou por gerar, enfim a consciência, a linguagem e o pensamento conceitual. Assim, para Capra (1982), a compreensão da vida é uma compreensão sistêmica, o que

significa que se baseia não só na análise de estruturas moleculares, mas também na dos padrões de relação entre essas estruturas e dos processos específicos que determinam a sua formação. Como a respiração é de fato um aspecto essencial do metabolismo de todas as formas de vida, com exceção das mais simples, espírito parece ser uma metáfora perfeita para a rede de processos metabólicos que define todos os sistemas vivos. A palavra latina *spiritus* significa sopro e o mesmo vale para a palavra latina *anima*, a grega *psyche* e o sânscrito *atman*. O sentido comum de todos esses termos fundamentais indica que o sentido original de "espírito", em muitas tradições filosóficas e religiosas antigas, não só no Ocidente como também no Oriente, é o de sopro da vida. O espírito - o sopro da vida - é o que temos em comum com todos os seres vivos.

Segundo Capra (2002), a espiritualidade, ou a vida espiritual, é geralmente compreendida como um modo de ser que decorre de uma profunda experiência da realidade. Na literatura sobre as religiões do mundo inteiro são encontradas numerosas descrições dessa experiência e todas essas religiões tendem a concordar em que se trata de uma experiência direta e não-intelectual da realidade, dotada de algumas características fundamentais que independem totalmente dos contextos históricos e culturais. Uma das mais belas descrições atuais dessa experiência pode ser encontrada num curto ensaio intitulado "*Spirituality as Common Sense*", de autoria do psicólogo, escritor e monge beneditino Stendl-Rast (2009).

Seguindo o sentido original do termo "espírito", o de sopro da vida, o irmão Stendl-Rast (2009) caracteriza a experiência espiritual como um momento de vitalidade intensificada. Nossos momentos espirituais são os momentos em que nos sentimos mais intensamente vivos. A vitalidade ou a vivacidade que sentimos durante essa "experiência de pico", como a chama o psicólogo Maslow (1975), não envolve somente o corpo, mas também a mente. Os budistas dão o nome de "presença da mente" a esse estado de intensificação da atenção e

curiosamente salientam o fato de que essa "presença da mente" é profundamente ligada ao corpo e tem nele as suas raízes. A espiritualidade, portanto, é sempre encarnada. Nas palavras do irmão Stendl-Rast (2009), nós sentimos o nosso espírito como "a plenitude da mente e do corpo". É evidente que essa noção de espiritualidade é coerente com a noção de mente viva que está sendo desenvolvida pela ciência da cognição. A experiência espiritual é uma experiência de que a mente e o corpo estão vivos numa unidade. Além disso, essa experiência da unidade transcende não só a separação entre mente e corpo, mas também a separação entre o eu e o mundo. A consciência dominante nesses momentos espirituais é um reconhecimento profundo da nossa unidade com todas as coisas, uma percepção de que pertencemos ao universo como um todo. Essa sensação de unidade com o mundo natural é plenamente confirmada pela nova concepção científica da vida.

Para reconhecer isso os cientistas terão de aceitar outro paradigma novo, terão de reconhecer que a análise da experiência viva, ou seja, dos fenômenos subjetivos, pode fazer parte de qualquer ciência da consciência que mereça ser considerada como tal. Mas, esse reconhecimento exige uma mudança metodológica profunda que poucos estudiosos da cognição estão dispostos a empreender.

Capra (2002) percebe que a dimensão subjetiva está sempre implícita na prática da ciência. Porém, de maneira geral, ela não é o objeto explícito de estudo. Já numa ciência da consciência, alguns dos próprios dados a serem examinados são experiências subjetivas e interiores. Para que esses dados sejam reunidos e analisados sistematicamente, é preciso proceder a um exame disciplinado da experiência subjetiva, da experiência de "primeira pessoa". Só quando tal exame se tornar uma parte inalienável do estudo da consciência que este poderá se chamar, de pleno direito, uma "ciência da consciência". O uso da teoria da complexidade e a análise sistemática dos relatos das experiências

conscientes em primeira pessoa serão essenciais para a formulação de uma ciência da consciência digna desse nome.

Francisco Varela, um dos fundadores dessa escola de pensamento, deu-lhe o nome de "neurofenomenologia"¹⁵. A fenomenologia é um ramo importante da filosofia moderna, fundado por Edmund Husserl no começo do século XX e desenvolvido ainda por muitos filósofos europeus de renome, tais como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty. O método básico da fenomenologia consiste num exame disciplinado da experiência subjetiva e a esperança de Husserl e de seus seguidores era, e ainda é, a de que uma verdadeira ciência das experiências subjetivas seja criada em associação com as ciências naturais (MOROWITZ, 1992).

De acordo com Capra (2002), no que diz respeito às experiências subjetivas, três grandes caminhos de análise estão sendo percorridos. O primeiro baseia-se na introspecção, método desenvolvido bem no começo da psicologia científica. A metodologia da introspecção foi proposta como instrumento principal da ciência da psicologia por William James, mas, hoje em dia, os métodos desenvolvidos pelos pioneiros da introspecção podem ser encontrados sobretudo na prática dos psicoterapeutas e dos especialistas em treinamento empresarial. O segundo é a abordagem fenomenológica no sentido estrito, tal como foi desenvolvida por Husserl e seus seguidores. O terceiro caminho baseia-se no uso dos abundantes relatos derivados da prática da meditação,

¹⁵ A neurofenomenologia, pois, é um método de estudo da consciência que combina em si o exame disciplinado das experiências subjetivas com a análise dos padrões e processos neurais correspondentes. A partir dessa abordagem dual, os neurofenomenologistas exploram diversos domínios de experiência subjetiva e procuram compreender de que maneira eles surgem espontaneamente a partir de atividades neurais complexas. Agindo dessa maneira, esses estudiosos da cognição estão, na verdade, dando os primeiros passos rumo à formulação de uma verdadeira ciência das experiências subjetivas (MOROWITZ, 1992).

especialmente na tradição budista¹⁶. Seja qual for o caminho de sua escolha, esses cientistas cognitivos insistem em que não estão lançando um olhar casual sobre as experiências subjetivas, mas sim empregando uma metodologia rigorosa que exige uma capacidade especial e uma formação contínua, à semelhança das metodologias de outros campos de observação científica.

Dessa forma, a sociedade passará por uma inevitável revisão de conceitos e teorias econômicas básicas na qual a referência explícita a atitudes, valores e estilos de vida humanos no futuro pensamento econômico tornará essa nova ciência profundamente humanista. Ocupar-se-á das aspirações e potencialidades humanas, e as integrará à matriz subjacente do ecossistema global. Tal abordagem transcenderá de longe tudo o que possa ter sido tentado nas ciências de hoje; em sua natureza essencial será, simultaneamente, científica e espiritual.

2.2.5 A visão de Leonardo Boff

Boff é um teólogo brasileiro, escritor e professor universitário, expoente da Teologia da Libertação no Brasil. Sua reflexão teológica originou mais de 60 livros nas áreas de teologia, ecologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. É doutor *honoris causa* em política, pela Universidade de Turim (Itália) e em teologia pela Universidade de Lund (Suécia), tendo ainda sido agraciado com vários prêmios no Brasil e no exterior, por causa de sua luta em favor dos fracos, dos oprimidos e marginalizados e dos direitos humanos (CAPRA, 1983).

¹⁶ No decorrer dos séculos, os estudiosos budistas formularam teorias elaboradas e sofisticadas acerca de muitos aspectos sutis das experiências conscientes, teorias que têm grande probabilidade de se tornar excelentes fontes de inspiração para os estudiosos da cognição. O diálogo entre a ciência da cognição e as tradições contemplativas budistas já começou, e seus primeiros resultados indicam que os dados obtidos por meio da prática da meditação serão um elemento precioso de qualquer ciência da consciência que venha a se constituir no futuro (CAPRA, 2002).

A temática da espiritualidade preocupa o autor de forma singular, pois é no interior dela que as pessoas trazem de volta aquele elo perdido ou esquecido que liga e religa todas as coisas a um centro de sentido e de irradiação que torna sagrada a vida e leva à trajetória individual por esse mundo conturbado.

De acordo com Boff (1993), espiritualidade significa viver segundo a dinâmica profunda da vida. Ela revela um lado exterior como conjunto de relações que concernem ao outro como homem-mulher, a sociedade e a natureza, produzindo solidariedade, respeito às diferenças, reciprocidade e sentido de complementação a partir dos outros. Possui também um lado interior que se realiza como diálogo com o eu profundo, com o grande ancião e anciã que moram dentro da pessoa, com o mistério que habita o ser humano e que se chama Deus, mediante a contemplação, a interiorização e a busca do próprio coração. A espiritualidade une os dois lados num processo dinâmico mediante o qual vai se construindo a integralidade da pessoa e sua integração com tudo que a cerca.

Boff (1999b, p. 21) considera como espiritualidade:

aquelas qualidades do espírito-humano tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção, noção de responsabilidade, noção de harmonia que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto aos outros.

A espiritualidade, para o autor, é pensada numa experiência de base onnienglobante com a qual se capta a totalidade das coisas exatamente como uma totalidade orgânica, carregada de significação e de valor. Espírito em seu sentido originário, donde vem a palavra espiritualidade, é a qualidade de todo ser que respira e espiritualidade é aquela atitude que põe a vida no centro, que defende e

promove a vida contra todos os mecanismos de diminuição, estancamento e morte.

Para Boff (1999a), alimentar a espiritualidade significa estar aberto a tudo o que é portador de vida, cultivar o espaço interior de experiência a partir de todas as coisas se ligam e religam, superar os compartimentos estanques, captar a totalidade e vivenciar a realidade para além de sua facticidade opaca e, por vezes brutal, como valores, evocações e símbolos de uma dimensão mais profunda. O homem/mulher espiritual é aquele que pode perceber sempre o outro lado da realidade, que é capaz de captar a profundidade que se revela em todas as coisas e consegue entrever a referência de tudo com a última realidade. A espiritualidade parte não do poder, nem da acumulação, nem do interesse, nem da razão instrumental. Arranca da razão emocional, sacramental e simbólica; nasce da gratuidade do mundo, da relação inclusiva, da comoção profunda, do sentido de comunhão que todas as coisas guardam entre si, da percepção do grande organismo cósmico pervadido de acenos e sinais de uma realidade mais alta e última.

Segundo Boff (2009), cada época histórica precisa de um mito que congregate pessoas, galvanize forças e confira novo rumo à história. O mito fundador da modernidade reside na razão, desde os gregos, o eixo estruturador da sociedade. Ela cria a ciência, transforma-a em técnica de intervenção na natureza e se propõe dominar todas as suas forças. Para isso, deve-se torturar a natureza até que entregue todos os seus segredos. Essa razão crê num progresso ilimitado e cria uma sociedade que se quer autônoma, de ordem e progresso. A razão suscitava a pretensão de tudo prever, tudo gerir, tudo controlar, tudo organizar e tudo criar. Ela ocupou todos os espaços. Enviou ao limbo outras formas de conhecimento.

Os conhecimentos nascem do hábito de pensar com profundidade e aprender a pensar é decisivo para nos

situar no interior da sociedade do conhecimento e informação, caso contrário repetiremos os modelos e fórmulas, sem ousar, e, portanto sem criar e inovar (BOFF, 2004, p. 7-8).

De acordo com Boff (2009), o que a razão mais precisa neste momento é de ser urgentemente completada pela razão sensível (MAFFESOLI, 1996), pela inteligência emocional (GOLEMAN, 1995), pela razão cordial (CORTINA, 2007), pela educação dos sentidos (DUARTE JÚNIOR, 1998), pela ciência com consciência (MORIN, 1996), pela inteligência espiritual (ZOHAR, 1990), pelo *concern* (WINNICOTT, 1994) e pelo cuidado, como Boff vem propondo há tempos.

Assim, Boff (1999a) ressalta a necessidade de se criticar e ultrapassar o paradigma da modernidade incorporando numa totalidade maior. A crise ecológica revela a crise fundamental de nosso sistema de vida, de nosso modelo de sociedade e de desenvolvimento. O desenvolvimento deve ser com a natureza e não contra a natureza. O que deve ser fundamentalmente mais globalizado é a solidariedade para com todos os seres, a partir dos mais afetados, a valorização ardente da vida, em todas as suas formas; a participação como resposta ao chamado de todo ser humano e a dinâmica mesmo do universo e a veneração para com a natureza da qual somos parte, e a parte responsável. A partir dessa densidade de ser podemos e devemos assimilar as ciências e as técnicas como forma de garantir o ter e de manter ou refazer o equilíbrio ecológico, e de satisfazer equitativamente nossas necessidades de forma suficiente e não perdulária.

2.3 Desenvolvimento à Escala Humana

Este subtópico está organizado em sessões que buscam oferecer uma maior compreensão sobre a proposta teórica e metodológica de Max-Neef

(1993). Algumas informações sobre sua biografia podem ser encontradas no Anexo.

2.3.1 A Teoria da Necessidade Humanas Básicas

Para Max-Neef (1993), a crise por que passa o mundo torna-se uma megacrise porque não atinge somente o segmento econômico, mas aloca-se especialmente nos setores político, social e cultural, dificultando as condições da vida humana. É isso que amplia a magnitude da crise, dificultando ainda mais encontrar solução, porque não se trata de produzir, economicamente, mas de investir no homem, habilitá-lo e propiciar-lhe os meios para integrá-lo como protagonista na sociedade civil, de forma a alcançar igualdade econômica, social e política, respeitando os direitos humanos.

Esta crise perdura porque é difícil renunciar aos desenhos estratégicos ou às construções teóricas e ideológicas que se têm cimentado durante grande tempo, no que se refere às crenças, construções e esperanças e entusiasmo. Por isso a crise parece transcender a capacidade de assimilá-la e internalizá-la plenamente. Não é uma crise clara, pois não é somente econômica, não apenas social, cultural ou política. De alguma maneira, é uma convergência de todas, porém, sua agregação resulta em uma totalidade que é mais que a soma de suas partes (MAX-NEEF, 1993).

Nesse sentido, Miraglia (2007) salienta que a propagação mundial de preocupações ambientais, sociais e culturais relacionadas aos debates sobre a ideia de “desenvolvimento” vem exigindo reformulações tanto teórico-metodológicas em certos campos disciplinares, quanto na esfera de elaboração de intervenções no modo como novos arranjos socioculturais-político-ambientais são compreendidos.

As políticas de “desenvolvimento” deveriam ser formuladas e amparadas em fatores que não seriam apenas os da dinâmica econômica. Na atualidade, seria possível esperar que houvesse um consenso a respeito da compreensão do “desenvolvimento” como um processo amplo, que envolve diversos aspectos das realidades sociais humanas. No entanto, no debate sobre este tema ainda está largamente disseminada a visão reducionista de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico; acompanhada, em certos casos, por pequenas transformações que visam aprimorar essa tese simplista sem transformá-la efetivamente.

Para Oliveira (2010), na teoria econômica convencional, o que importa são mais produtos; portanto, deve-se buscar, a qualquer custo, aumentar a quantidade (crescimento). Essa teoria ortodoxa convencional não “entende” que quantidade (crescimento) não significa qualidade (desenvolvimento). É pela qualidade, e não pela quantidade, que Max-Neef (1993) vem lutando, arduamente, para implantar novos modos de produção econômica em que as pessoas sejam alçadas para o primeiro plano, em lugar dos objetos. A economia não está nos números, mas sim nas pessoas, pessoas que agem, que sentem, que fazem e que pensam a economia (atividade econômica) em seu dia a dia.

Segundo Max-Neef (1993), a diferença da economia convencional para com a teoria do desenvolvimento à escala humana se relaciona ao marco ecológico, à estrutura institucional, à existência de grupos sociais e suas inter-relações no âmbito político e econômico, assim como na questão cultural que dá sentido desde a um imaginário social radical, dos seres humanos e deles com a natureza e a história.

Max-Neef (1993) afirma que fomos levados a pensar que as necessidades humanas são infinitas, que variam em cada período histórico e que existe uma correspondência biunívoca entre as necessidades e as satisfações das necessidades. Mas, na verdade, as necessidades humanas são finitas, poucas e

classificáveis. São as mesmas em toda e qualquer cultura, e em todos os tempos históricos, em todos os lugares. O que muda através do tempo são as formas e os meios para satisfazer essas necessidades. O que está culturalmente determinado são as formas de satisfazer às necessidades (satisfatores) porque somos levados a abandonar formas tradicionais por outras novas e mais modernas.

Segundo Max-Neef (1993), uma política de desenvolvimento orientada para a satisfação das necessidades humanas, entendidas no sentido amplo, transcende a racionalidade econômica convencional porque se refere ao ser humano em sua totalidade. As relações que se estabelecem – e que podem se estabelecer – entre necessidades e seus satisfatores tornam possível construir uma filosofia e uma política de desenvolvimento autenticamente humanista. As necessidades valorizam o ser das pessoas, já que aquele se faz palpável através destas em sua dupla condição existencial: como carência e como potencialidade.

Conceber as necessidades somente como carência implica em restringir seu espectro ao puramente fisiológico, que é precisamente o âmbito em que uma necessidade assume com maior força e clareza a sensação de falta “de algo”. No entanto, à medida que as necessidades comprometem, motivam e mobilizam as pessoas, são também potencialidade, mais, ainda, podem chegar a ser recursos. A necessidade de participar é potencial de participação, tal como a necessidade de afeto é potencial de afeto.

De acordo com Max-Neef (1993), acessar o ser humano por meio das necessidades permite tender ao ponto entre uma antropologia filosófica e uma opção política e de políticas; tal parecia ser a vontade que animou os esforços dos intelectuais, tanto Karl Marx como Abraham Maslow. Compreender as necessidades como carência e potência, e compreender o ser humano em função delas, assim entendidas, previne contra toda redução do ser humano à categoria de existência fechada. Assim entendidas as necessidades (como carência e potência), torna-se impróprio falar de necessidades que se satisfazem ou que se

enchem. Enquanto revelam um processo dialético, constituem um movimento incesante, sendo mais apropriado falar de viver e realizar as necessidades, e de vivê-las e realizá-las de maneira contínua e renovada.

Para o autor, desenvolvimento humano deve ser entendido como um processo em que as potencialidades do ser humano são sempre desenvolvidas e constantemente ampliadas as oportunidades de seu desenvolvimento.

A situação atual obriga-nos a repensar o contexto social das necessidades humanas de maneira distinta da que tem sido habitualmente pensada pelas políticas de desenvolvimento e pelo planejamento social. Para uma teoria crítica da sociedade não basta especificar quais são os satisfatores e bens econômicos dominantes ao interior dela, senão apresentá-los como produtos historicamente constituídos e, portanto, suscetíveis de serem modificados. É necessário rastrear o processo de criação, reflexão e condicionamentos entre necessidades, satisfatores e bens econômicos (MAX-NEEF, 1993).

Sua teoria é uma tentativa de criar novos estilos de políticas econômicas que possam gerar emprego e renda e atuar também no campo da proteção social com programas emergenciais, com descentralização de poder, de forma que possa promover a inclusão social. No entanto, pensar em desenvolvimento na escala humana significa o esforço de pensar o desenvolvimento a partir da maioria da população que não conseguiu condições sociais e econômicas de sobrevivência.

2.3.1.1 Postulados do Desenvolvimento à Escala Humana

Segundo Max-Neef (1993), o primeiro postulado da teoria é que o desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos e aceitá-lo conduz à formulação de indicadores qualitativos, pois para os objetos já existem inúmeros

indicadores. Mas, para identificar indicadores referentes às pessoas é necessário antes saber quais seriam as necessidades fundamentais das pessoas.

Responder a esta pergunta seria difícil, pois acredita-se que estas necessidades tendem a ser infinitas, variáveis de acordo com a cultura e o período. Max-Neef (1993) afirma que há um erro conceitual em tal suposição devido à confusão entre necessidades e satisfatores dessas necessidades. Toda pessoa é um ser de necessidade múltipla e interdependente. Por necessidades humanas deve-se entender um sistema em que as mesmas se inter-relacionam e interagem. Simultaneidades, complementaridades e compensações são características da dinâmica do processo de satisfação das necessidades.

Existem algumas maneiras de classificar necessidades humanas e todas elas dependem dos propósitos que a classificação persegue. Segundo Max-Neef (1993), toda taxonomia deve ser considerada como provisória, aberta e sujeita a mudanças, à medida que surjam novas razões e evidências para fazê-lo. Para o propósito de desenvolvimento, uma taxonomia pluridimensional que distinga claramente necessidades e satisfatores é uma ferramenta útil e factível. Lamentavelmente, na formulação desta taxonomia nunca pode estar resguardada da objeção de arbitrariedade, pois, considerando que o esforço é, de toda maneira, imprescindível, pode-se reduzir o risco respeitando-se os seguintes requisitos:

- a) a taxonomia de ser compreensivo: as necessidades enumeradas devem ser facilmente reconhecidas e identificadas;
- b) a taxonomia deve combinar amplitude com especificidade: deve ligar-se a um número reduzido de necessidades claramente enunciadas (uma palavra para cada necessidade), mas capazes de criar em seu conjunto um universo suficientemente amplo para

que qualquer necessidade fundamental vivida possa remeter-se a ele;

- c) a taxonomia deve ser operativa: para todo satisfator existente ou pensado, uma ou mais das necessidades enunciadas devem aparecer como necessidade objetivo do satisfator. O que se pretende é que a taxonomia torne possível a análise de relação entre necessidades e as formas em que elas se satisfazem;
- d) a taxonomia deve ser potencialmente crítica: não basta que a taxonomia ligue satisfatores a necessidades. Também é necessário determinar as necessidades para as quais não há satisfações desejáveis ou satisfações que destroem ou inibem a realização de necessidades;
- e) a taxonomia deve ser potencialmente propositiva: na medida em que seja crítica e capaz de detectar insuficiências na relação entre satisfatores disponíveis e necessidades vividas, a taxonomia deve servir para pensar uma ordem alternativa capaz de gerar e fomentar satisfatores para as necessidades de todas as pessoas - e de toda a pessoa - e substituir satisfatores excludentes, que sacrificam umas necessidades por outras, mais compreensivas, que combinem a satisfação de várias necessidades.

Um ponto chave observado por Max-Neff (1993) sobre necessidades humanas é que não se deve confundir as necessidades humanas propriamente ditas com os meios que as satisfazem. As necessidades humanas básicas são invariáveis, mas a forma como as sociedades procuram satisfazer tais necessidades é algo culturalmente determinado. As necessidades humanas são, portanto, comuns a toda espécie humana, a todas as culturas, épocas e grupos.

Elas formam um sistema social junto aos subsistemas dos satisfatores e bens, e são classificáveis em categorias; podem desagregar-se conforme múltiplos critérios e as ciências humanas oferecem, nesse sentido, vasta e variada literatura. O autor da teoria combina dois critérios possíveis de desagregação: segundo categorias existenciais e segundo categorias axiológicas. Esta combinação permite operar com uma classificação que inclui, por uma parte, as necessidades existenciais de Ser (atributos pessoais), Ter (instituições, normas, mecanismos, ferramentas e leis), Fazer (ações pessoais e coletivas) e Estar (espaços e ambientes); por outro, as necessidades axiológicas de subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Ambas as categorias irão se combinar em uma matriz de necessidades humanas (MAX-NEEF, 1993).

Da classificação proposta para a categoria axiológica desprende-se que, por exemplo, alimentação e abrigo não devem ser considerados como necessidades, senão como satisfatores da necessidade fundamental de subsistência. Do mesmo modo, a educação (seja formal ou informal), o estudo, a investigação, a estimulação e a meditação são satisfatores da necessidade de entendimento. Os sistemas curativos, a prevenção e os esquemas de saúde, em geral, são satisfatores da necessidade de proteção.

De acordo com Max-Neef (1993), não existe correspondência biunívoca entre necessidades e satisfatores. Um satisfator pode contribuir simultaneamente a satisfação de diversas necessidades e uma necessidade pode requerer diversos satisfatores para ser satisfeita. Os satisfatores se referem às formas históricas e culturais mediante as quais as comunidades ou sociedades dão conta das necessidades humanas fundamentais. Os satisfatores são, pois, a história das necessidades, constituindo as formas mediante as quais em cada cultura, sociedade e circunstância histórica se buscam e desenham formas de atualizar as necessidades de seus integrantes. Sem dúvida, como formas de fazer as coisas,

os satisfatores, por sua parte, são imateriais e, por outra parte, constituem a interface entre o que é a exterioridade e a interioridade, entre os bens e as necessidades fundamentais.

Segundo Max-Neef (1993), são os satisfatores que definem a modalidade dominante que uma cultura ou uma sociedade imprimem nas necessidades. Os satisfatores não são os bens econômicos disponíveis que estão referidos a todos aqueles que, por representarem formas de ser, ter, fazer e estar, contribuem para a realização de necessidades humanas. Eles podem incluir, entre outras, formas de organização, estrutura política, práticas sociais, condições subjetivas, valores e normas, espaços, contextos, comportamentos e atitudes que repercutem sobre as formas em que se expressam as necessidades.

A alimentação é um satisfator, como também pode ser uma estrutura familiar (da necessidade de proteção, por exemplo), ou uma ordem política (da necessidade de participação, por exemplo). Um mesmo satisfator pode realizar distintas necessidades em culturas distintas ou viver de maneira divergente pelas mesmas necessidades em contextos diferentes. Um satisfator pode ter efeitos distintos em diversos contextos, dependendo não só do próprio contexto, senão também em boa parte dos bens que o meio gera, de como os gera e como organiza o consumo dos mesmos. Entendidos como objetos e artefatos que permitem incrementar ou diminuir a eficiência de um satisfator, os bens vão convertendo em elementos determinantes dentro da civilização industrial. A forma como se têm organizado a produção e a apropriação de bens econômicos ao longo do capitalismo industrial tem condicionado manter os tipos de satisfatores dominantes (MAX-NEEF, 1993).

Enquanto um satisfator é o modo pelo qual se expressa a necessidade, os bens são, em sentido estrito, o meio pelo qual o sujeito potencia os satisfatores para viver suas necessidades. No raciocínio de Max-Neef (1993), quando a forma de produção e consumo de bens conduz a construir o fim em si mesmo,

então, a suposta satisfação de uma necessidade desfavorece as potencialidades de vivê-la em toda sua amplitude. Ocorre o declínio, pois há confirmação de uma sociedade alienada que embarca em uma carreira produtivista sem sentido. A vida se coloca, então, a serviço dos artefatos em vez dos artefatos a serviço das pessoas. A construção de uma economia humana exige um importante desafio teórico: entender a dialética entre necessidades, satisfatores e bens econômicos, isto, a fim de pensar formas de organização econômica em que os bens potenciem satisfatores para viver as necessidades de maneira coerente, são e plena.

Max-Neef (1993) comenta que, além disso, se queremos definir ou avaliar um meio em função das necessidades humanas, não basta compreender quais são as possibilidades que o meio põe à disposição dos grupos e das pessoas para realizar as suas necessidades. É preciso examinar também em que medida o meio reprime, tolera ou estimula para que as possibilidades disponíveis ou dominantes sejam recriadas e alargadas pelos próprios indivíduos ou grupos que o compõem. Nesse sentido, o autor propôs alguns tipos de satisfatores. São eles:

- a) violadores ou destrutores: são elementos de efeitos paradoxais. Aplicados com o pretexto de satisfazer uma determinada necessidade, não somente aniquilam a possibilidade de sua satisfação em um prazo imediato, mas, sim, impossibilitam a satisfação adequada de outras necessidades;
- b) pseudossatisfatores: são elementos que estimulam uma falsa sensação de satisfação de uma necessidade determinada. Seu atributo especial é que geralmente são induzidos por meio de propaganda, publicidade e outros meios de persuasão;

- c) satisfatores inibidores: aqueles que, pelo modo como satisfazem (geralmente sobre-satisfazem) uma necessidade determinada, dificultam seriamente a possibilidade de satisfazer outras necessidades;
- d) satisfatores singulares: aqueles que apontam a satisfação de uma só necessidade, sendo neutros à respeito da satisfação de outras;
- e) satisfatores sinérgicos: aqueles que, pela forma como satisfazem uma necessidade determinada, estimulam e contribuem para a satisfação simultânea de outras necessidades.

A partir dessa diferenciação entre os conceitos de necessidade e satisfator, o autor formula dois postulados adicionais: o de que as necessidades humanas fundamentais são finitas, poucas e classificáveis e que as necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos.

Cada sistema econômico, social e político, segundo Max-Neef (1993), adota diferentes estilos para satisfazer às mesmas necessidades humanas fundamentais. Em cada sistema, estas se satisfazem (ou não) por meio da geração (ou não) de diferentes tipos de satisfatores. Um dos aspectos que definem uma cultura é sua eleição de satisfatores. As necessidades humanas fundamentais de um indivíduo que pertence a uma sociedade consumista são as mesmas daquele que pertence a uma sociedade ascética. O que muda são as eleições de quantidade e qualidade dos satisfatores e/ou as possibilidades de ter acesso aos satisfatores requeridos. O que está culturalmente determinado não são as necessidades humanas fundamentais, senão os satisfatores dessas necessidades. O câmbio cultural é – entre outras coisas – consequência de abandonar satisfatores tradicionais para substituí-los por outros novos e diferentes. Cabe agregar que cada necessidade pode satisfazer a níveis diferentes

e com distintas intensidades, mas até mesmo se satisfazem em três contextos: em relação a ele mesmo; em relação ao grupo social e em relação ao meio ambiente. A qualidade e a intensidade tanto dos níveis como dos contextos dependerão de tempo, lugar e circunstância.

Os fatores culturais mudam, portanto, de acordo com a maneira de compreender a busca de satisfazer as necessidades e, a partir deste conceito, pode ser interessante falar sobre estratégias de desenvolvimento comum.

2.3.1.2 A matriz das necessidades humanas

Segundo Max-Neef (1993), as necessidades humanas fundamentais são limitadas, constantes e funcionam como um sistema e não hierarquicamente, como propunha Maslow (1975). O que muda são as formas de satisfazê-las (satisfatores) numa determinada cultura. E, para auxiliar na identificação desses satisfatores e na sua classificação, ele utilizou uma matriz.

Para a construção da matriz, o autor dividiu as necessidades humanas em dois critérios, conforme visto anteriormente, que são o existencial e o axiológico. Os dois critérios são postos na chamada Matriz de Necessidades (Quadro 1), onde são inter-relacionados e de onde surgem os satisfatores em cada cédula, construídos pelo grupo, que podem ser sentimentos, características, ações e expectativas mais significativas para o bem-estar e a qualidade de vida do grupo. Ou seja, os satisfatores são a forma ou o meio de se atender às necessidades de um determinado grupo. A ordenação dos satisfatores dentro da matriz de necessidades básicas (Quadro 2) não é de nenhuma maneira normativa; são apenas exemplos de tipos de satisfatores possíveis. De fato, cada pessoa ou cada grupo pode preencher a sua segundo sua cultura, seu tempo, seu lugar ou suas circunstâncias, ou segundo suas limitações e suas aspirações.

Quadro 1 Exemplo de matriz de necessidade humanas básicas

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	1- Saúde física, saúde mental, equilíbrio, senso de humor.	2 - Alimentos, refúgio, trabalho.	3 - Alimentar, procriar, descansar, trabalhar.	4- Natureza, quadro social.
Proteção	5- Assistência, adaptabilidade, autonomia, equilíbrio, solidariedade.	6- Seguridade social, família trabalho, direitos.	7- Cooperar, prevenir, planificar, tratar da cura.	8- Espaço vivo, ambiente social, habitação.
Afeto	9- Autoestima, paixão, humor, tolerância, solidariedade, respeito.	10 – Amigos, relações familiares, relações com a natureza.	11 – Amar, carinho, cuidar, expressar emoções, compartilhar.	12- Vida privada, casa, espaços de convivência.
Compreensão	13 – Consciência crítica, saber, capacidade de resposta, curiosidade.	14 – Literatura, professores, métodos, políticas, informação.	15- Investigar, estudar, educar experimental, analisar, meditar.	16- Escolas, universidades, grupos, comunidades, famílias.
Participação	17- Dedicção adaptabilidade, responsabilidade, escolha, decisão.	18- Direitos, responsabilidade, privilégios, trabalho.	19- Afiliar-se, cooperar, sugerir, opinar discordar, compartilhar.	20 - Relações participativas, partidos associações, igrejas, comunidades.
Criação	21 – Intuição imaginação, criatividade, coragem, independência, curiosidade.	22- Habilidades, ofício, método, trabalho.	23- Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar.	24- Grupo cultural, seminários, espaços para a expressão.
Recreio	25- Curiosidade, senso de humor, imaginação, ousadia, tranquilidade.	26 – Jogos, shows, clubes, festas, paz de espírito.	27- Abstrair, sonhar, fantasiar, divertir, jogar, relaxar.	28- Privacidade, espaços de convivência, recreação.

“...Continua...”

Quadro 1 “conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Identidade	29- Sentimento de pertencer, diferenciação, autoestima, afirmação.	30- Símbolos, linguagem, hábitos, grupos de referência, valores.	31- Realização, comprometimento, integração, autoconhecimento.	32- Vida cotidiana, pertencimento, amadurecimento.
Liberdade	33 – Autonomia, autoestima, determinação, afirmação, rebeldia, ousadia.	34- Igualdade de direitos.	35 – Discordar, escolher, ser diferente, riscos, comprometer.	36- Plasticidade, espaço-tempo.

Fonte: Max-Neef (1993)

Da observação das diferentes cédulas da matriz que contêm propostas de satisfatores possíveis, se depreende que muitos dos satisfatores indicados podem dar origem a diversos bens econômicos. Se se escolhe, por exemplo, a cédula que indica formas do fazer para satisfazer a necessidade de entendimento, se encontram satisfatores como pesquisar, estudar, experimentar, educar, analisar, meditar e interpretar. Eles dão origem a bens econômicos, segundo a cultura e seus recursos, tais como livros, instrumentos de laboratório, ferramentas, computadores e outros artefatos. A função destes é, certamente, a de potenciar o fazer do entendimento.

Observa-se, em Max-Neef (1993), que as necessidades não são carências senão, também e simultaneamente, potencialidades humanas individuais e coletivas. Os satisfatores, pelo contrário, são as formas mediante as quais a necessidade se manifesta e se faz presente; são de caráter histórico e mudam ao ritmo da evolução cultural. Por tal razão são mutantes. Os satisfatores, por isso, são formas de ser, ter, fazer e estar (interagir), de caráter individual e coletivo, que conduzem à atualização das necessidades; por tal razão se relacionam com as estruturas sociais e econômicas. Os bens são os elementos históricos concretos que configuram o satisfator em cada conjuntura histórica e podem estender o alcance do satisfator muito além de si mesmo. Portanto, os bens econômicos são objetos e artefatos que permitem afetar a eficiência do satisfator, alterando, assim, o limiar de atualidade de uma necessidade, seja em sentido positivo ou negativo.

A sistematização proposta pelo autor é aplicável para fins de diagnóstico, planejamento e avaliação. A matriz de necessidades pode servir, em primeira instância, de exercício participativo de autodiagnóstico de grupos inseridos no espaço local. Por meio de um processo de diálogo interativo – preferencialmente com a presença de um coordenador que aja, às vezes, como

elemento catalizador –, o grupo pode ir identificando suas características atuais na medida em que seus integrantes vão preenchendo as respectivas cédulas.

Segundo Max-Neef (1993), o resultado desse exercício permitirá que o grupo tome conhecimento de suas carências e potencialidades mais profundas. Uma vez visualizada a situação atual, pode-se repetir o exercício com fins propositivos e decidir em termos de que satisfatores seriam necessários para a mais adequada satisfação das necessidades fundamentais do grupo. E, na medida em que os satisfatores vão se identificando com crescentes níveis de especificidade, deverão posteriormente ser analisados criticamente como suas características ou atributos, para estabelecer se são - ou devem ser – gerados exogenamente ou se podem ser gerados pela própria comunidade. Tal análise revelará a capacidade potencial de autodependência que pode conseguir nesse espaço local. A mesma análise, ao examinar as características dos satisfatores propostos, permitirá ao grupo avaliar se seus efeitos positivos são singulares ou sinérgicos, e se seus efeitos negativos são violadores, inibidores ou pseudossatisfatores.

O exercício proposto tem uma dupla virtude. Em primeiro lugar permite operacionalizar, em âmbito local, uma estratégia de desenvolvimento orientado para a satisfação das necessidades humanas. Em segundo lugar, por suas próprias características, resulta em educação, criatividade, participação e geração de consciência crítica. Em outras palavras, o método é, por si mesmo, gerador de fatores sinérgicos.

Para Max-Neef (1993), a técnica não se refere somente à sua aplicação em espaços locais. É igualmente utilizada nos níveis regionais e nacionais. Nos espaços locais assume a forma de um processo participativo o mais amplo possível, em que possa expressar-se tanto no âmbito econômico, político, social e cultural da comunidade, como nos diversos grupos conformados por jovens, mulheres, adultos, idosos e outros grupos representativos.

No plano regional, o exercício deve ser realizado por uma equipe cuidadosamente selecionada que não só represente os distintos âmbitos de qualquer região, senão que, por sua representatividade, conjugue os interesses tanto públicos quanto privados. Na esfera nacional, a equipe deve assumir, inevitavelmente, características transdisciplinares, dada a complexidade que assumem as problemáticas vistas desde o âmbito global.

2.3.2 Considerações sobre a teoria das necessidades humanas

A situação atual obriga a repensar o contexto social das necessidades humanas de uma maneira diferente daquela que tem sido habitualmente pensada e aplicada por meio de estratégias sociais, políticas e econômicas de desenvolvimento capitalista. Já não se trata de relacionar necessidades somente com bens e serviços que aparentemente pressuponham satisfações, mas, sim, de relacioná-las com os chamados “satisfatores”, isto é, com práticas sociais, formas de organização, modelos políticos e culturais que repercutam sobre as formas nas quais se expressam e se satisfazem às necessidades.

E é nesse sentido que a teoria de Max-Neef (1993) merece destaque, principalmente pelo esforço analítico para a construção da matriz de necessidades e identificação de seus satisfatores. Composta pelas necessidades humanas básicas segundo categoria existencial e a categoria axiológica, a matriz é bastante compreensível, apesar de necessitar de maior fundamentação sobre sua elaboração. Considera-se que a matriz necessita de maiores explicações, para ficar clara sua origem e quais os conceitos envolvidos, de forma a não deixar dúvidas sobre a sua elaboração.

Assim, tentar-se-á suprir algumas dessas lacunas. Suas categorias carecem de justificativas, pois, no que se refere à primeira categoria - a existencial -, pode-se dizer que as necessidades de ter, fazer, ser e estar são

interpretadas como as dimensões em que se manifestam as necessidades axiológicas. Isto porque o ser humano não apenas “tem” (no sentido de possuir, visão mais predominante na sociedade atual), mas também é, faz e está. Esta categoria, apesar de criticável, pode representar avanços na discussão sobre desenvolvimento.

Sen (1993) define qualidade de vida a partir de dois conceitos, baseando-se em apenas duas dimensões (ser e fazer): capacitação (*capability*), que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser, e funcionalidades (*functionings*), que representa partes do estado de uma pessoa - as várias coisas que ela faz ou é. Assim, a capacitação reflete, em cada pessoa, as combinações alternativas de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Dessa forma, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo, etc.) e as que envolvem autorrespeito e integração social (tomar parte da vida da comunidade).

Uma argumentação plausível para a dimensão SER refere-se ao fato de ela poder ser definida como característica de um indivíduo ou grupo. É tão completa que transcende a simples definição de individualidade ou identidade; está relacionada também com unicidade, isto é, ser você mesmo, com uma existência independente da dos demais, mas necessariamente inter-relacionada com os mesmos. A dimensão TER refere-se à particularidade que o ser humano pode conseguir, possuir ou obter. A dimensão FAZER significa atuar, criar, inovar, ter uma ocupação e produzir. E a última dimensão, ESTAR, complementa as outras necessidades. O estar relaciona-se com a existência do indivíduo, pois não pode ser sem estar, isto é, sem ocupar um espaço próprio e pessoal, algo que permita assegurar a existência de um indivíduo.

Max-Neef (1993) não detalha em sua teoria porque selecionou subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação,

identidade e liberdade como necessidades fundamentais de todo ser humano na categoria axiológica. Acredita-se que a escolha do termo axiológico para esta categoria se deva ao fato de que as necessidades “sempre se referem a valores” (HELLER, 1981, p. 148). E elas são definíveis somente a partir de valores, pois só se pode considerar como necessidades aquelas para as quais somos conscientes. Os valores dos indivíduos são relevantes na construção da matriz porque eles orientam as ações das pessoas no cotidiano e, portanto, influenciam a escolha dos satisfatores. A categoria axiológica estaria, portanto, relacionada aos requisitos fundamentais para que os indivíduos possam viver de maneira plena, se realizando e suprindo carências mentais, emocionais e físicas.

Dessa forma, a escolha da necessidade subsistência como uma necessidade básica humana deve-se ao fato de todo ser humano precisar de sustento, alimentos e manutenção para viver. A permanência, a continuação, uma certa estabilidade das coisas, bem como um conjunto de meios para a vida e despesas de cada um são necessárias para existência humana. A proteção dá-se pela necessidade de preservação, resguardo do corpo, assim como de aspectos mais sutis como a segurança emocional.

Além disso, o homem é um ser social e tem sentimentos de afeição ou inclinação para alguém, tais como amizade, paixão, simpatia, etc., assim como faz parte de sua natureza relacionar-se e interagir com os outros, no sentido de fazer, ter ou tomar parte em algo. Daí a explicação para o afeto e a participação serem considerados como duas das nove necessidades.

O entendimento justifica-se como necessidade devido à capacidade do ser humano de conceber e entender coisas, utilizando-se de sua compreensão, inteligência, percepção, interpretação e julgamento, inerentes aos seres humanos. Da mesma forma, tem-se a necessidade de criação que se refere à ação ou ao efeito de criar, de tirar do nada através do estabelecimento, da formação, da fundação, da instituição de algo.

A necessidade de ócio também é facilmente compreendida, pois todos precisam de algum tempo para descanso, repouso, de uma folga ou tempo livre, para utilizá-lo da maneira que lhe convir. Nesse sentido, ressalta-se também a necessidade de liberdade, para que o indivíduo tenha possibilidade de exercer livremente a sua vontade não sendo sujeito, como indivíduo ou comunidade, a controle ou arbitrariedades.

Por último, a necessidade de identidade, que se refere à consciência que todo o indivíduo tem de si mesmo e de sua origem, filiação, relações que estabelece, atributos físicos e psicológicos e fatores capazes de diferenciá-lo de outros indivíduo.

Outra análise importante sobre a proposta do desenvolvimento à escala humana recai sobre os satisfatores. Max-neef (1993) afirma que todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as culturas têm as mesmas necessidades básicas; o que muda é a forma de satisfazê-las (satisfatores). Essa concepção se contrapõe à concepção naturalista (dentre as quais se destacam a utilitarista e a “Nova Direita”) que reduz as necessidades a preferências e desejos, regulados pelo mercado.

A proposta de Max-Neef (1993) permite compreender que, a partir da perspectiva das necessidades humanas e de uma concepção completa e cuidadosa de suas implicações conceituais – desde que se distinga bem a diferença entre a necessidade, satisfatores e bens -, é possível fornecer alternativas para o desenho de estratégias que visem à ideia de desenvolvimento centrado nas pessoas e não nas coisas.

A humanidade vive e trabalha em modelos de sociedade que desconhecem a complexidade crescente da sociedade real em que estamos imersos. As concepções econômicas que têm dominado o cenário atual não têm conseguido satisfazer as legítimas carências das maiorias. Diante disso, novas concepções hão de orientar-se inevitavelmente em torno da geração de uma

crescente autodependência, o que justifica todo esforço teórico e metodológico do autor.

O trabalho de Max-Neef (1993) merece credibilidade, pois, na tentativa de obter respostas convincentes aos novos e velhos desafios ao desenvolvimento, sua construção de indicadores requereu abordagens que abandonam a perspectiva unidisciplinar e o raciocínio cartesiano e que se aproximam de perspectivas inter e até mesmo transdisciplinares. O ambiente complexo, incerto e instável de hoje exige abordagens sistêmicas, holísticas e integradas, capazes de indicar caminhos alternativos para os novos e antigos desafios que se apresentam. Sabe-se que um desses desafios, senão o principal, é satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Segundo Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991), para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

Consciente de todo o exposto, a proposta que Max-Neef (1993) elaborou não é um modelo. Por isso não pretende se exibir como solução definitiva porque entende-se que o ser humano e todo seu entorno são componentes que podem influenciar permanentemente. A ideia de desenvolvimento na escala humana, apesar de estranha ao modelo vigente, porque fala do homem, de justiça e equidade e não de capital e lucro, parece emergir com uma certa força, quando se associa à busca de respostas para as crises.

Dowbor (1998, p. 81) lembra que não há solução espontânea para esses problemas, algum tipo de "mão invisível" institucional capaz de assegurar os equilíbrios. Os atores econômicos e sociais são, atualmente, tão desiguais que a imagem da "livre concorrência", capaz de equilibrar os processos de desenvolvimento econômico, é, hoje, tão utópica e antiquada quanto à visão de

"bom selvagem" que ainda sobrevive em certas visões de esquerda. A liberdade sobrevive quando há um mínimo de equilíbrio de poder entre as partes, pois entre desiguais significa liberdade do mais forte e resulta na erosão das instituições. Quando se desarticulam os instrumentos institucionais de governo, ficam mais frágeis os instrumentos políticos de compensação, perdem-se de vista o longo prazo e os interesses humanos.

O desenvolvimento à escala humana aponta em direção a um necessário aprofundamento democrático. Ao facilitar uma prática democrática mais direta e participativa pode contribuir para reverter o papel tradicionalmente paternalista, tendo o papel estimulador de soluções criativas que nascem desde baixo até acima e são, portanto, mais congruentes com as aspirações reais das pessoas.

Mas, para servir seu propósito sustentador, deve-se, por sua vez, apoiar-se sobre uma base sólida. Essa base se constrói a partir do protagonismo real das pessoas, como consequência de privilegiar tanto a diversidade como a autonomia de espaços em que o protagonismo seja realmente possível. Conseguir a transformação de pessoa-objeto para pessoa-sujeito do desenvolvimento é, entre outras coisas, um problema de escala; não há protagonismo possível em sistemas gigantescos organizados hierarquicamente desde cima até abaixo (MAX-NEEF, 1993).

Nesse sentido, diz Furtado (1984) que, uma vez que a ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a metamorfose social deriva dessa outra ideia simples de que é mediante a invenção e a implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento.

Max-Neef (1993), sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento de novas ideias que sustentam as diferentes escolas sobre o desenvolvimento, especialmente aqueles que enfatizam a noção de sustentabilidade. Além disso, sua teoria permite diálogo com outros trabalhos que possuem outra perspectiva sobre o papel da economia.

3 METODOLOGIA

Para Guba e Lincoln (1994), os paradigmas que norteiam qualquer pesquisa social são o conjunto básico de valores e crenças do pesquisador. Estes autores definem o que o pesquisador deve responder quanto às questões fundamentais de natureza ontológica, epistemológica e metodológica. A natureza ontológica indaga a forma e a natureza da realidade e o que pode ser conhecido sobre ela; a realidade social é formada por ocasião de interação realizadas pelos atores envolvidos, uma vez que eles são capazes de interagir e de agir significativamente (ALENCAR, 1999); a epistemológica refere-se à natureza da conexão entre pesquisador e o que pode ser pesquisado. O conhecimento da interpretação e do significado da ação é somente possível quando se adquire conhecimento sobre o modo pelo qual os atores percebem o mundo e quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações, compreendendo as teorias dos atores via evidências qualitativas. A natureza metodológica questiona como o pesquisador deve se orientar para que ele encontre o que acredita poder ser conhecido, por meio de uma pesquisa, que é uma interação social consciente e que ocorre em cenários sociais específicos, na qual a análise é conduzida a partir da perspectiva do ator da ação.

Portanto, a forma de gerar conhecimento está intrinsecamente ligada à forma de o pesquisador conceber a realidade, de relacionar-se com ela e das especificidades da mesma. Neste trabalho, as questões concernentes ao desenvolvimento respondem às questões fundamentais de natureza ontológica. As questões de natureza epistemológica referem-se ao paradigma interpretativo, em que a realidade é concebida como construção social infindável. Por fim, as questões de natureza metodológica correspondem aos momentos da pesquisa de campo, suas técnicas de coleta e análise das informações.

O presente estudo é de cunho qualitativo e a relação com a realidade se dá por meio do paradigma epistemológico interpretativo de investigação social. O paradigma interpretativo busca interpretar, entender as teorias dos atores sociais na construção da sua realidade, corroborando para a construção de novas teorias sociais que deem conta da complexidade do contexto (ALENCAR, 1999).

Para a abordagem interpretativa ou teoria social, de acordo com Alencar e Gomes (1998), a essência da vida social está baseada na habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece a sua volta e, a partir daí, escolher como agir a luz desta interpretação. Embora ela tente explicar os motivos pelos quais as pessoas se comportam de uma determinada maneira, tal explicação não repousa exclusivamente na influência de fatores externos aos indivíduos (“estrutura de valores e normas” e “desigualdade estrutural”). Esse modo de conceber a realidade enfatiza a necessidade de compreender o significado que as pessoas atribuem aos objetos de orientação que formam a situação na qual atuam.

Para Alencar e Gomes (1998), essa articulação quer dizer que significado não existe no vácuo, mas para um indivíduo específico ou grupo de indivíduos em um dado contexto. Em segundo lugar, admite-se que, tratando-se de outros indivíduos e de outros contextos, o mesmo objeto poderá ter diferentes significados. Assim, podem-se distinguir, em um objeto de orientação, diferentes significados e isso não quer dizer que o objeto de orientação e o seu significado sejam fisicamente separáveis, mas que ele tem duas descrições, em uma das quais ele é caracterizado em termos do significado para o indivíduo. Os objetos somente possuem significados em um contexto (situação), ou seja, em relação ao significado de outros objetos também presentes no contexto.

O pesquisador que conduz uma análise fundamentada nessa perspectiva busca compreender o processo de orientação dos atores sociais e não existe outra

forma de obter essa compreensão se o cientista não adotar a perspectiva daqueles que desenvolvem as ações, isto é, dos próprios atores sociais. Por conseguinte, sua postura será diferente da postura dos investigadores sociais que seguem outras correntes (ALENCAR, 1999).

3.1 Natureza e tipo de pesquisa

O processo de pesquisa, entendida como processo de geração de conhecimento científico, pode assumir peculiaridades nas ciências sociais, pois, ao se considerar como objeto de estudo do cientista social os seres humanos, nota-se a variabilidade do comportamento e dos estados subjetivos, isto é, pensamentos, sentimentos e atitudes.

Assim, devido à complexidade e à subjetividade dos conceitos envolvidos nesta pesquisa, foi utilizada a pesquisa qualitativa, como forma de ampliar o entendimento e a compreensão das características do fenômeno do desenvolvimento, em toda a sua amplitude, conforme apresentada ao longo do referencial teórico.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a pesquisa de natureza qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores baseados em métodos qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos, nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1999).

Uma característica importante da pesquisa qualitativa refere-se ao fato de esse tipo de pesquisa adotar um modelo interativo de pesquisa em ciências sociais (Figura 1).

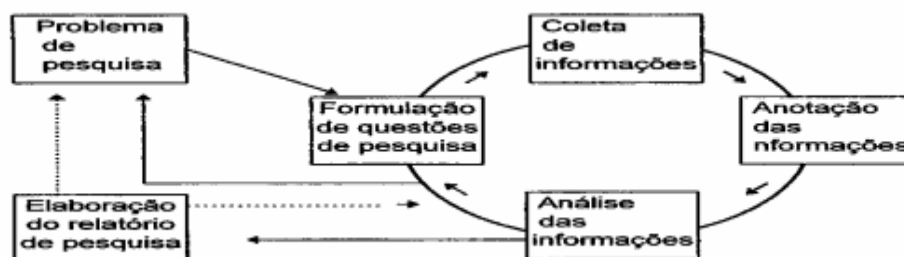


Figura 1 Sequência circular de pesquisa em ciências sociais

Fonte: Adaptado do esquema de Spradley (1980 citado por ALENCAR, 1999, p. 29).

As diferentes direções que as setas na Figura 1 podem tomar sugerem que o processo de pesquisa qualitativa assume conotações diferentes, comparado ao processo de pesquisa quantitativa. Isto porque, segundo Alencar (1999), a coleta e a análise de dados não são atividades estanques. A sequência de análises parciais (trabalho de campo - análise - trabalho de campo - análise ...) indica o caráter interativo da pesquisa qualitativa, significando que as pressuposições do pesquisador, ao iniciar o estudo, podem ser modificadas durante o próprio processo de investigação, acarretando, por seu turno, a reformulação das questões de pesquisa ou, até mesmo, do problema de pesquisa.

Seria, na linguagem de Denzin e Lincoln (1994, p. 4), “a reconstrução social da realidade”. A elaboração do relatório, a última grande tarefa em qualquer processo de pesquisa, força o pesquisador a se envolver em um novo e mais intensivo tipo de análise, em que ele procura dar sentido lógico às informações coletadas e às interpretações, articulando, por exemplo, significados apreendidos, conceitos e categorias criadas. Novas questões podem também emergir, demandando novas observações. Nesse estágio, nem sempre é possível,

por diversas razões, realizar trabalhos de campo adicionais. Todavia, a sequência de análises parciais, representando a interação do pesquisador com a realidade estudada, atenua (embora não elimine) a necessidade de novas informações (ALENCAR, 1999).

Como este estudo se empenhou em conhecer e aplicar a teoria das necessidades humanas, sendo esta uma teoria recente e ainda pouco difundida no Brasil - pois se desconhece sua aplicação no país - acredita-se que a pesquisa do tipo exploratória seja a mais adequada, pois esse tipo de pesquisa justifica-se na medida em que não se tem muita informação sobre o tema e se deseja conhecer melhor o fenômeno. Tal escolha proporciona maior interação com o problema de pesquisa, ao tentar identificar e explicar as causas e as consequências do mesmo (RICHARDSON, 1999).

Dessa maneira, o pesquisador entra em contato com a realidade, levando-o a adquirir mais experiência, além de dar a possibilidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias existentes, que poderão ser utilizadas na formulação de problemas mais precisos ou de novas hipóteses para trabalhos futuros (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004; GIL, 1987).

Segundo Gil (1987), a pesquisa exploratória presta-se à condução do pesquisador a uma melhor compreensão do problema ao proporcionar maior familiaridade, tornando-o mais explícito. Este autor afirma que o objetivo principal deste tipo de pesquisa é o “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

A pesquisa com tipo de investigação exploratória, independentemente da forma de abordagem ou da estratégia de pesquisa adotada, trabalha sobre os dados ou fatos colhidos no próprio ambiente do objeto pesquisado, portanto, a coleta de dados configura-se como uma atividade fundamental e de grande relevância para esse tipo de pesquisa. Entretanto, os autores, ao discutirem sobre

as pesquisas exploratórias, destacam que “essa pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 69).

3.2 O objeto de estudo e a técnica de investigação

Para se propor o indicador espiritualidade, foi necessário, primeiramente, analisar a teoria das necessidades humanas e, num segundo momento, testá-la para que, de posse dessas informações, fosse possível validar ou não esta variável. Para se aplicar a teoria, optou-se, como objeto deste estudo, pelos estudantes do segundo e do terceiro ano da única escola que possui ensino médio na cidade de São Tomé das Letras, situada no sul de Minas Gerais. A opção por esses estudantes se deu devido à baixa qualidade dos dados coletados junto aos alunos do primeiro ano, que se demonstraram desinteressados. Este recorte (jovens estudantes) ocorreu devido à importância dos jovens no exercício da cidadania, pois a inserção da juventude nos debates sobre o desenvolvimento local é de grande importância para renovar quadros e trazer novas ideias para refletir sobre os possíveis caminhos para a sociedade. Além disso, a disponibilidade de horários vagos em sala de aula durante o mês de agosto com alunos do ensino médio, pois duas professoras estavam de licença e não havia professores aptos a ocupar seus horários e devido ao fato de haver interesse dos alunos do segundo e do terceiro ano da Escola Estadual José Cristiano de Souza em participar da pesquisa levaram à escolha destes como objeto de estudo.

De acordo com Hanai e Barbosa (2009), São Tomé da Letras é uma cidade pequena. A população total estimada em 2004 era de 6.463 habitantes e a área, em extensão, é de 369,515 km². É uma localidade rústica, edificada sobre uma montanha de pedras, situada no sul de Minas Gerais, conhecida como pedra-de-são-tomé (quartzito), encontrada em pavimentação em torno de

piscinas e também na construção de casas, no calçamento das ruas e na elaboração do artesanato local. Sua localização em ponto montanhoso e elevado, a 1.290 m acima do nível do mar, permite a observação de um vasto horizonte.

O município é conhecido principalmente pela atividade turística e pela mineração (extração de rochas ornamentais). O turismo despontou na década de 1980, também como uma atividade de grande potencial econômico, principalmente o ecoturismo e o turismo esotérico, em função de suas grutas, cachoeiras, casas e pavimentação de pedras, montanhas, inscrição rupestre, formações rochosas e crença de que a cidade seja um dos pontos energéticos da Terra, o que atrai para o lugar místicos e sociedades espiritualistas, científicas e alternativas, o que dá razão a outro nome: "cidade mística" (HANAI; BARBOSA, 2009).

A escolha do município para realizar a pesquisa se dá devido à necessidade da criação de espaços de participação social e política no município de São Tomé em prol do desenvolvimento local, observados em Pereira e Barata-Silva (2009). Em sua pesquisa, estes autores observaram que o interesse por parte dos moradores entrevistados em atuar social e politicamente no município é visto como fator mais importante para que o município obtenha melhorias e se desenvolva. Eles acreditam que será por meio da existência de espaços de diálogo que se poderá aumentar consciência sobre as questões importantes para o município, espaços estes que sirvam para reclamar, parabenizar, cobrar e promover uma reforma no atual sistema. Além disso, destacou-se a importância da participação popular para o desenvolvimento do município no que se refere à melhoria de qualidade de vida da população, para inibição da corrupção e para a obtenção de informações sobre o que acontece na cidade e assim definir alguns caminhos trilhar.

Pereira e Barata-Silva (2009) concluíram que a estruturação de espaços coletivos de deliberação e intercâmbio públicos encerra grande potencial de

fortalecer a governança local e contribui para o desenvolvimento local do município, existindo, portanto, necessidade de maior engajamento da comunidade e do poder público do município nesta questão.

Dessa forma, a proposta de Max-Neef (1993) vai ao encontro da realidade do município, justificando-se, portanto, sua escolha como objeto deste estudo. Para a coleta dos dados (montagem e análise da matriz das necessidades humanas básicas), optou-se pela técnica de grupo focal.

Morgan (1997) define grupo focal como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais, ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (VEIGA; GONDIM, 2001).

O grupo focal (GF) é uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar. Gomes e Barbosa (2000) acrescentam que o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. Por sua vez, Krueger (1996) descreve-o como pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada.

Rea e Parker (2000, p. 93) explicam que os grupos de foco são conhecidos mais formalmente como “grupo focalizado em entrevista de profundidade” e que essa denominação mais formal indica várias características importantes do grupo. Entre elas:

- a) o termo focalizado significa que a discussão é limitada e trata de um pequeno número de assuntos fixos em formato semiestruturado;

- b) o termo grupo indica que os participantes se interessam pelo assunto da discussão e irão interagir uns com os outros no decorrer da sessão;
- c) o termo profundidade provém da natureza da discussão, a qual é mais penetrante e completa do que é possível em conversas casuais ou no processo de pesquisa por amostragem;
- d) o termo entrevista significa que um moderador dirige e conduz a discussão, obtendo informações dos participantes do grupo (REA; PARKER, 2000).

Segundo Gondim (2002), o ponto de partida para se levar a termo um projeto de pesquisa que esteja apoiado no uso de grupos focais é a clareza de propósito. As decisões metodológicas dependem dos objetivos traçados. Isso irá influenciar na composição dos grupos, no número de elementos, na homogeneidade ou na heterogeneidade dos participantes (cultura, idade, gênero, status social, etc.), no recurso tecnológico empregado (face a face ou mediados por tecnologias de informação), na decisão dos locais de realização (naturais, contexto em que ocorre, ou artificiais, realizados em laboratórios), nas características que o moderador venha a assumir (diretividade ou não-diretividade) e no tipo de análise dos resultados (de processos e de conteúdo: oposições, convergências, temas centrais de argumentação intra e intergrupais, análises de discurso, linguísticas, etc.).

O tamanho do grupo é um outro aspecto a se destacar. Apesar de se convencionar que este número varia de quatro a dez pessoas, isso depende do nível de envolvimento com o assunto de cada participante. Se este desperta o interesse de um grupo em particular, as pessoas terão mais o que falar e, neste caso, o tamanho não deve ser grande, para não diminuir as chances de todos participarem. Com mais de 10 elementos, sendo o tema polêmico, fica difícil o

controle do processo pelo moderador, havendo uma tendência a polarizar e entrar em conflito. O número total de grupos também deve ser pensado à luz dos objetivos da investigação, mas, em se tratando de abordagem qualitativa, ainda que se faça uma previsão inicial, o indicador deve ser a saturação das alternativas de resposta. Dito de outro modo, quando os grupos não são capazes de produzir novidades nas suas discussões, é sinal de que se conseguiu mapear o tema para os quais a pesquisa foi dirigida (GONDIN, 2002).

Além disso, dois outros fatores devem ser considerados: o papel do moderador e a análise dos resultados. Conforme Morgan (1997), um moderador deve procurar cobrir a máxima variedade de tópicos relevantes sobre o assunto e promover uma discussão produtiva. Para conseguir tal intento, ele precisa limitar suas intervenções e permitir que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões e para facilitar o processo em curso. Igualmente, é necessário estar atento para não deixar que o grupo comece a falar sobre um assunto importante muito tarde para ser explorado e evitar que as interpelações findem antes da hora. Para driblar estes dois últimos problemas, é tarefa do moderador colocar algumas perguntas ou tópicos para debate. Alerta-se que um roteiro é importante, mas sem ser confundido com um questionário. Um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes. A explicitação das regras do grupo focal nos momentos iniciais pode ajudar na sua autonomia para prosseguir conversando. São elas: a) só uma pessoa fala de cada vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão e d) todos têm o direito de dizer o que pensam (GONDIN, 2002).

Casley e Kumar (1988) também sugerem um roteiro para a condução de grupo de foco, cujo cerne é semelhante ao anteriormente apresentado: o moderador, ao iniciar a sessão, apresenta-se e explica os propósitos da

entrevista; em seguida, solicita aos membros do grupo que se apresentem; depois, faz uma breve explanação de como a sessão será conduzida, para que os participantes tenham uma ideia do que se espera deles. No entanto, consideram que uma reunião bem conduzida requer que o moderador leve em conta quatro pontos:

- a) o grupo de foco não é simplesmente uma sessão de perguntas e respostas, mas uma discussão informal em que considerações apresentadas por um participante podem ser comentadas por outros;
- b) o grupo é organizado para ouvir os pontos de vista e experiências de todos os participantes;
- c) o moderador está interessado em obter uma visão ampla de ideias e explicações que os integrantes do grupo possuem sobre um dado tema. Se alguém tem uma visão diferente em relação a um item, ele deve expressá-la livremente;
- d) em decorrência da restrição de tempo, as manifestações dos integrantes devem ser as mais sucintas possíveis (CASLEY; KUMAR, 1988).

De posse dessas informações, seguiu-se à coleta de dados para a construção da matriz de necessidades e sua discussão. Esta foi feita por meio da técnica de grupo de foco com grupos de jovens adolescentes, compostos por cerca de sete pessoas cada. Dentro de cada sala de aula, os grupos foram formados por afinidade. O fato de coletar dados com jovens fez com que se trabalhasse com grupos menores, para evitar a sua dispersão.

Para este estudo optou-se por uma amostragem não probabilística por julgamento. As amostragens não probabilísticas baseiam-se no julgamento pessoal do investigador. O investigador escolhe (de modo consciencioso ou não)

os elementos a incluir na amostra. Pode levar a boas estimativas das características da população, no entanto, não permitem avaliar objetivamente a precisão dos dados da amostragem e, como tal, as estimativas obtidas não são estatisticamente projetáveis na população. O tipo de amostragem por julgamento é um caso particular da amostragem por conveniência em que os elementos da amostra são selecionados com base num julgamento do investigador.

A metodologia utilizada baseou-se na proposta metodológica de Max-Neef (1993) que constrói a matriz das necessidades e, para confeccioná-las, foi utilizado o roteiro de entrevista. A matriz foi composta por colunas nas quais estavam as necessidades existenciais: ser; ter; fazer e estar e pelas linhas, nas quais estão as necessidades consideradas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade. Além dessas nove necessidades foi incluída a necessidade espiritualidade. No cruzamento das colunas e linhas – as células – estavam os denominados satisfatores, que foram preenchidos pelos grupos por meio da técnica do grupo de foco.

Como vimos pela teoria, os satisfatores podem ter diversas características, ao menos cinco tipos, mas, para este estudo, a tarefa proposta foi a de elaboração, por cada grupo, de uma matriz positiva, composta pelos satisfatores ideais para a satisfação das necessidades humanas do município, ou seja, os satisfatores de desejo. num segundo momento, utilizando o mesmo procedimento para a construção da matriz positiva, os grupos identificaram os satisfatores que limitam o atendimento de suas necessidades básicas.

Uma vez completo o segundo exercício, as duas matrizes (positiva e negativa) foram confrontadas e iniciou-se uma discussão entre os participantes sobre os possíveis pontos de contato entre ambas, identificando o papel da comunidade, do poder público ou de outros órgãos e agentes externos na satisfação dessas necessidades.

Esse tipo de discussão participativa foi muito rica e estimulante, e representou, em si mesma, uma experiência com efeitos sinérgicos, pois foi positiva para o estudo, para os participantes e para a comunidade. Acredita-se que é por meio da sociedade, da interação e das relações pessoais que o indivíduo encontra a expressão de sua subjetividade. No compartilhar da intersubjetividade, o ser humano adquire a certeza da realidade vivida e percebe a diferença entre a sua realidade e as outras.

Após esta etapa, construiu-se uma matriz geral positiva e negativa, identificando os satisfatores comuns de todos os grupos, assim como a visão geral dos grupos sobre o papel da comunidade, do poder público e/ou de outros órgãos e agentes externos no atendimento destas necessidades.

3.3 Análise dos dados: a opção pela análise de conteúdo

A análise dos resultados é o último fator a ser considerado. Ela depende do tipo de relatório que o projeto de pesquisa requer que, neste caso, é um estudo mais minucioso, cuja meta é a produção teórica. De qualquer modo, a análise se inicia com uma codificação dos dados (BARDIN,1979; SMITH, 2000).

De acordo com Capelle, Melo e Gonçalves (2003), a transformação de dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa envolve a utilização de determinados procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível sua análise por parte do pesquisador. No caso específico da análise de comunicações, são exigidos mecanismos apropriados para encontrar em dados obtidos por meio de entrevistas, mensagens e documentos em geral, informações que ilustrem, expliquem ou ajudem a revelar os fenômenos investigados. Entre esses mecanismos, insere-se a análise de conteúdo como proposta teórico-

metodológica, com a pretensão de ultrapassar o status de simples técnica de análise para compor um campo do conhecimento.

O método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso, o que permite ao pesquisador o entendimento das representações do indivíduo em relação à sua realidade e à interpretação que faz dos significados a sua volta.

Hoje em dia, a importância da análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, sobretudo devido à forma metódica com que trata informações e testemunhos que apresentam algum grau de profundidade e complexidade. Estes métodos têm passado por grande evolução, favorecida pelos progressos em linguística, ciências da comunicação e da informática, e devido à preocupação de rigor e profundidade.

Bardin (1979, p. 42) define a análise de conteúdo como o conjunto de técnicas utilizadas para fazer inferências por meio da identificação objetiva e sistemática de características específicas da mensagem, podendo-se apresentar os resultados através de indicadores quantitativos e qualitativos “que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

Para Bardin (1979 citado por CAPELLE, MELO; GONÇALVES, 2003), a análise de conteúdo de mensagens tem duas funções. São elas:

- a) uma função heurística:
- b) a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta; é a análise de conteúdo para ‘ver o que dá’;
- c) uma função de administração da prova:
- d) hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise

sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação; é a análise de conteúdo para ‘servir de prova’.

Na prática, essas duas funções se complementam. Bardin (1979, p. 30-31) afirma que:

a análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe o pronto-a-vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes, dificilmente transponíveis. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Uma operacionalização que facilite o trabalho do pesquisador é necessária, de acordo com Lavine e Dionne (1999), não como uma estrutura rígida e sim como um direcionador do trabalho de pesquisa. O primeiro passo para a análise de conteúdo consiste em estar de posse dos dados que poderão ser coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, questões abertas dos questionários ou outras ferramentas que o pesquisador julgue adequadas. De posse dos dados, o pesquisador parte para a análise e a interpretação das informações colhidas para, em seguida, chegar à etapa da conclusão.

Segundo Capelle, Melo e Gonçalves (2003), o processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, promovido pela análise de conteúdo, é organizado em três etapas realizadas em conformidade com três polos cronológicos diferentes. De acordo com Bardin (1979) e Minayo (2000), essas etapas compreendem:

- a) a pré-análise: fase de organização e sistematização das ideias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que orientarão a interpretação final. A pré-análise pode ser decomposta em quatro etapas: **leitura flutuante**, na qual deve haver um contato exaustivo com o material de análise; **constituição do corpus**, que envolve a organização do material de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; **formulação de hipóteses e objetivos**, ou de pressupostos iniciais flexíveis que permitam a emergência de hipóteses a partir de procedimentos exploratórios; **referenciação dos índices e elaboração dos indicadores** a serem adotados na análise e **preparação do material** ou, se for o caso, edição;
- b) a exploração do material: trata-se da fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo de compreensão do texto. A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas e
- c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: nessa fase, os dados brutos são submetidos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de evidenciarem as informações obtidas. De posse dessas informações, o investigador propõe suas inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, ou identifica novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material. Os resultados obtidos, aliados ao confronto sistemático com o material e às inferências

alcançadas, podem servir a outras análises baseadas em novas dimensões teóricas ou em técnicas diferentes.

Apesar de ser orientada nas três fases descritas anteriormente, a análise de conteúdo propriamente dita vai depender especificamente do tipo de investigação a ser realizada, do problema de pesquisa que ela envolve e do corpo teórico adotado pelo pesquisador, bem como do tipo de comunicações a ser analisado. Cabe ao pesquisador fazer o jogo entre as hipóteses, entre a ou as técnicas e a interpretação (BARDIN, 1979 citado por CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Ainda segundo Bardin (1979) a análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, apesar de poder ser considerada como um instrumento de análise, é marcada por uma grande diversidade de formas e é adaptável a um campo de aplicação muito vasto, ou seja, o campo das comunicações. Existem várias técnicas desenvolvidas na análise de conteúdo que atuam no sentido de promover o alcance e a compreensão dos significados manifestos e latentes no material de comunicação (MINAYO, 2000), mas, para fins deste estudo, optou-se pela análise representacional e análise das relações.

A análise de avaliação ou representacional visa medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que ele fala (pessoas, coisas, acontecimentos) e fundamenta-se no fato de que a linguagem representa e reflete diretamente aquele que a utiliza. Neste caso, os indicadores utilizados para se fazer inferências acerca da fonte de emissão estão explicitamente contidos na comunicação. A análise de avaliação atém-se à direção e à intensidade dos juízos e, basicamente, à atitude ou à predisposição do emissor da mensagem para reagir sob a forma de opiniões (nível verbal), ou de atos (nível comportamental), em presença de objetos, de uma maneira determinada (BARDIN, 1979; MINAYO, 2000).

A análise das relações busca extrair do texto as relações entre elementos da mensagem, completando a análise frequencial simples, ou seja, procura a aparição associada de dois ou mais elementos no texto, atendo-se às relações que eles mantêm entre si. Pode ser subdividida entre dois subtipos. O primeiro é a análise de co-ocorrências, que visa a identificar a presença simultânea de elementos. Os procedimentos adotados para esse subtipo de análise são: a escolha das unidades de registro e sua categorização, a escolha das unidades de contexto e o recorte do texto em fragmentos, a codificação, o cálculo das co-ocorrências (mediante matriz de contingência) e comparação com o acaso, e a representação/interpretação dos resultados. O segundo subtipo consiste na análise estrutural, que procura a manifestação de uma mesma estrutura em fenômenos diversos. Os procedimentos adotados na análise estrutural partem da desestruturação do texto, a fim de explicá-lo para, posteriormente, reconstruí-lo (BARDIN, 1979).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram analisados da seguinte forma: primeiramente constrói-se um perfil dos entrevistados. Após isto, são identificados os satisfatores das necessidades humanas básicas de cada grupo de foco. Em seguida, faz-se uma análise geral dos grupos, em que analisam-se separadamente os satisfatores. Por fim, analisam-se a necessidade de espiritualidade e suas implicações para o estudo.

4.1 Perfil dos entrevistados

Participaram do grupo de foco 69 estudantes do ensino médio, dos quais 44,92% estão no 2º ano e 55,07% no 3º ano. Os alunos foram divididos em 10 grupos compostos por cerca de 7 alunos cada, formados de acordo com sua preferência. Do total de entrevistados, 42% eram homens e 58%, mulheres. As idades variaram entre 15 e 52 anos, sendo 79,69% entre 16 e 18 anos, 13% entre 19 e 25 anos e 1,44% acima de 50 anos e abaixo de 16 anos. Além dessas informações observou-se que 20,28% dos entrevistados trabalham além de estudar, principalmente na função balconista.

Outra informação relevante sobre o perfil dos entrevistados refere-se à profissão de seus pais. Seus pais atuam em diferentes profissões, representando as diversas atividades do município, tais como dona de casa, trabalhador rural, professor, comerciante, minerador, enfermeira, pedreiro, pintor, doméstica, funcionário público, serviços gerais, policial, advogado, motorista, gerente, vigia, pintor, artesão, taxista, atendente, marceneiro, jardineiro e merendeira. As profissões mais presentes foram: dona de casa, 26,36%; minerador, 12,72%; pedreiro, 9,09%; trabalhador rural, 8,18%; doméstica, 5,45%; professor, 4,54%;

empresário, 5,45% (geralmente com comércio ou pousadas) e funcionário público, 3,63%.

Com essa informação sobre a profissão dos pais dos alunos entrevistados e sabendo que esta é a única escola da cidade que oferece ensino do 2º grau, observa-se que os alunos entrevistados compõem a diversidade social, econômica, cultural que está presente no município, tornando a amostra do estudo relevante.

A investigação sobre a opção religiosa também é uma informação relevante, pois ela aparece como elemento importante para a satisfação de diversas necessidades humanas e tem relação direta com a análise

da necessidade espiritualidade, que está sendo proposta neste estudo. A entrevista com os alunos indicou que 79,71% dos estudantes se declararam católicos, 10,14% não pertencem a nenhuma religião específica, 4,34% são evangélicos, 2,89% se declaram ateus e 2,89%, panteístas¹⁷.

Ao se investigar o que representa e o que é espiritualidade para os alunos, observou-se que, do total de 69 alunos entrevistados, apenas um não acredita na espiritualidade, alegando que ela não representa nada em sua vida. Os demais acreditam que a espiritualidade é um termo abrangente, subjetivo, mais aberto a tudo aquilo que é transcendente, que faz parte de suas vidas e de todos os seres. Pode-se relacionar essa ideia à visão de Wilber (1999), que vê a dimensão espiritual relacionada à transcendência e ao desenvolvimento que leva à autorrealização.

Os estudantes consideram que ela está diretamente relacionada com a crença em Deus ou uma força maior e superior (54,42%), com a prática do amor ao próximo (7,63%), com encontrar paz de espírito (6,87%), com ajudar o próximo (6,10%), com autoconhecimento (4,58%), com ter princípios e valores

¹⁷ Uma corrente filosófica que surgiu da mistura do panteísmo (tem a percepção da natureza e do Universo como divindade) com o deísmo (Deus como criado do Universo).

corretos (4,58%). As demais afirmativas que somam 15,23% se referem a ter boa energia, acreditar em si mesmo, a espiritualidade como a base da vida, a integração com a natureza, a ver a vida com um todo, ao misticismo e a felicidade.

Esse resultado está coerente com os estudos de Koenig (2009) , que afirmam que mesmo com incríveis avanços da tecnologia e da ciência, 90% da população mundial encontra-se envolvida em algum tipo de prática religiosa ou espiritual. Atualmente, o ateísmo é algo raro em todo o mundo. Evidências relacionadas a religião datam de 500.000 anos atrás, no período Paleolítico, na China. Dentre os motivos relacionados que serviriam de suporte para que a religião sobrevivesse por tanto tempo estariam o apoio ou o conforto para os momentos de sofrimento, algum tipo de controle sobre as forças devastadoras da natureza e a promoção de regras sociais que facilitam o convívio em sociedade, cooperação e ajuda mútua.

Essa informação sobre o que representa e o que é espiritualidade para os alunos sinaliza que esta temática tem grande valor na vida dessas pessoas e influencia seu comportamento e atitudes. Segundo eles, a espiritualidade auxilia esses e outros indivíduos a se aprimorarem por meio de atitudes solidárias, que promovam valores éticos e morais, bem como melhorem as relações interpessoais.

A ideia de espiritualidade que os alunos possuem é coerente com a de Boff (1999a, p. 84), que considera como:

aquelas qualidades do espírito-humano tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto aos outros.

No caso dos entrevistados, estes afirmam que a prática de ações relacionadas à espiritualidade (como respeito, amor, atenção, etc.) proporciona bem-estar ao indivíduo e tende a elevar sua autoestima e trazer felicidade, o que é fator de grande importância na obtenção e manutenção da boa qualidade de vida.

Após caracterizar os participantes, foram construídas as matrizes de cada um dos grupos de foco, como poderá ser observado na próxima seção.

4.2 Satisfatores ideais e limitantes por grupo

O grupo 1 foi composto por alunos do terceiro ano do ensino médio. Após análise da matriz síntese positiva e negativa, observaram-se os satisfatores ideais e limitantes para o atendimento de suas necessidades e de sua cidade. Através da matriz positiva (Quadro 2) destacou-se o papel da família, pois esta fornece as bases para que o indivíduo se estruture fisicamente, mentalmente e emocionalmente para vida. Além disso, os alunos destacaram muitas qualidades que as pessoas devem ter para com os outros, como paciência, compreensão, solidariedade, o que demonstra sua consciência sobre o outro, a importância de se pensar no outro e não apenas em si mesmo para o atendimento de suas necessidades.

Foi destacada também a importância da motivação e do interesse em realizar atividades e em buscar seus objetivos para que as pessoas tenham suas necessidades atendidas. Assim, salienta-se a relevância da mobilização, da ação em prol daquilo que se considere importante, ao invés da espera, da facilidade dos acontecimentos e da acomodação. Na matriz negativa (Quadro 3) observam-se estes fatores como limitantes e que precisam ser superados. Na confecção desta matriz, os alunos evidenciaram que muitos satisfatores que limitam e inibem o atendimento de suas necessidades estão presentes no comportamento e

na atitude dos próprios indivíduos, como timidez, falta de interesse e egoísmo, assim como também evidenciam satisfatores limitantes que estão relacionados à infraestrutura do município e à mobilização social, como a falta de espaços de diálogo, de espaços culturais, ensino de má qualidade, etc.

Quadro 2 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do Grupo 1

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Forte e inteligente	Dinheiro	Amar e esporte	Família e natureza
Proteção	Paciente	Companhia e segurança pública	Proteger	Família
Afeto	Amigável	Afeto social	Solidariedade	Paz
Compreensão	Esperto	Interesse	Estudar	Internet universidade
Participação	Compreensivo	Interesse	Concordar e discordar	Família e escola
Criação	Curioso	Habilidade e materiais	Criar	Grupos sociais
Recreio	Descontraído	Tempo livre	Interagir	Eventos
Identidade	Eu mesmo	Personalidade própria	Autorrealizar	Vida cotidiana
Liberdade	Determinado	Direitos e opinião	Ajudar o próximo	Dentro da lei
Espiritualidade	Puro	Religião	Crer	Templos

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 3 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 1

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Inveioso	Desigualdade social	Desrespeitar	Guerra
Proteção	Impaciência	Insegurança	Egoísmo	Falta de infraestrutura
Afeto	Desrespeitoso	Falta de compaixão	Agredir	Falta paz para sociedade
Compreensão	Inculto	Desinteresse e má formação acadêmica	Falta de estudar	Ensino de má qualidade
Participação	Egoísta	Desmotivação	Falta opinar	Faltam grupos organizados
Criação	Tímido	Falta incentivo	Não saber fazer	Falta grupos culturais

“...Continua...”

Quadro 3 “conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Recreio	Estressado	Faltam atividades	Oportunidades para interagir	Individualismo
Identidade	Baixa autoestima	Falta atitude	Desrespeitar	Falta espaço para ser você mesmo
Liberdade	Acomodado e medo	Politicagem	Falta opinião própria	Não ter espaço de diálogo
Espiritualidade	Falta de amor	Princípios e valores distorcidos	Princípios e valores distorcidos	Guerra e destruição a natureza

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 2 foi composto por alunos do terceiro ano do ensino médio. Na confecção de sua matriz positiva (Quadro 4) destacou-se a importância da família para o atendimento das necessidades do município. A convivência com a família foi colocada como aspecto principal para a satisfação das necessidades de subsistência, proteção, afeto, participação e liberdade. Segundo os estudantes deste grupo, a família é a principal instituição que poderá contribuir para o desenvolvimento humano. A solidariedade também se destaca como característica que deve estar presente nas pessoas. Este sentimento, que leva os homens a se auxiliarem, é que fará diferença para o atendimento das necessidades humanas.

Pela análise da matriz positiva observou-se que muitos dos satisfatores escolhidos são qualidades que os seres humanos podem trabalhar para viver melhor consigo mesmos e em sociedade, tais como sinceridade, paciência, solidariedade, compreensão e atenção. Ao se comparar a matriz positiva com a negativa (Quadro 5), os alunos observaram a importância de se resgatar essas qualidades para transformar a situação atual, pois os alunos perceberam o quão distantes estão do que eles querem e necessitam. Os alunos destacaram que a forma como os moradores lidam com a vida, com as outras pessoas e com a natureza não é positiva. Eles percebem a importância da mudança, pois

acreditam que as pessoas não sabem como fazê-la e não estão muito empenhadas em iniciá-la.

Este grupo também acredita que os moradores do município são os principais responsáveis por promover uma mudança em direção à satisfação das necessidades básicas. Para eles, a responsabilidade e a força de vontade é que podem levar ao seu alcance. Assim, a população precisa “arregaçar as mangas” e se organizar para promover as mudanças necessárias.

Quadro 4 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 2

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Equilíbrio e solidariedade	Dinheiro e força de vontade	Trabalhar e estudar	Em família e em empresas
Proteção	Corajoso e independente	Companheiros	Cooperar	Família e amigos
Afeto	Sincero e paciente	Respeito	Amor e compartilhar experiências	Família e amigos
Compreensão	Atencioso	Dedicação	Estudar	Sociedade
Participação	Responsável	Livre arbítrio e compromisso	Obedecer e discordar	Família, escola e igreja
Criação	Inteligente e inspiração	Habilidade	Inventar	Ambientes construtivos
Recreio	Divertido	Eventos	Diversão	Privacidade
Identidade	Eu mesmo	personalidade	Ousar	Vida cotidiana
Liberdade	Independência	Responsabilidade	Escolhas	Família
espiritualidade	Compreensão e solidariedade	Crenças	Orar, perdoar	Harmonia

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 5 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 2

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Desequilibrado	Desigualdade social	Falta de opção de trabalho e estudo	Falta infraestrutura
Proteção	Medroso	Falta coragem	Competição	Medo
Afeto	Mentiroso	Desrespeito	Egoísmo	Espaços de convivência
Compreensão	Desatento	Desinteresse	Falta reflexão	
Participação	Irresponsável	Falta de compromisso	Falta de persistência	Falta livre arbítrio

“...Continua...”

Quadro 5 “conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Criação	Não ter habilidade	Desincentivo	Não saber fazer	Faltam ambientes construtivos
Recreio	Inativo	Faltam eventos	Ócio	Falta vida cultural e social
Identidade	Inconsciente	Medo	Falta de personalidade	Acomodado
Liberdade	Desconfiança dependência	Irresponsabilidade	Medo	Indeciso
espiritualidade	Intolerante	Incompreensão	Brigas	Guerra com o meio ambiente

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 3 também era formado por alunos do terceiro ano do ensino médio. Pela entrevista e pelo resultado do matriz positiva (Quadro 6) observa-se uma ênfase à questão da convivência familiar e à convivência entre amigos e grupos sociais. Os alunos destacaram também a importância de ser inteligente para conseguir atender às suas necessidades humanas, pois a inteligência tem relação direta com outras qualidades importantes necessárias para se viver bem. Assim, mais do que ter bens valorizam-se aspectos pessoais e as inter-relações entre as pessoas.

Na matriz negativa (Quadro 7), os entrevistados desse grupo afirmam que os satisfatores ligados à desmotivação são os que mais prejudicam o atendimento das necessidades. Além disso, eles destacam o descaso do poder público (se referindo, principalmente, à atuação da prefeitura) em relação à sociedade que não consegue e não tem interesse em acabar com a desigualdade social e não se preocupa devidamente em melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Prova disso é a falta de infraestrutura do município. Segundo os entrevistados, vive-se um momento de crise social em que as pessoas da comunidade perdem cada vez mais a esperança de um mundo melhor e se sentem desmotivadas a tentar se unir e cooperar por uma cidade melhor.

Este grupo acredita que o poder público é o principal responsável por promover uma mudança em direção à satisfação das necessidades básicas do município. Eles destacam a criação de espaços de convivência e investimentos em educação como fatores fundamentais para o atendimento das necessidades do município.

Quadro 6 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 3

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Inteligente e saudável	Alimentos, trabalho e casa	Alimentar, trabalhar e descansar	Família e entre amigos
Proteção	Independente e amigável	Casa segurança	Cooperar	Família, natureza
Afeto	Amigável e alegre	Amigos, família	Sexo, amor, solidariedade	Casa
Compreensão	Curioso e atencioso	Mente aberta e informação	Estudar	Escola, ambientes sociais
Participação	Comunicativo, solidário	Responsabilidade, informação	Interagir	Grupos sociais
Criação	Criativo	Habilidade	Trabalhar	Eventos culturais
Recreio	Espontâneo	Festas e amigos	Relaxar e descansar	Parques, clubes
Identidade	Autoestima	Estilo próprio	Maturidade	Na sociedade
Liberdade	Responsável	Igualdade e consciência	Independência	Livre
Espiritualidade	Religioso e solidário	Caráter e crenças	Ajudar e orar	Em paz, na igreja

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 7 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 3

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Preguiçoso	Desemprego	Ócio	Falta de empresas
Proteção	Inseguro	Desconhecer seus direitos	Individualismo	Ambientes perigosos
Afeto	Intolerante	Desrespeito ao meio ambiente	Intrigas	Faltam espaços de convivência
Compreensão	Desatento e inculto	Falta de força de vontade	Preguiça	Desinteressado
Participação	Desinteressado	Preguiça	Falta de opinião	Desunião

“...Continua...”

Quadro 7 “conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Criação	Medroso	Falta de incentivo	Desinteresse	Faltam espaços para expressão
Recreio	Ocupado	Faltam atividades	Inatividade	Faltam parques e áreas de lazer
Identidade	Desmotivado	Não ter atitude	Acomodação	Desatento
Liberdade	Desinformado	Desigualdade	Falta de opinião	Má influência
espiritualidade	Mau caráter	Desigualdade	Baixa autoestima	Crise social

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 4 foi composto por alunos do terceiro ano do ensino médio. Neste grupo, um satisfator que chamou a atenção na matriz positiva (Quadro 8) para a satisfação de várias necessidades referiu-se à religiosidade, sendo esta vista como um dos caminhos da espiritualidade. Os entrevistados acreditam que a religiosidade tem influência direta no comportamento e forma de viver das pessoas. Cabe ao indivíduo trabalhar suas virtudes e qualidades e se empenhar em novos potenciais que estejam coerentes com as formas de satisfazer às necessidades básicas humanas.

Na análise da matriz negativa (Quadro 9), destacaram-se o desinteresse, a falta de autoestima das pessoas como grandes limitadores ao atendimento de várias necessidades básicas. Essa perda de entusiasmo é um processo endógeno. Ela parte de dentro para fora e pode ser consequência de diversos fatores (sociais, econômicos, etc.). Nesse sentido, os estudantes ressaltam a importância da espiritualidade por meio da religiosidade e a mobilização do governo. A espiritualidade, porque age favoravelmente nesse movimento interno e que pode dar sentido a vida e trazer motivação para realização de diferentes atividades e atendimento as necessidades.

Além disso, os alunos ressaltaram que cabe ao município e ao Estado, o papel de garantir condições dignas de educação, saúde, segurança, criando e

incentivando espaços de interação para que as pessoas possam ter uma boa qualidade de vida.

Quadro 8 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 4

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Saudável	Trabalho	Trabalhar	Família e na natureza
Proteção	Protegido pela família e pelo estado	Deus	Proteger	Espaços de convivência
Afeto	Generoso e tolerante	Fé e família	Expressar sentimentos	Espaços de convivência
Compreensão	Atencioso	Informação	Estudar	Escola e cursos
Participação	Responsável e solidário	Direitos e deveres	Interagir	Igreja e grupos de aprendizagem
Criação	Inteligente	Habilidade	Criar	Natureza
Recreio	Tranquilidade e diversão	Fé	Relaxar	Recreação
Identidade	Autoestima	Aceitação	Autorrealizar	Maturidade
Liberdade	Autônomo	Opinião própria	Conhecimento	Espaço para expressar opinião
Espiritualidade	Religioso	Conhecimento e valores	Acreditar e ajudar	Paz espiritual, bem consigo mesmo

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 9 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 4

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Doente	Falta opção de trabalho	Falta se relacionar bem com o próximo	Família desestruturada
Proteção	Insegurança pública	Desemprego	Falta de participação política	Ambientes perigosos
Afeto	Intolerante e desrespeito	Família desestruturada	Inibição para demonstrar sentimentos	Espaços para convivência
Compreensão	Desinteressado	Professores ruins	Desinteresse	Excesso de atividades
Participação	Irresponsável individualista	Desinteresse	Omissão	Faltam grupos religiosos
Criação	Falta de esforço	Ignorância	Falta empenho	Não aproveitar a natureza

“...Continua...”

Quadro 9 “Conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Recreio	Ranzinza	Faltam vida cultura e paz de espírito	Faltam atividades esportivas e lazer	Falta recreação
Identidade	Falta auto estima	Falta de religiosidade	Falta reconhecimento	Imaturidade
Liberdade	Falta auto estima	Falta opinião	Medo	Espaços locais
Espiritualidade	Egoísta	Insatisfação, desrespeito	Descrença, individualismo	Insatisfação

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 5 foi composto por alunos do terceiro ano do ensino médio. Na confecção da matriz (Quadro 10 e 11) chamou a atenção a importância dada pelos alunos à natureza.

A natureza ajuda a gente em tudo. Sem ela, a gente fica sem trabalho, sem comida. Então, ela é importante para atender nossas necessidades (Aluno 51).

Dessa forma, os alunos acreditam que o respeito (às pessoas, à natureza e à vida) é um satisfator que faz diferença no atendimento de várias necessidades. Esse sentimento positivo denota estima por uma pessoa ou algo e tem potencial de transformar as pessoas e as relações. Porém, o conceito de respeito tem sido considerado relativo e, na maioria das pessoas, está diretamente vinculado aos valores pessoais de cada um. Para os alunos, os valores são aprendidos na família, na escola, na sociedade, tornando sua discussão mais complexa. O ser humano, infelizmente, tem se esquecido disso, sem se dar conta da gravidade de tal atitude. Nesse sentido, os alunos afirmam

que a falta de respeito tem sido fator fundamental para limitar o atendimento das necessidades humanas.

Além disso, os alunos destacam a ausência de espaços culturais e espaços de encontros, nos quais as pessoas possam se divertir, aprender, trocar experiências, se organizar em prol de objetivos comuns. Eles argumentam que tanto a falta de políticas municipais orientadas para as demandas sociais quanto a desunião das pessoas impendem sua realização.

Quadro 10 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 5

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Equilibrado e saudável	Trabalho, natureza e paz	Trabalhar cooperar	Respeitar a natureza e família
Proteção	Confiante	Segurança, direitos e deveres	Ajudar	Família e espaço social
Afeto	Respeito e generoso	Amor e respeito	Cuidar	Família e espaços de convivência
Compreensão	Inteligente	Concentração, informação	Estudar	Escola, grupos
Participação	Responsável e comunicativo	Apoio e direito	Interagir	Associações escola
Criação	Criativo	Imaginação	Inventar	Vida cultural
Recreio	Descontraído	Vida cultural	Relaxar e divertir	Espaços de encontro e intimidade
Identidade	Auto estima	Comportamento	Autorrealizar	Maturidade
Liberdade	Independente	Igualdade	Escolher	Livre
Espiritualidade	Religioso, consciente	Valores, religiosidade	Ajudar e acreditar	Equilibrado e paz

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 11 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 5

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Egoísta	Desigualdade, desemprego	Desemprego e egoísmo	Depredando a natureza
Proteção	Agressivo	Injustiça, corrupção	Desunião	Desequilíbrio
Afeto	Egoísta e desrespeito	Brigas, maldade	Desrespeito a vida, intriga, egoísmo	Família desestruturada, sem paz
Compreensão	Falta desenvolver a mente	Desinteresse	Não estudar	Falta escola profissionalizante
“Participação	Irresponsável e desmotivado	Desigualdade	Omissão	Faltam escolas e associações
Criação	Desinteressado	Não saber como fazer	Faltam métodos	Faltam espaços culturais
Recreio	Estressado	Faltam festas e eventos	Desmotivação	Faltam espaços de encontro
Identidade	Falta auto estima	Maus hábitos	Falta reconhecimento	Imaturo
Liberdade	Indeciso	Desigualdade irresponsabilidade	Falta realização	Dependência financeira
Espiritualidade	Inconsciente	Desrespeito	Faltam valores e religiosidade	Desequilíbrio

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 6 foi composto por alunos do terceiro ano do ensino médio. Na confecção de sua matriz positiva (Quadro 12), os alunos valorizaram os satisfatores inteligência e competência, pois, na visão deles, a competência (que está relacionada a inteligência) é fundamental para se sobreviver em São Tomé e na sociedade atual. Um comentário de um aluno exemplifica isso:

Se a gente não for competente, a gente não consegue trabalho, não consegue estudar. Gente burra geralmente não se dá bem na vida. Os patrões querem gente inteligente (Aluno 24).

Este comentário demonstra a relevância da inteligência para que as pessoas consigam trabalho e para que possam, portanto, sobreviver em uma sociedade marcada pela concorrência. A inteligência também está presente na discussão sobre a necessidade de compreensão, quando os alunos valorizam a importância de ser inteligente para atender à necessidade de compreensão. Eles destacaram, na confecção da matriz negativa (Quadro 13), que a inteligência deles e de outras pessoas poderia ser desenvolvida, mas que, devido ao ensino de má qualidade, que eles recebem isso não acontece.

Nesta matriz destacou-se também a importância dada à solidariedade e à cooperação, pois os alunos salientaram que a falta de respeito entre as pessoas está muito presente no município e que isso prejudica o atendimento de suas necessidades. Eles destacam que estes dois satisfatores (solidariedade e a cooperação) devem estar presentes para o atendimento de diferentes necessidades, pois é por meio deles que as pessoas conseguem viver bem em sociedade.

Outro aspecto relevante durante a confecção das matrizes foi a questão da religiosidade. Esses alunos acreditam que ela é muito importante para que as pessoas tenham suas necessidades básicas atendidas e é justamente a sua falta

que causa tantos problemas para sociedade atual, pois ela impede seu atendimento.

Este grupo acredita que os moradores são os principais responsáveis para promover a satisfação das necessidades básicas do município. Eles destacam a valorização das relações sociais por parte do moradores e investimentos em educação pela prefeitura como fatores fundamentais para seu atendimento.

Quadro 12 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 6

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Competente e saudável	Emprego e família	Estudar e trabalhar	Entre amigos e família
Proteção	Protegido	Segurança pública	Cooperar e denunciar	Ambiente social
Afeto	Solidário e respeito	Amigos, animais	Expressar emoção	Casa
Compreensão	Inteligente	Métodos informação	Estudar	Escola e família
Participação	Consciente e responsável	Igualdade	Interagir	Grupos sociais
Criação	Imaginativo	Habilidade e ferramentas	Construir	Vida cultural
Recreio	Descontração	Eventos e lazer	Relaxar e divertir	Espaços de encontro
Identidade	Autoestima	Comportamento	Ousadia e auto realização	Maturidade
Liberdade	Autonomia	Igualdade	Escolher	Natureza
Espiritualidade	Solidário e religioso	Religião, princípios	Acreditar perdoar	Consciente e em paz

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 13 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 6

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Dependente	Opção de emprego e desigualdade	Não estudar	Agressão ao meio ambiente
Proteção	Individualista	Agressão à natureza	Individualista	
Afeto	Desrespeito	Desrespeito	Falta amor	Incompreensão
Compreensão	Desrespeito	Ensino de má qualidade	Desinformação	Sem boa escola

“...Continua...”

Quadro 13 “Conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Participação	Desmotivação	Desigualdade	Desinteresse	Desinteressado
Criação	Sem tempo	Faltam recursos	Faltam métodos	Sem vida cultural
Recreio	Tensão	Opções de lazer	Tensão	Sem vida cultural e social
Identidade	Falta crescimento pessoal	Falta religiosidade	Falta realização	Imaturidade
Liberdade	Dependência	Desigualdade	Desrespeito	Desrespeito à vida
Espiritualidade	Descrente	Não ter fé	Não orar	Desesperança

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 7 foi composto por alunos do segundo ano e, na confecção de suas matrizes (Quadro 14 e 15), destacou-se a importância dada pelo grupo à liberdade para o atendimento das necessidades humanas. Eles acreditam que a liberdade é essencial para o ser humano se desenvolver nas diferentes áreas da vida. Além disso, eles também chamaram a atenção para o satisfator paz, pois a sociedade atual não está em paz e isso limita o atendimento de diversas necessidades.

Este grupo declara que está presente no município uma série de comportamentos negativos que estão impedindo a paz das pessoas, como desrespeito, ódio, egoísmo e desunião. Esses comportamentos geram um desânimo entre os alunos com relação ao futuro, pois eles não estão muito otimistas com relação a mudanças que possam reverter este quadro.

Este grupo afirma que a prefeitura tem papel fundamental para promover a satisfação das necessidades básicas do município. Eles destacam a necessidade da criação de novas oportunidades de emprego em outros setores, além da mineração e de investimentos em educação.

Quadro 14 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 7

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Disposto	Trabalho	Trabalhar	Natureza
Proteção	Respeitado	Segurança e direitos	Cooperar	Família
Afeto	Carinhoso e honesto	Família e amigos	Amor	Espaços de convivência
Compreensão	Consciente	Informação	Estudar	Escola
Participação	Responsável	Direitos	Ajudar	Atuar na comunidade
Criação	Criativo	Habilidade	Ideias	Espaços culturais
Recreio	Livre	Paz de espírito	Relaxar e divertir	Privacidade
Identidade	Autoestima	Atitude	Ousar	Consciente
Liberdade	Respeitado	Igualdade de direitos	Escolher	Livre
Espiritualidade	Amável	Religião	Acreditar	Paz de espírito

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 8 foi composto por alunos do segundo ano. Na confecção das matrizes (Quadro 16 e 17), estes alunos ressaltaram o papel da família no atendimento de várias necessidades. Na opinião deles, a família tem um papel importante no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, e que ela pode tanto favorecer como desfavorecer o desenvolvimento de um de seus membros.

Além da família, os alunos destacam a importância de todas as pessoas terem direitos iguais, pois a desigualdade limita o atendimento de várias necessidades. Eles destacam a presença de um forte paternalismo que prejudica as relações sociais. Por isso eles salientam a necessidade de criação de espaços para expressão e uma postura dos órgãos públicos municipais de igualdade perante a sociedade.

Este grupo afirma que os órgãos públicos municipais têm papel fundamental para promover a satisfação das necessidades básicas do município. Apesar disso, destacam que essa mudança só pode ocorrer se a população também mudar sua postura, passando a fiscalizar e cobrar mais destes mesmos órgãos.

Quadro 15 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 7

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Doente	Desigualdade	Faltam opções de trabalho	Poluição e drogas
Proteção	Desrespeito	Insegurança	Poluir	Família desestruturada
Afeto	Desrespeito e egoísmo	Desestruturação familiar	Agressão às pessoas e aos animais	Faltam espaços de convivência
Compreensão	Desinteressado	Desinformação	Desinformação	Má formação acadêmica
Participação	Egoísta	Desigualdade de direitos	Omissão	Desorganização social, desunião
Criação	Preguiçoso	Não ter incentivo	Acomodação	Espaços para expressão
Recreio	Estressado	Faltam opções de atividades	Tensão	Desunião
Identidade	Baixa autoestima	Falta atitude	Falta autoconhecimento	Inconsciência
Liberdade	Falta autonomia	Desigualdade de direito	Medo	Desrespeito
Espiritualidade	Egoísta e ódio	Faltam autoconhecimento e princípios	Injustiça	Raiva

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 16 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 8

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Inteligente	Trabalho e disposição	Trabalhar e estudar	Família, no trabalho e na natureza
Proteção	Amado	Segurança	Amar	Família e ambiente social
Afeto	Generoso e educado	Amigos e família	Compartilhar	Família e espaços de convivência
Compreensão	Consciente	Informação e professores	Estudar	Grupos, escola
Participação	Comunicativo e responsável	Direitos	Opinar	Associações e família
Criação	Inovador	Habilidade	Pensar	Vida cultural
Recreio	Descontraído	Diversão	Relaxar	Intimidade
Identidade	Diferente	Opinião própria	Autorrealização	Maduro
Liberdade	Determinado	Igualdade de direitos	Escolhas	Livre
Espiritualidade	Amável e solidário	Valores e autoconhecimento	Perdoar ajudar	Equilibrado

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 17 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 8

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Preguiçoso	Desigualdade	Falta opção de emprego	Agressão à natureza
Proteção	Inseguro	Falta auxílio	Individualismo	Ambiente hostil
Afeto	Mal-educado	Intolerância	Egoísmo	Desunião familiar
Compreensão	Inconsciência	Má formação acadêmica	Desinteresse	Falta grupos de aprendizado
Participação	Irresponsabilidade	Desigualdade de direito	Problemas de comunicação	Espaços de diálogo
Criação	Falta inteligência	Falta criatividade	Não refletir	Faltam espaços para expressão
Recreio	Falta descontração	Faltam opções	Tenso	Fofoca
Identidade	Falta autofirmação	Falta opinião própria	Falta realização	Imaturidade
Liberdade	Dependência	Desigualdade de direitos	Falta de opção	Desinformação
Espiritualidade	Incompreensão e egoísmo	Valores distorcidos	Orgulho e desconhecer-se	Desequilíbrio mental e emocional

Fonte: Dados da pesquisa

O grupo 9 foi composto por alunos do segundo ano. Na confecção de sua matriz positiva (Quadro 18) foi dada grande ênfase à importância da família e da espiritualidade. Ambas formam a base para o atendimento de várias necessidades. Eles fornecem estrutura emocional para lidar com todas as oportunidades e adversidades da vida, por isso são considerados essenciais.

Na matriz negativa (Quadro 19) foi dado destaque à falta de esforço político e das próprias pessoas. Essa falta de interesse e de disposição das pessoas em atuarem tanto da defesa de seus próprios interesses e no da população (no caso das atividades com fins públicos) é vista como um aspecto que tem limitado o desenvolvimento dos moradores do município. Os alunos criticam a falta de uma atuação política por grande parte da cidade. Neste processo tanto o poder público municipal quanto as pessoas e suas famílias têm papel fundamental para promover a satisfação das necessidades básicas do município.

Essa importância dada à família, à espiritualidade, à disposição e ao interesse está coerente com a argumentação de Maturana (2001), quando ele afirma que a espiritualidade é um estado de consciência, no qual as pessoas devem ser conscientes e responsáveis por sua participação na construção do mundo que ele traz consigo em sua convivência com os outros.

Quadro 18 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 9

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Saudável	Dinheiro	Alimentar	indústrias
Proteção	Responsável	Deus	Prevenir	Família e igreja
Afeto	Amado	Laços fraternais	Amar	Família e amigos
Compreensão	Paciente	Ética	Estudar	Escola e família
Participação	Responsabilidade	Direito e privilégio	Cooperar	Igreja e família
Criação	Habilidoso	Métodos	Inventar	Espaços culturais
Recreio	Tranquilo	Paz	Diversão	Espaços de encontro

“...Continua...”

Quadro 18 “Conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Identidade	Auto estima	Religião	Autorrealização	Maduro
Liberdade	Autonomia	Dignidade e igualdade	Ser diferente	Livre
Espiritualidade	Amável	Religião e valores	Acreditar	Paz

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 19 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 9

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Preguiçoso	Falta dinheiro	Opção de trabalho	Não ter empresas
Proteção	Dependente	Medo	Egoísmo	Medo
Afeto	Egoísta	Brigas	Raiva	Desunião
Compreensão	Impaciente	Não saber fazer	Não praticar	Não ter cursos
Participação	Irresponsável	Desigualdade	Individualismo	Não ter grupos organizados
Criação	Inseguro	Falta de recursos	Falta incentivo	Faltam espaços de expressão
Recreio	Estressado	Falta paz	Falta relaxar	Falta vida cultural
Identidade	Falta poder e coragem	Falta personalidade	Falta autorrealização	Imaturidade
Liberdade	Dependente	Desigualdade	Falta autonomia	Espaços locais
Espiritualidade	Egoísta e raiva	Não ter religião ou crença	Desrespeito	Guerra entre pessoas e com a natureza

Fonte: Dados da pesquisa

O ultimo grupo foi formado por alunos do segundo ano que destacaram o papel da família, do trabalho e de estar em paz em sua matriz positiva (Quadro 20) para que as necessidades humanas básicas das pessoas sejam atendidas. O trabalho é visto como aspecto importantíssimo para os alunos, pois sem ele não há como prover o seu sustento e o de sua família. A família fornece a base dos indivíduos e estar em paz é essencial para se viver bem.

Na matriz negativa (Quadro 21) os alunos salientaram a falta de espaços de convivência e a falta de educação como aspectos que mais limitam o atendimento das necessidades do município. Eles acreditam que tanto os órgãos públicos como as pessoas são responsáveis pelo atendimento das necessidades

humanas básicas dos indivíduos, pois o trabalho em conjunto destes dois aspectos é que fará a diferença. Um comentário de um aluno exemplifica a questão:

“Se a prefeitura e as pessoas não trabalharem em conjunto, cada um fazendo sua parte, não tem jeito de atender essas necessidades” (Aluno 14).

Quadro 20 Matriz síntese positiva das necessidades humanas do grupo 10

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Disposto	Trabalho e alimentos	Trabalho	Família
Proteção	Independente	Direito	Cooperar	Família
Afeto	Respeito	Amigos e família	Amar	Família e espaços de convivência
Compreensão	Consciente	Informação	Estudar	Comunidade
Participação	Responsável e solidário	Direitos	Cooperar	Associações e família
Criação	Criativo	Habilidade	Trabalhar	Espaços para expressão
Recreio	Feliz	Paz	Divertir	Intimidade
Identidade	Autoestima	Atitude	Autorrealização	Maturidade
Liberdade	Determinação	Igualdade	Fazer escolhas	Livre
Espiritualidade	Consciente e solidário	Respeito e autoconhecimento	Acreditar	Paz de espírito

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 21 Matriz síntese negativa das necessidades humanas do grupo 10

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Egoísta	Falta opção de emprego	Falta de disposição	Poluição e drogas
Proteção	Opressão e agressividade	Insegurança	Individualidade	Desinformação
Afeto	Intolerante	Desrespeito	Má educação	Espaços de convivência
Compreensão	Inconsciente	Desinteresse	Má educação	Espaços culturais
Participação	Preguiçoso	Desmotivação	Falta de diálogo	Falta grupos organizados
Criação	Inseguro	Falta incentivo	Não saber fazer	Espaços culturais

“...Continua...”

Quadro 21 “Conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Recreio	Estressado	Falta de opção	Medo	Faltam eventos
Identidade	Medroso	Falta personalidade	Falta ousadia	Imaturidade
Liberdade	Dependente	Desigualdade	Opressão	Espaços locais
Espiritualidade	Maldoso e egoísta	Desrespeito	Injustiça	Destruição da natureza

Fonte: Dados da pesquisa

Após a análise dos satisfatores por cada grupo de foco foi feita a análise geral dos satisfatores, que será apresentada na próxima seção.

4.3 Análise geral dos satisfatores

Neste tópico, por meio das matrizes confeccionadas pelos grupos de foco e pela análise de conteúdo, construiu-se uma matriz geral positiva (Quadro 22) com os satisfatores considerados mais importantes para atender às necessidades básicas humanas e à matriz negativa (Quadro 23), com os satisfatores que limitam o atendimento dessas necessidades. Após esta construção, analisaram-se os satisfatores principais de cada uma das dez necessidades básicas, assim como o papel da comunidade, do poder público ou de outros órgãos e agentes externos na satisfação dessas necessidades.

Quadro 22 Matriz geral positiva das necessidades humanas

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Saudável (6) Inteligente (5) Disposto (2) Equilíbrio (2) Solidário (1)	Trabalho (7) Dinheiro (3) Família (2) Alimentos (2) Disposição Paz	Trabalhar (8) Estudar (3) Alimentar (2) Amar Atividade física	Família (8) Natureza (4) Empresas (4) Amigos (2)
Proteção	Independente (3) Protegido pela família (3) Amigável (2) Confiante (2) Respeitado Amado	Segurança pública (6) Direitos (3) Companhia (2) Deus (2) Moradia Deveres	Cooperar (6) Proteger (2) Prevenir Amar Denunciar	Família (8) Ambiente social (4) Igreja Natureza
Afeto	Respeito (3) Amigável (2) Generoso (2) Paciente (2) Educado Amado Carinhoso Sincero	Família (5) Amigos (4) Laços fraternos (3) Respeito (2) Fé Animais	Amar (5) Compartilhar (4) Solidariedade (2) Cuidar Sexo	Família (7) Espaços de convivência (5) Amigos (2) Paz
Compreensão	Atencioso (4) Inteligente (3) Consciente (3) Curioso	Informação (6) Interesse (4) Métodos Ética	Estudar (10)	Escola (8) Comunidade (3) Família (2) Cursos (3) Internet

“...Continua...”

Quadro 22 “Continuação”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Participação	Responsabilidade (8) Solidário (3) Comunicação (3) Compreensão	Direitos (6) Responsabilidade (2) Privilégio Igualdade Apoio Deveres Livre arbítrio Informação	Cooperar (3) Interagir (7)	Família (5) Grupos sociais (10) Escola (3)
Criação	Criativo (7) Inteligente (2) Habilidoso Curioso	Habilidade (8) Recursos (2) Métodos Imaginação	Criar (8) Trabalhar (8)	Espaços culturais (9) Natureza
Recreio	Descontraído (6) Tranquilo (2) Divertido (2) Livre Feliz	Paz (3) Eventos (3) Lazer (2) Vida cultural Fé Tempo livre	Relaxar (7) Divertir (7)	Espaços de encontro (5) Intimidade (3) Lazer (2)
“Identidade	Auto estima (7) Você mesmo (3)	Atitude (4) Personalidade (4) Aceitação Religião	Realizar (8) Ousadia (3) Maturidade	Maturidade (6) Vida cotidiana (3) Consciente
Liberdade	Independência (5) Determinando (3) Responsável Respeito	Igualdade de direitos (8) Opinião própria (2) Consciência	Escolher (6) Conhecimento Independência Ajudar	Livre (6) Espaço para expressão Natureza Dentro da lei

“...Continua...”

Quadro 22 “Conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Espiritualidade	Solidário (5) Religioso (3) Amável (3) Consciente (3) Puro	Crenças (6) Autoconhecimento (3) Valores (6)	Acreditar (7) Ajudar (4) Perdoar (3) Orar (2)	Paz (12) Templos (2)

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 23 Matriz geral negativa das necessidades humanas

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Subsistência	Preguiça (3) Egoísmo (2) Doenças (2) Dependência (1) Desequilíbrio mental (1) Inveja (1)	Desigualdade (6) Oportunidade de emprego (5) Falta de dinheiro (1)	Oportunidade de emprego (5) Preguiça (2) Individualismo (2) Não estudar (2) Desrespeito (1)	Destruição do ambiente (5) Drogas (2) Desemprego (2) Guerras (1) Família desestruturada (1) Sem infraestrutura (1)
Proteção	Inseguro (5) Violência (2) Desrespeito (2) Impaciência Individualismo dependência	Insegurança (4); Falta de apoio; Agressão a natureza; Injustiça desemprego Corrupção Desconhecimento da lei	Individualismo (7) Competição Poluição Falta de participação	Medo (5) Família desestruturada Desequilíbrio Desinformação Falta de infraestrutura
Afeto	Desrespeito (5) Intolerância (3) Egoísmo (3) Mentira Má educação	Desrespeitar (4) Sentimentos negativos (2) Desestruturação familiar (2) Brigas (2) intolerância	Egoísmo (3) Desrespeito à vida (3) Intrigas (2) Vergonha Individualismo Falta de educação raiva	Faltam espaços de convivência (5) Família desestruturada (2) Falta de união (2) Falta paz (2)

“...Continua...”

Quadro 23 “Continuação”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Compreensão	Falta de interesse (5) Falta consciência (2) Falta cultura (3) Desrespeito	Desinteresse (5) Má formação (4) Não saber fazer Desinformação	Desmotivação para o estudo (7) Desinformação (2) Má formação (1)	Má formação (3) Falta escola ou cursos profissionalizante (3) Falta de espaços culturais Excesso de atividades
Participação	Irresponsabilidade (5) Egoísmo (3) Desmotivação (4)	Desigualdade (5) Desmotivação (4) Falta de compromisso (1)	Omissão (7) Falta diálogo (2) individualismo	Faltam espaços de diálogo (7) Individualismo (2) Desmotivação Opressão
Criação	Insegurança (4) Desinteresse (3) Falta de incentivo (2) Fala de tempo	Faltam incentivos (10)	Desmotivação (4) Não saber fazer (5) Falta incentivo	Faltam espaços culturais (9) Não aproveitar a natureza
Recreio	Estresse (7) Passividade (2) Ocupado	Faltam opções de lazer (9) Falta paz (2)	Pressão (5) Faltam opções de lazer (2) Preguiça (3)	Faltam opções de lazer (7) Desunião (2) Fofoca
Identidade	Baixa autoestima (7) Oprimido (2) Falta autoconsciência (2)	Falta atitude (6) Falta religiosidade (2) Medo Maus hábitos	Falta autorrealização (3) Falta reconhecimento (2) Falta ousadia (2) Falta opinião Desrespeito	Imaturidade (6) Falta espaço para ser você mesmo (2) Inconsciência Acomodação
“Liberdade	Dependência (6) Medo Desconfiança Indecisão Baixa autoestima desinformação	Desigualdade (7) Irresponsabilidade (2) Falta de opinião Politicagem	Opressão (7) Falta de autorrealização Desrespeito	Faltam espaços locais (4) Desrespeito (2) Indecisão Desinformação Más influências

“...Continua...”

Quadro 23 “Conclusão”

Necessidades	Ser	Ter	Fazer	Estar
Espiritualidade	Egoísmo (5) Maldade (4) Incompreensão (2) Inconsciência; Descrença; Falta de amor raiva	Valores distorcidos (6) Falta de religiosidade (3) Insatisfação; Desigualdade; Falta autoconhecimento	Valores distorcidos (2) Injustiça (2) Falta religiosidade (3) Brigas Baixa autoestima Individualismo Desrespeito Orgulho Falta autoconhecimento	Destruição da natureza (4) Crise social (5) Desesperança Raiva

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de os Quadros 22 e 23 conterem o resultado da análise sobre a espiritualidade, neste tópico foram feitas considerações sobre as nove necessidades humanas básicas propostas por Max-Neef (1993), ficando a análise geral da necessidade proposta “espiritualidade” para a próxima seção.

4.3.1 Necessidade subsistência

Na análise da necessidade subsistência da matriz positiva dos estudantes mostrou, na dimensão ser, a importância foi dada primeiramente à saúde e à inteligência para que esta seja atendida satisfatoriamente, seguida de disposição (capacidade de uma pessoa agir com intencionalidade definida) e equilíbrio (estabilidade mental e emocional). Ser saudável no sentido do organismo humano funcionar bem como um todo, podendo, assim, realizar diferentes atividades no dia-a-dia (como estudar, trabalhar) e ser inteligente, no sentido de ter capacidade mental de prover os recursos necessários para a manutenção da vida, como trabalho e dinheiro – meios estes vistos como fundamentais para atender à sua necessidade de subsistência na dimensão ter. Dessa forma, estudar, trabalhar e estar empregado foram vistos como as atividades primordiais que todas as pessoas devem exercer. Tão importante quanto estas foi ressaltada a relevância de se estar em família, bem como em meio à natureza para dar manutenção suas vidas. A relevância ambiental ocorre devido à grande dependência dos recursos naturais para economia do município, tanto para os que atuam na mineração quanto para o turismo.

A situação atual do município, na visão dos estudantes, é diferente da ideal para que as necessidades humanas sejam atendidas, pois a desigualdade social e a falta de oportunidades de emprego somada à preguiça, ao egoísmo ou ao individualismo e à agressão contínua ao meio ambiente são apontados como os principais limitadores desta satisfação. Os problemas resultantes da

desigualdade social não são apenas de caráter econômico, já que eles trazem graves consequências sociais ao custo de vida, sem acesso às condições de vida digna e promovem um estado de vulnerabilidade para as famílias e para a comunidade.

A mineração, atualmente, é fundamental para a vida econômica do município. Mas, o fato de uma grande parte dos trabalhadores atuar nesse ramo, pois esta é a principal opção de emprego que a cidade oferece, limita seu desenvolvimento em tantas outras áreas que podem vir a crescer.

Os estudantes acreditam que a solução para estes problemas perpassa diferentes esferas. No nível local, salienta-se o papel da família que deve construir valores e princípios baseados na cooperação, no trabalho, no amor e na dignidade, porém, existe dificuldade em se passar ou, até mesmo, construir estes princípios na educação dos filhos se a realidade do dia a dia dessas pessoas é marcado pela competição, em ser mais esperto que os outros - mesmo que o outro sai prejudicado - é pensar em si mesmo (...) *para garantir o seu* (Aluno 23) e pelo trabalho sem retorno (...) *a gente trabalha mas quem fica com a maior parte do dinheiro são os outro* (Aluno 12). Esta situação não justifica o egoísmo e a preguiça, mas, pelo menos, explica em parte esse tipo de comportamento.

A prefeitura tem papel fundamental em minimizar a desigualdade social e fomentar outras opções de emprego além da mineração, atraindo empresas, incentivando as demais atividades econômicas, criando e apoiando projetos e programas sociais e conseguindo recursos para o município. Mas, segundo os estudantes, a falta de motivação dos políticos do município em trabalhar para o povo é grande, *eles trabalham para eles mesmos e seus parceiros* (Aluno 19). Por outro lado, a prefeitura depende da atuação das esferas estaduais, federais e assim, sucessivamente, para desempenhar suas funções, mediante políticas e recursos que favoreçam a atuação da esfera municipal, sendo este um importante aspecto que não foi comentado pelos entrevistados.

Nesse momento, ressalta-se a importância de existir articulação entre governo municipal e as diferentes esferas de governo, pois esta pode assinalar a possibilidade de estabelecimento de um novo tipo de vínculo intergovernamental que favoreça a população, marcado por uma parceria em que há uma corresponsabilização pela política e seus resultados, ainda que a cada um dos participantes possam caber papéis diferenciados ao longo do processo de implementação das políticas.

Outro fator relevante observado refere-se à questão da agressão ao meio ambiente que prejudica a satisfação da necessidade de subsistência. Pois, no caso específico de São Tomé, cuja principal atividade econômica é a mineração, seguida do turismo, a exploração do quartzito tem representado a destruição dos recursos naturais da região.

Devido ao grande avanço tecnológico na extração da rocha nos últimos anos, tem se intensificado a exploração dos recursos naturais do município, principalmente pelas grandes empresas, chegando muito próximo ou, até mesmo, de sucumbir pontos de preservação ambiental, como cachoeiras, rios, sítios arqueológicos, matas nativas e nascentes. Além dos danos causados à natureza, muitas vezes irreversíveis, e ao homem, conseqüentemente, esta intensificação sufoca as bases naturais e pode comprometer a atividade no futuro próximo e o próprio município.

Os estudantes não querem que hajam demissões nas pedreiras, pois a economia do município seria prejudicada. No entanto, eles estão cientes de que o desequilíbrio causado pela exploração indiscriminada e a destruição dos recursos naturais da cidade pode trazer graves problemas para toda a região, aumentando a pobreza, a desigualdade social e os problemas ambientais. Por isso, é importante o papel da prefeitura e do poder público na criação de alternativas de renda para a cidade. Entretanto, essas alternativas e suas soluções, para que sejam efetivas no atendimento à demanda dos cidadãos, devem incluir, em

algum grau, a participação de comunidade organizada, organizações não-governamentais e setor privado empresarial.

4.3.2 Necessidade proteção

Para atender à sua necessidade de proteção, os estudantes acreditam que as pessoas precisam de alguns atributos pessoais como ser amigável e confiável para com os outros. Esses atributos, segundo os entrevistados, favorecem o estabelecimento de relações sólidas entre as pessoas, dando maior segurança nas relações pessoais. Além disso, se sentir protegido pela família, em seus vários aspectos como financeiro e emocional, por exemplo, é considerado importante, assim como o satisfator ser independente, no sentido de ter maior autonomia e minimizando o excesso de proteção, no sentido de controle de seus familiares. Na dimensão ter, se sobressai o satisfator segurança pública como aspecto essencial para o atendimento da necessidade de proteção, seguido da importância em se ter direitos, companhia e Deus. Os direitos referem-se ao exercício da cidadania e à funcionalidade da legislação brasileira e do judiciário, caso precisem dele; o satisfator companhia, no sentido de ter pessoas com quem possam contar e compartilhar e Deus como uma proteção superior, não visível, mas sempre presente.

Mas, para se ter satisfeita esta necessidade, os estudantes salientam a importância de cooperar com todas as instituições que os cercam, como família, polícia, igreja, *cada um fazendo a sua parte* (Aluno 50). A família é considerada o ambiente principal em que os estudantes devem estar para se sentirem protegidos, seguida do ambiente social que os circundam (que deve ser amigável), tendo a Igreja papel relevante nesse ambiente (zelando pela paz e *servindo como ponte entre Deus e as pessoas*; Aluno 63) e da natureza (*ambiente que protege a vida*, Aluno 48).

Para os alunos, o excesso de individualismo tem feito com que as pessoas pensem exageradamente em si mesmas, esquecendo-se dos outros, inclusive de pessoas próximas, promovendo insegurança, medo, desrespeito, desestruturação familiar e violência. E não só para com as pessoas. Este desequilíbrio se reflete também nas relações com os animais, com a natureza em geral. Para reverter este quadro, os estudantes chamam a atenção do poder público para acabar com a impunidade, pois a incapacidade do Estado em fazer prevalecer a punição estabelecida, assim como a benevolência das leis ou magistrados para com os criminosos ou infratores estimula a sua manutenção. Diante disso, os entrevistados salientam a importância de uma revisão das leis brasileiras, assim como maior controle e ação do poder público para evitar injustiças e corrupção e da própria sociedade por meio de denúncias, *mas sem medo de ser prejudicado pois a justiça se faria cumprida* (Aluno 05).

Observa-se que a família é apontada como elemento-chave não apenas para a sobrevivência dos indivíduos, mas também para a proteção e a própria socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo. Mas, como desestruturação familiar tem se tornado um problema crescente em nossa sociedade, esta vem perdendo sua capacidade de funcionar como “amortecedor” da crise e como mecanismo de proteção de seus componentes, o que afeta e ameaça, além das condições de vida da população, a unidade família.

Na medida em que, na sociedade contemporânea, assiste-se a um declínio do papel protetor dos grupos a qual pertence (como a família) e ao mesmo tempo dos sistemas de proteção baseados em direitos, potencializa-se o sentimento de insegurança.

A sociedade precisa ainda de leis e políticas sociais que ajudem a construir laços de solidariedade, familiar e comunitária, recuperando o social em face da crescente individualização fomentada pelo próprio mercado. Embora

seja importante o poder público valorizar a unidade familiar, é preciso também refletir sobre os limites entre direitos individuais e a atuação do Estado para que não se exerça um controle excessivo sobre a população.

4.3.3 Necessidade de afeto

Analisar os satisfatores da necessidade de afeto é muito importante para se compreender a afetividade como um conceito que está atrelado ao desenvolvimento humano, envolvendo vivências e expressões complexas, com a apropriação dos sistemas culturais pelo indivíduo, tendo como origem as emoções.

Neste estudo, os entrevistados consideraram que os principais meios para satisfazer a esta necessidade na dimensão ser são o respeito, ser amigável e generoso (solidário). Além dessas qualidades, outras bastante próximas a estas também foram citadas, tais como paciência, carinho e sinceridade. Isso porque estas práticas pessoais, juntamente com a prática do amor e do compartilhar, são colocadas como fundamentais para se construir uma família, amigos e estabelecer laços fraternos. Assim, afetividade exerce um papel fundamental no desenvolvimento da personalidade humana, pois define a forma como nos relacionamos com os outros.

A convivência entre as pessoas no ambiente familiar, assim como nos diferentes espaços de socialização que o município possui, tais como praças, parques, igrejas, associações, clubes, etc., foi apontada como ambientes que favorecem o estabelecimento de laços de união.

Por meio da matriz geral negativa é possível notar que diversos sentimentos e comportamentos negativos fazem parte da vida das pessoas, limitando o atendimento da necessidade de afeto. Ações egoístas, de desrespeito à vida e intrigas têm desgastado as relações familiares, profissionais e sociais.

Segundo os estudantes, as pessoas estão se tornando cada vez mais intolerantes, reclamam do desrespeito e egoísmo, mas repetem este mesmo comportamento. A falta de mais espaços de convivência (como parques, clubes, praças, teatro) que promovam a união, a diversão, a paz, a cultura prejudicam o atendimento a esta necessidade.

Segundo os estudantes, a prefeitura tem que assumir este papel de oferecer estes espaços de convivência. Neste momento, considera-se oportuno salientar a participação popular, e não somente do poder público, no processo de criação, implementação e avaliação de políticas. A participação da sociedade civil e a articulação de atores sociais no planejamento e gestão do município são elementos fundamentais para o estabelecimento de processos de desenvolvimento.

A análise da necessidade de afeto na matriz negativa chama a atenção, novamente, para a importância de se estruturar as famílias, por meio do amor, da educação, baseados em princípios e valores corretos (respeito, paciência e amor). Este é um trabalho complexo, pois envolve uma mudança individual e coletiva, em que a conscientização e a mobilização de cada pessoa influenciarão o conjunto. Tudo isso mostra claramente que, nos próximos anos, a família tende a ocupar um lugar de destaque na agenda social brasileira. Uma linha de programas inovadores começa a se esboçar nessa área. Porém, ainda falta muito para o Brasil ter um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, que possa ser considerada uma política de família.

4.3.4 Necessidade compreensão

O ser humano sempre teve a necessidade de conhecer e entender o mundo ao seu redor e a natureza. Para exercer essa faculdade de compreensão, o

ser humano utiliza o pensamento, o qual é fruto de uma dedução obtida como resultado de um processo intelectual.

Na visão dos estudantes, para se atender a essa necessidade de compreensão, foram julgados como importantes os atributos ser atencioso, inteligente e consciente, na dimensão ser. A atenção está relacionada com o interesse em aprender e a inteligência, ao empenho no estudo e à capacidade natural de aprender e de articular pensamento. A consciência refere-se à maturidade, à percepção do quão importante é o estudo na vida dos jovens. O estudar é considerado a ação principal para atender a esta necessidade, mas, para conseguir efetivar esta ação, é fundamental o acesso à informação (via professores, pela leitura, meios de comunicação ou pelo saber social), o interesse por métodos e formas de aprendizado, tanto na escola, como em cursos, na própria comunidade ou em família.

Porém, a falta de interesse em aprender, a falta de consciência e de cultura dos moradores, segundo os estudantes, impedem a satisfação desta necessidade. Infelizmente, o desinteresse por informações úteis e o grande interesse em informações de má qualidade ou que pouco têm a acrescentar no desenvolvimento pessoal e profissional de cada indivíduo prejudicam o atendimento de outras necessidades. Além disso, a má formação acadêmica que as escolas públicas têm oferecido a seus alunos é bem exemplificada na fala de um aluno ([...] *a gente finge que aprende e eles fingem que ensinam*, Aluno 31) somada à falta de opção, perspectivas de emprego e utilização desse conhecimento completa este terrível ciclo vicioso da inconsciência, da falta de conhecimento e percepção sobre nós, sobre os outros e sobre as coisas.

Para os estudantes, o governo tem que investir na educação tradicional e profissionalizante, pois o ensino público não é de boa qualidade. Prova disso é a afirmação de um aluno ao dizer que ([...] *os pais que tem dinheiro não colocam seu filho para estudar aqui, mandam para Três Corações*, Aluno 7). Além disso,

ressalta-se a importância de estimular uma cultura voltada para a educação, por meio de uma maior atuação da prefeitura, para que exista a possibilidade de mudar este quadro.

O problema da qualidade do ensino não se refere apenas aos professores, mas a um conjunto de fatores que prejudicam a atuação pedagógica, tais como falta de infraestrutura e de condições básicas para trabalho, falta de recursos humanos e de qualificação, falta de responsabilidade dos pais no processo de educação dos filhos, falta de política educacional voltada para a qualidade do ensino e falta de projetos para despertar competências e habilidades.

Diante deste contexto, mais uma vez, salienta-se a importância de ações integradas para que a necessidade de compreensão possa ser atendida. Somente por meio de parcerias entre os diferentes atores, alunos, escola, família e governo é que avanços poderão ocorrer. Cada ator deve fazer a sua parte. O aluno, por meio de sua dedicação para o aprendizado, advindo ou não da escola. Esse saber pode advir da escola, dos amigos, da família, do emprego e de forma autodidata. O conhecimento adquirido gera a possibilidade de desenvolvimento, de transformação dos valores e das ideias predominantes, de intervenção e modificação no ambiente.

A escola tem o papel de promover uma formação global, preparando o aluno para viver na sociedade não apenas em termos vocacionais, mas como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como sujeitos de transformação da realidade, com respostas para os grandes problemas contemporâneos.

A família tem papel importante no atendimento da necessidade de compreensão de uma pessoa. É na fase da infância e adolescência que ela assume papel fundamental, pois nesta fase forma-se a ideia de princípios, valores, respeito e ética, por meio de incentivos, aprovação, reprovação à condutas que influencia seu comportamento durante toda vida. O papel da

família também inclui a atenção especial com a educação formal das crianças e adolescentes. Se interessar pelo desempenho do filho na escola, bem como a forma como ele se relaciona com as pessoas de seu convívio, e fora dele também, é uma tarefa importante a ser desempenhada pelos pais. Isso ajuda a ter uma percepção mais ampla sobre a formação e o entendimento dele como pessoa.

Não há dúvidas sobre importância de o poder público auxiliar no atendimento da necessidade de compreensão. O acesso à educação é um direito consagrado pela constituição da maioria dos países. Assim, o governo, por meio de suas várias instâncias, deve garantir educação de qualidade para a população. Uma ligação estreita e continuada entre escola, aluno, família e governo pode favorecer o atendimento desta necessidade, tendo todos papel relevante neste processo.

4.3.5 Necessidade participação

Na análise da necessidade de participação, os estudantes consideram que ser responsável, solidário e comunicativo são atributos fundamentais para satisfazê-la. Dessa forma, cooperar (no sentido de ajudar e ser recíproco) e interagir (dialogando, entrando em consenso e tomando decisões de forma deliberativa) são ações que promovem esta participação, assim como ter direitos e responder pelos seus atos tanto em ambientes familiares como em grupos sociais (igreja, associação, etc.).

O homem é um ser social e, por meio da participação, demonstra sua tendência inata de fazer atividades em conjunto. Assim, a participação é própria da natureza social do homem e sua prática potencia a satisfação de outros aspectos, tais como a interação, a autoexpressão, o desenvolvimento do

pensamento reflexivo e a autoestima. Mas, o impedimento da necessidade de participar constitui um movimento contrário à essência do homem social.

Na visão dos estudantes, essa necessidade tem sido bastante limitada pela falta de responsabilidade, egoísmo e desmotivação. Isso porque as pessoas não querem assumir responsabilidades para não ter trabalho (não se dedicar ou assumir compromissos) e por não querer responder por suas ações. As pessoas preferem se omitir, pois têm receio de se expor (por vergonha ou, mesmo, pelo medo de ser prejudicado) e pela dificuldade de dialogar (ouvir, opinar, justificar, convencer e discordar). O que eles observam é que muitas pessoas não estão interessadas em pensar coletivamente, pois isso exige tempo, discussões e boa vontade.

Além disso, o excesso de individualismo ou egoísmo e a desigualdade política e de direitos (pois alguns são privilegiados em detrimento de outros) são fatores que levam ao desinteresse de participar e retiram a credibilidade de instituições e grupos de interesse da comunidade.

Diante desta constatação, observa-se que o processo participativo é marcado por desafios. A participação no município deve passar a ser vista como algo que se aprende e se aperfeiçoa. Com a prática e a autocrítica, ela vai se aperfeiçoando.

Nesse sentido, o comprometimento das pessoas é uma ação que deve partir da própria comunidade na medida em que as pessoas se conscientizam e se organizam em prol de objetivos comuns. Assim, aos poucos, as pessoas passam a perceber que a participação justifica-se por si mesma. Para Pateman (1992), a participação é educativa e promove, por meio de um processo de capacitação e conscientização (individual e coletiva), o desenvolvimento da cidadania, cujo exercício se configura como requisito central na ruptura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais.

Também cabe ressaltar o papel do governo local nesse processo. O governo local pode criar e fomentar espaços de diálogo democráticos que sirvam para direcionar as ações dos representantes em prol da população. Muitos conselhos municipais no país têm servido de exemplo, pois constituem-se instrumentos de democratização da gestão pública local e de aumento da eficiência e da efetividade das políticas sociais setoriais. A participação popular, por meio dos diferentes canais de participação, é identificada como argumentos da democratização que têm como referência o fortalecimento dos espaços de socialização, de descentralização do poder e enfatizando a importância de um papel mais autônomo dos sujeitos sociais. A participação popular cria espaços e forma de articulação do Estado com os sujeitos sociais, configurando um instrumento de socialização da política, reforçando seu papel como meio para realizar interesses e direitos sociais que demandam uma administração pública (CUNILL, 1991). Dessa forma, o governo local também contribui para que a necessidade de participação das pessoas seja atendida.

4.3.6 Necessidade criatividade

Para os estudantes, o homem é um ser criador, pois a criatividade faz parte da própria essência de cada indivíduo. Para atender à necessidade de criação, ser criativo (no sentido de imaginativo) e inteligente são aspectos considerados primordiais. Sendo assim, nota-se que há uma conexão entre o processo de pensamento e o processo criador, sendo o processo de pensamento intrinsecamente ligado à inteligência humana.

Além disso, ter habilidade, recursos (financeiros, materiais e humano) e métodos são os meios essenciais para que uma pessoa consiga satisfazer a esta necessidade. É interessante notar que, apesar de a criatividade ser frequentemente associada à intuição, à percepção e à sensibilidade -

principalmente porque estes aspectos passaram a ter cada vez mais um papel importante no processo de desenvolvimento das capacidades do ser humano -, os alunos não as consideraram como atributos mais importantes para o atendimento desta necessidade.

Os espaços culturais foram considerados os principais ambientes que promovem o atendimento dessa necessidade de criação. Na visão dos alunos, o cinema, o teatro, as exposições, as oficinas e os demais espaços de convivência podem estimular a criatividade dos moradores. Assim, a partir de um processo gradativo de vivências, este potencial criativo torna-se cada vez mais rico, tornando o indivíduo mais capaz de criar, de se projetar, de como fazer e de como exprimir a criatividade, dando a ela uma peculiaridade própria para cada ser humano.

Porém, o município não tem estimulado o potencial criativo das pessoas como poderia. Segundo os estudantes, a falta de incentivo do poder público, assim como da própria família e dos grupos sociais da comunidade, revela a necessidade de se criar espaços culturais e outros meios para motivar e ensinar as pessoas a desenvolverem seu potencial de criação, pois, segundo Predebon (2004, p. 121), “ao aperfeiçoar o uso de nossa criatividade, crescemos como indivíduos e passamos a exercer melhor nossa individualidade com enormes ganhos na vida prática e na própria autoestima”.

São Tomé das Letras não possui cinema e teatro e tem poucos espaços culturais públicos que incentivam a ação criadora. Por outro lado, o município possui muitos recursos naturais que poderiam ser aproveitados pelas pessoas independentemente do apoio público mas, certamente o município pode atuar mais oferecendo atividades através de programas sociais. Cada indivíduo, de acordo com suas preferências e habilidades, pode estimular suas potencialidades. Todos são criativos, mas algumas pessoas desenvolverão mais esse talento do que outras devido a questões educacionais, sociais e culturais que vão contribuir

para o estímulo a criatividade ou para comportamentos menos criativos baseados em repetições de modelos previamente estabelecidos.

De qualquer forma, ao se buscar atender a esta necessidade básica, os estudantes acreditam que obtêm benefícios como diminuição do medo e vergonha, melhoria na autoestima e contribuição para se construir uma localidade com qualidade de vida melhor. Além do que foi exposto pelo estudantes, ressalta-se também que, com o rápido avanço tecnológico, a criatividade passou a exercer um papel de fundamental importância, pois ela está ligada à capacidade do ser humano de resolver problemas e vislumbrar soluções que não só agilizam soluções, mas determinam novos caminhos. Assim, o desenvolvimento de novos padrões cognitivos facultam aos indivíduos oportunidades de negócios e de lazer, favorecendo também a busca por soluções criativas e inovadoras para problemas de natureza profissional como pessoal.

4.3.7 Necessidade recreio

Depois de terminarem todas as obrigações profissionais, familiares ou sociais os estudantes têm tempo para o recreio, para utilizar esse tempo da forma como desejarem, pelo descanso, pelo divertimento, pelo entretenimento, etc. Na necessidade de recreio, bastante apreciada pelos jovens, a descontração, a tranquilidade e o divertimento são os atributos mais valorizados para seu atendimento. Por isso, ter paz de espírito e contar com opções de lazer e uma cultura que promova relaxamento e diversão devem fazer parte da vida das pessoas. Para Zamora et al. (1995), o cultivo do tempo livre cumpre várias funções para os adolescentes, entre as quais se destacam: estabelecimento de relações, compreensão de seus processos psíquicos, construção da independência emocional, tomada de consciência da sua originalidade e criatividade, adoção de uma escala de valores que permite integrar-se à

comunidade e preparar-se para o desempenho de funções sociais, aproveitamento da cultura, formação de ideais, etc. Todos esses aspectos contribuem para o desenvolvimento integral da personalidade.

Assim, observa-se que o recreio fundamenta sua unidade não só em razões externas, que o opõem às necessidades e deveres, mas também em razões internas, que se prendem à originalidade da sua estrutura. De acordo com Dumazedier (1973), as três funções principais reveladas por meio de investigação são, ao mesmo tempo, distintas e interdependentes, segundo as situações:

- a) função de descanso, no sentido de recuperação, de libertação da fadiga;
- b) função de divertimento, que liberta sobretudo do tédio. Pela necessidade de ruptura com o universo cotidiano vem a busca de uma vida de complemento, de compensação ou de fuga pela distração, pela dispersão, pela evasão para atividades diferentes do mundo de todos os dias: – atividades reais ou de *segunda realidade*, na base da mudança de lugar, de ritmo, de estilo, de viagens, de jogos, de esportes, – atividades fictícias, na base da identificação e da projeção, como frequentar espetáculos de cinema e de teatro, leitura de romances, etc.;
- c) função de desenvolvimento da personalidade, que liberta do hábito que tende a limitar os gestos, os comportamentos, as ideias cotidianas a automatismos e estereótipos. Segundo o autor, essa função enseja uma participação social mais ampla, mais livre e uma cultura mais desinteressada do corpo e do espírito.

Porém, diante do estilo de vida da sociedade atual, o tempo livre tem sido cada vez mais escasso; ele tem sido um tempo engolido pelos mecanismos de reprodução do capital. Na visão dos estudantes, a necessidade de recreio tem sido limitada pelo desgaste físico e mental causado pelo estilo de vida das pessoas, que têm trabalhado em demasia. Somado a isso, faltam opções de lazer que promovam a descontração e venham a motivar as pessoas a se divertir, pois esta ação favorece o relacionamento entre as pessoas da comunidade, aumentando sua união.

Muitas vezes, esse tempo de recreio se materializa em compras e no mais trabalho e não no descanso, na reflexão e na efetivação das capacidades humanas, mediante o exercício de ‘atividades superiores’ – aquelas que não estariam regradas pelo ciclo mercantil, as atividades afetivas, culturais, artísticas, lúdicas etc. Para De Masi (2000), o tempo sem trabalho ocupa um espaço cada vez mais central na vida humana, sendo necessário reprojeter a família, a escola, a vida em função não só do trabalho mas também do tempo livre, de modo que ele não degenere em dissipação e agressividade, mas se resolva em convivência pacífica e ócio criativo. Contudo, se faz necessária a criação de condições para que o estudo, o trabalho, o tempo livre e as atividades voluntárias passem a se entrelaçar cada vez mais.

Nesse sentido, a criação, por parte da prefeitura, de espaços de encontro, como parques, clubes, associações e grupos que promovam atividades recreativas, esportivas e culturais que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades subjetivas e interiores, são imperativas. Apesar de o poder público ter o dever de atender aos anseios dos cidadãos buscando sua melhoria em termos de qualidade de vida, cada indivíduo, no caso específico desta necessidade, tem o potencial de poder gozar de um tempo para si, a partir do qual elege livremente, e segundo sua vontade, entre o descanso, o entretenimento, o desenvolvimento ou o serviço voluntário. Esse tempo pode ser

usado para satisfazer, inclusive, desejos pessoais que são frustrados no cotidiano. Dessa forma, cada pessoa ou grupo pode se mobilizar para aproveitar melhor este tempo, sem, necessariamente, precisar da ação intervenção ou apoio do poder público.

4.3.8 Necessidade identidade

A necessidade de identidade foi considerada uma necessidade muito importante dentro da realidade dos alunos, estando fortemente vinculada ao período da vida que estão vivenciando.

Na escolha dos satisfatores mais relevantes nesta necessidade, o fator mais preponderante foi o da autoestima, estando este satisfator diretamente relacionado com uma avaliação positiva de si mesmo, se valorizando e sendo você mesmo. Por isso, buscar se realizar, nos vários âmbitos da vida (profissional, amoroso, familiar, etc.), é considerado aspecto que promove a satisfação desta necessidade. Mas, para isso, é necessário ter atitude, personalidade (características próprias e exclusivas de cada pessoa), aceitação e religião. Mais uma vez, encontra-se o aspecto religioso como importante, pois os princípios e os valores passados por uma doutrina influenciam seu comportamento, seu pensamento, etc.

O local para exercer esta necessidade é o próprio dia a dia, pois a vida cotidiana apresenta diversas oportunidades para que a pessoa tenha consciência sobre si mesmo. Dessa forma, ter maturidade é fundamental neste processo de autoconsciência e realização.

É interessante notar como o que foi colocado como importante para se atender à necessidade de identidade é, de maneira geral, o que falta na realidade atual, na opinião deles. Os entrevistados acham que a autoestima deles e da população está baixa, que falta atitude das pessoas, faltam realização (em

diferentes aspectos da vida) e ousadia. Eles consideram que as pessoas, em geral, são muito imaturas, ou seja, falta consciência sobre si mesmo e opinião própria para que elas sejam elas mesmas e consigam atender a esta necessidade.

Em parte, isso pode ser explicado por uma política de convivência na qual é necessário que as pessoas assumam posturas, opiniões e valores que nem sempre correspondem à sua verdade para garantir seus empregos ou vínculos sociais. Desse modo, adaptar-se ao que é imposto pelo “mundo exterior” se tornou tão essencial que elas se confundem em saber o que de fato pensam, sentem e precisam para serem felizes. Existe o receio de se assumir a própria autenticidade.

A família tem papel importante para o atendimento dessa necessidade, pois é o espaço no qual, em princípio, a disponibilidade de amor gratuito e de valores e princípios repassados alimenta a construção/descoberta do eu nas diferentes etapas da vida, tendo, portanto, como função central, a produção identitária. O ser humano precisa de acolhimento, pertencimento e validação. Para Bellino (1997), uma das características e aspectos mais importantes e relevantes na constituição da identidade pessoal dos indivíduos está em suas possibilidades de relacionamentos.

Assim, sua autoestima é definida, principalmente, a partir da sua matriz familiar. Por sua vez, a autoestima define a possibilidade de sucesso nas diferentes áreas da vida e atendimento de outras necessidades humanas, como afeto, liberdade e espiritualidade, por exemplo. Portanto, os seus referências parentais, a forma como é tratado e como a vivência é vital em sua vida são essenciais para o atendimento desta necessidade.

Como o ser humano, como ser social, inicia o desenvolvimento da sua identidade por meio da interação que mantém com o meio em que vive, observa-se espaço para que o poder público possa atuar de forma a contribuir para o atendimento dessa necessidade, por meio de programas e políticas sociais

voltados para a família, crianças e adolescentes, o governo pode apoiar os cidadãos na construção ou até mesmo no resgate de sua identidade.

4.3.9 Necessidade liberdade

Todo indivíduo nasce e existe para ser livre, tanto fisicamente como emocionalmente e mentalmente. Mas, a forma de satisfazer essa necessidade pode variar. Na visão dos estudantes, para se satisfazer à necessidade de liberdade, considera-se fundamental ser independente –uma pessoa pode tomar suas próprias decisões sem interferências externa - e ser determinado – no sentido de permanecer firme nesta decisão ou num objetivo.

Na dimensão ter, eles acreditam que é preciso ter igualdade de direitos, consciência e opinião própria, para ter esta necessidade atendida. Igualdade de direitos, pois vive-se numa sociedade corrupta, num município corrupto onde o poder de escolha e o acesso à informação não são iguais para todos. Consciência e opinião própria para que cada pessoa saiba fazer suas escolhas. Por isso, na medida em que as pessoas tenham liberdade de escolha, conhecimento e sejam independente, elas se tornarão mais livres e poderão exercer suas liberdades: liberdade de ação, liberdade de omissão, liberdade de aprendizado, liberdade de escolha, liberdade de aceitação de si mesmo, liberdade de reconhecimento da realidade exterior, liberdade emocional, etc.

Na dimensão estar, os estudantes salientaram a importância de se criar espaços locais que permitam às pessoas o exercício da liberdade de escolha e expressão de suas ideias. Nota-se que, associada à liberdade, está também a noção de responsabilidade perante a lei, já que os alunos reforçaram que o ato de ser livre implica em assumir o conjunto dos seus atos e saber responder por eles.

Na análise da matriz negativa observou-se que muitos fatores têm impedido a satisfação desta necessidade, tais como a dependência, a

desigualdade de direitos, a opressão, a irresponsabilidade e o desrespeito. A dependência se refere, principalmente, à dificuldade de as pessoas conseguirem estabilidade financeira e também a influência que a família exerce no comportamento e na conduta de seus membros. A desigualdade de direitos e a opressão estão diretamente relacionadas com a presença de paternalismo e corporativismo no município e no país. Por último, a irresponsabilidade e o desrespeito estão vinculados com as injustiças sociais, a impunidade e a desestruturação familiar.

Esses problemas sociais necessitam de um cuidadoso olhar do Estado, com políticas que se voltem para a educação e a cidadania. O próprio município, por meio de iniciativas locais e por meio de seus canais de representatividade, podem criar espaços de diálogo que produzam experiências práticas para o exercício da cidadania e que obtenham o comprometimento e a participação da população. Esta análise vai ao encontro do que foi proposto por Sen (2000) quando afirma que o desenvolvimento de um local está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania.

4.4 A espiritualidade como necessidade?

A partir da revisão teórica feita neste estudo com as visões dos diferentes estudiosos sobre espiritualidade, do enquadramento às taxonomias propostas pela teoria das necessidades humanas de Max-Neef (1993) e a validação desta necessidade na pesquisa de campo com os grupos de foco, sugere-se acrescentar a necessidade espiritualidade à teoria das necessidades humanas.

Cada vez mais, a ciência tem avançado no reconhecimento e no respeito a esta temática. As contribuições nos campos da física quântica, psicologia,

biologia e medicina têm oferecido explicações a fenômenos antes ignorados. A ciência se aproxima da espiritualidade e tende a uma visão mais holística abrangente e formadora de um ser humano com suas potencialidades interiores mais ativas. Assim, novos canais de expressão da consciência devem surgir.

Fica cada vez mais claro que uma nova concepção de mundo, que corresponda aos ideais mais elevados da humanidade, tende a se consolidar no cenário atual. Esta concepção está alinhada com a dimensão espiritual e sua inter-relação com o desenvolvimento. A produção de conhecimento na área de desenvolvimento a partir de uma visão mais integrada é importante para se ultrapassar visões e quebrar paradigmas que limitam o pensar, o sentir e o fazer.

Na medida que uma teoria é resultado sempre inacabado de formações individuais, meio e época, ela reflete os dilemas e as contradições dessas formações, da estrutura econômica, sociopolítica e cultural, bem como da época. Dessa forma, é natural que teorias sejam substituídas ou que recebam novas contribuições.

Em termos teórico-metodológicos, a necessidade espiritualidade atendeu às taxonomias da teoria das necessidades humanas. A primeira taxonomia refere-se ao fato de a necessidade ser compreensiva. A espiritualidade é reconhecida e identificada. Prova disso se obteve nas respostas dos alunos, quando questionados sobre o que ela representa e no seu entendimento para se preencher as células com satisfatores. A segunda taxonomia refere-se à combinação de amplitude com especificidade, que a necessidade espiritualidade atende, pois foi capaz de ligar-se a um número reduzido de satisfatores e de criar um conjunto amplo para que qualquer necessidade possa se remeter a ela. Ela também atendeu à taxonomia de ser operativa, pois foi possível a análise de relação entre necessidade de espiritualidade e a forma como ela se satisfaz, por exemplo, por meio da paz e do amor ao próximo. Além disso, ela foi potencialmente crítica, pois foi possível identificar satisfatores que inibem ou

destroem a realização desta necessidade, como a guerra, por exemplo. Por último, essa necessidade atendeu à taxonomia de ser potencialmente propositiva na medida em que foi possível gerar e fomentar satisfatores para necessidade de espiritualidade de todas as pessoas e de outras necessidades, como, por exemplo, o satisfator amor na necessidade de afeto.

Na análise geral da necessidade espiritualidade (Quadro 23 e 24), os estudantes consideraram que ser solidário, religioso, amável e consciente são os atributos essenciais para se atender à necessidade de espiritualidade, pois a espiritualidade depende de se alimentar a dimensão do espírito com a amorosidade e a solidariedade. Ela possibilita a criação de espaço para a lógica da convivência, da cordialidade, da doação em face da alteridade e da comunhão com todas as coisas. Isso porque ela tem papel fundamental no estabelecimento de crenças, valores e princípios corretos e no autoconhecimento. Dessa forma, as atitudes com relação à espiritualidade influenciam e, as vezes, até determinam as demais atitudes com relação à vida.

A opinião dos estudantes é que ações como acreditar em Deus ou em forças superiores, ajudar ao próximo, perdoar e orar levam a um estado de em paz consigo mesmo e com os outros e, conseqüentemente, a satisfação desta necessidade. Do ponto de vista crítico, Alves (1984,) argumenta que ela (a religião) pode ser utilizada para iluminar ou para cegar, para fazer voar ou paralisar, para dar coragem ou atemorizar, para libertar ou escravizar. Mas, na visão dos estudantes, a religiosidade exerce papel enriquecedor na existência humana e para o atendimento da necessidade de espiritualidade.

A religião é usada pelas pessoas, por meio de sua religiosidade, para procurar respostas sobre a vida e a morte. “A religião é concreta. Possui credo, moral, teologia, santos e santas, hierarquia, templos, festas, ritos e celebrações” Boff (2001b, p. 88). E é a partir das estruturas religiosas que as pessoas procuram, por meio da fé, a paz de espírito e uma resposta transcendental para a

sua existência. Nesse sentido, a funcionalidade da religião “é criar as condições para que cada pessoa possa realizar seu mergulho no Ser e encontrar-se com Deus, Útero de infinito aconchego de paz” Boff (2001b, p. 89), enfim, atender à sua necessidade de espiritualidade.

Na análise da matriz negativa observou-se que os principais fatores da dimensão ser que limitam o atendimento à necessidade de espiritualidade, na visão dos estudantes, são o egoísmo, a maldade e a incompreensão, sendo egoísmo, pois o estilo de sociedade capitalista incentiva o pensar em si mesmo, a competitividade e o consumismo; a maldade nas pequenas e grandes ações das pessoas no dia a dia e a incompreensão está atrelada à desestruturação familiar e à desigualdade social. Para os entrevistados, isto está relacionado com a distorção de valores e princípios, assim como a falta de religiosidade que, por sua vez, tem gerado uma crise social - marcada pela a destruição da natureza e pela falta de autoconhecimento. Esse contexto que a sociedade está vivenciando reflete o quão distante as pessoas estão de atender a esta necessidade.

É interessante observar a presença da discussão ambiental e do autoconhecimento nessa necessidade. O discurso sobre importância da natureza está atrelado à espiritualidade, pois ela representa a vida e a totalidade, e o crescimento espiritual também busca essa unidade. Assim, a espiritualidade contribui para a construção de uma consciência ambientalmente correta e a consciência ambiental está coerente com a busca pelo resgate da espiritualidade. Já a importância do autoconhecimento tem a ver com a experiência profunda do ser humano, com autoconsciência, com seu mergulhar nas raízes últimas da realidade que se constitui no campo da experiência do espírito, donde vem espiritualidade.

Esta ideia dos alunos tem proximidade com a visão de Capra (2002), que afirma que a espiritualidade, ou a vida espiritual, é geralmente compreendida

como um modo de ser que decorre de uma profunda experiência da realidade que, muitas vezes, ocorre por intermédio da religião.

Para os estudantes, enquanto as pessoas não se conscientizarem, não praticarem sua religiosidade, não buscarem sua espiritualidade, dentro e fora de suas casas, resgatando valores e princípios, tais como o amor, o respeito e a justiça, esta crise continuará e não haverá paz. A paz é uma prática necessária para o desenvolvimento da espiritualidade. Essa paz depende do fazer o bem, prática desvalorizada pela sociedade individualista cuja satisfação pessoal é supostamente encontrada em prateleiras e vitrines.

Neste momento, pode-se destacar o papel do poder público que pode indiretamente contribuir, de diferentes formas, para a satisfação desta necessidade. Uma dessas ações refere-se à promoção da família e da educação, numa melhor atuação e comprometimento com a segurança pública, melhorando sua posição na agenda das diversas políticas públicas setoriais.

A aplicação da teoria das necessidades humanas, acrescentando-se a necessidade de espiritualidade, aos estudantes foi importante para observar sua relevância e sua validade. O fato de os estudantes a reconhecerem como necessidade fortalece a reflexão do tema na teoria e na prática e sua inclusão na teoria das necessidades básicas humanas. Isso revela a importância do tema na vida cotidiana das pessoas e sinaliza sua crescente presença no meio acadêmico.

A validação da espiritualidade como necessidade traz grande contribuição à teoria proposta por Max-Neef (1993), pois aborda uma temática de grande valor e presença na sociedade desde os tempos remotos não incluída como necessidade básica humana em sua teoria. Acredita-se que ela represente um avanço na discussão sobre aspectos subjetivos e qualitativos presentes nas reflexões sobre desenvolvimento. O reconhecimento da dimensão espiritual, quando se pretende promover o desenvolvimento de uma localidade, refere-se a tratar o homem como um ser integral, ou seja, um ente complexo que abrange

aspectos biológicos, mentais, sociais, ecológicos e espirituais. Nesse sentido, as ações para o desenvolvimento devem considerar suas necessidades humanas básicas para que a sua promoção faça sentido.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do desenvolvimento de valores humanos. Como destacam Volcan et al. (2003, p. 440-445), “emoções e convicções de natureza não-material, com a suposição de que há mais no viver do que pode ser percebido ou plenamente compreendido”, remetem a questões como significado e o sentido da vida, não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa. E essa perspectiva remete à psicologia analítica de Jung (2000), que reintroduziu a espiritualidade como aspecto integrante em todo ser humano; a espiritualidade baseada em aspectos básicos da condição humana, na necessidade de atuar, de viver a vida, dar um sentido e uma orientação à vida e na abertura do homem para o transcendental. Ela se manifesta como experiência humana. Experiência que permite que o indivíduo indague a sua verdade, as suas razões, seus conhecimentos e sua forma de atuação no mundo e sobre sua mortalidade e finitude.

Nesse sentido, torna-se pertinente abordar a temática da espiritualidade como aspecto central na vida humana, pois a dimensão espiritual envolve todas as funções psicológicas, como cognição, percepção, emoção e vontade, promovendo o bem-estar físico, social e mental.

Descartar as características desse tipo de experiência e os desafios conceituais associados a elas apenas porque não se ajustam ao atual paradigma em ciência, certamente não é o melhor exemplo de uma abordagem científica. O universo precisa ser aceito como ele é e não impor aquilo que acreditamos que ele é ou pensamos que ele deveria ser. As teorias da atualidade precisam lidar com os fatos em sua totalidade, e não com uma seleção de fatos convenientes que se ajustem a esta visão de mundo e ao sistema de crenças.

Afinal, somos criativos quando vamos além das fórmulas convencionais e inventamos maneiras surpreendentes de expressar a nós mesmos e de pronunciar o mundo; quando estabelecemos conexões novas, introduzimos diferenças sutis, identificamos potencialidades da realidade e propomos inovações e alternativas consistentes. Ser criativo é dar asas à imaginação, “a louca da casa” que sonha com coisas ainda não ensaiadas mas sem esquecer a razão que nos segura ao chão e nos garante o sentido das mediações (BOFF, 2004).

Até que a ciência ocidental moderna seja capaz de oferecer explicações plausíveis para todas as observações referentes aos fenômenos espirituais, os conceitos encontrados na literatura filosófica, teosófica e ocultista devem ser encarados com respeito à abordagem atual da maioria dos cientistas ocidentais, que ou não conhecem os fatos ou os ignoram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de desenvolvimento à escala humana de Max-Neef (1993) aborda a discussão sobre desenvolvimento afirmando que este só é benéfico ao ser humano quando põe a economia a serviço das pessoas. Mas, para que a economia possa trabalhar para as pessoas é preciso conhecer suas necessidades e seus satisfatores. É nesse sentido que a teoria das necessidades humanas traz importantes contribuições, pois ouvir a sociedade quando se busca um desenvolvimento mais adequado às suas necessidades pode orientar ações e promover o acompanhamento e a avaliação do progresso atingido mais coerente com as necessidades do presente e do futuro. Isso representa rompimento com o paradigma cartesiano e a inclusão de óticas mais ampliadas para a ideia de desenvolvimento.

Por isso acredita-se que conhecer a forma como os moradores do município buscam satisfazer suas necessidades humanas básicas (os satisfatores), mesmo que, a princípio, na visão dos estudantes, deve ser aspecto básico no que se refere a políticas sociais para o desenvolvimento, tanto na sua elaboração quanto na intervenção. Dessa forma, salienta-se a ampliação deste estudo a outros grupos representativos do município para se obter uma visão mais ampla das necessidades da sociedade.

A emergência da problemática das necessidades humanas se faz num contexto de crítica aos efeitos perversos de um modelo de crescimento econômico que confunde crescimento e desenvolvimento. Isso nos remete à importância de se identificar e valorizar o que as pessoas realmente precisam para se sentirem satisfeitas. A análise das necessidades humanas pelos estudantes mostra que é fundamental a valorização de seus aspectos subjetivos, se mostrando pertinente a inclusão da temática da espiritualidade nessa discussão. A espiritualidade pede ser validada, pois atende às taxonomias da

teoria das necessidades humanas e foi considerada como uma necessidade pelos estudantes. Diante destes resultados, sugere-se a inclusão deste indicador à teoria das necessidades humanas proposta por Max-Neef (1993). Ele traz contribuições a teoria na medida em que amplia a discussão sobre quais seriam as necessidades humanas básicas.

Ao comparar a análise geral dos satisfatores ideais e limitantes, pode-se concluir que muito ainda deve ser feito para que as necessidades dos moradores sejam atendidas. Isso quer dizer que tanto o poder público como cada indivíduo têm muito que trabalhar para se aproximar da situação ideal. Mas, o fato de os alunos terem consciência de que eles e todos os moradores têm papel fundamental neste processo, além de órgãos públicos e outras instituições, demonstra um importante indicativo para se realizar uma mudança em direção ao desejado. Assim, o interesse de cada indivíduo, a sua estrutura familiar e a ação de órgãos públicos podem ser os principais responsáveis para a sua efetivação.

Para finalizar este trabalho, cabe ressaltar que acredita-se que ele favoreceu a ampliação da discussão sobre desenvolvimento municipal – assunto este fundamental para a superação da crise atual que a sociedade vive e, até mesmo, para a própria sobrevivência da humanidade –, pois seu resultado pode contribuir para o processo de planejamento e implementação de políticas públicas orientadas para a satisfação das necessidades da população. O resultado deste trabalho transpõe os limites acadêmicos, revelando-se um suporte teórico e metodológico que pode gerar uma efetiva colaboração para a elaboração de políticas de desenvolvimento adequadas à realidade dos municípios, sobretudo o estudado, pela inclusão de novas temáticas, tendo como meta a melhoria permanente das condições de vida das populações e o fortalecimento da sociedade civil e da cidadania, pela qual os indivíduos passam a ser os construtores do seu próprio futuro.

REFERENCIAS

- ADELMAN, I. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972. 154 p.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Tradução Antonio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998. 151 p. Tradução de: Desarrollo econômico local y distribución del progreso técnico: una respuesta a las exigências del ajuste estructural.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira T. Learning, 2004. 203 p.
- ALVES, R. **O que é religião**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 131 p. (Coleção primeiros passos)
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 14, p. 35-73, dez. 1996.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.
- ASSIS JUNIOR, R. N.; BARROS, P. S. **Educação e valores humanos no Brasil**: trajetórias, caminhos e registros do Programa Vivendo Valores na Educação. São Paulo: Brahma Kumaris, 2009. 252 p.
- ASSIS, W. A. P. **Estudo sobre desenvolvimento bem-estar e necessidades humanas para uma economia da complexidade**. 2006. 180 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 281 p.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine, 1972. 361 p.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 25-70 .

BELLINO, F. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Bauru: EDUSC, 1997. 300 p.

BERGER, P. T.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 147 p.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 496 p.

BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2001a. 206 p.

BOFF, L. **Críticos, criativos e cuidantes. Educação cidadã**: novos atores, nova sociedade. Brasília: Centro cultural do banco do Brasil, 2004. p. 7-8. (Caderno de estudo, 02).

BOFF, L. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**: a emergência de um novo paradigma. São Paulo: Ática, 1993. 240 p.

BOFF, L. **Espiritualidade**: um caminho para a transformação. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001b. 96 p.

BOFF, L. **Ética da vida**. Brasília: Letra Viva, 1999a. p. 70.

BOFF, L. **É urgente rever os fundamentos**. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/site/vista/2009/fev27.htm> >. Acesso em: 28 fev. 2009.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano: compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999b. 200 p.

BOISIER, S. **“Desarrollo (local): ¿de que estamos hablando?”**. Buenos Aires: Centro de Estudios Desarrollo y Territorio, 2001. 24 p.

BOISIER, S. et al. **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago: ILPES/CEPAL, 1995. 26 p.

BOISIER, S. Y si el desarrollo fuese una emergencia sistêmica?. **Revista REDES, A Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 1-9, jan./abr. 2003.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto**. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

BRONOWSKI, J. **The common sense of science**. Cambridge: Harvard University, 1978. 162 p.

BUARQUE, S. **Metodologia do planejamento local e sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1998. 106 p.

BUENO, M. C. **Saiba mais sobre o economista e ambientalista Manfred Max-Neef**. Disponível em: <
<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI22002-15565,00-SAIBA+MAIS+SOBRE+O+ECONOMISTA+E+AMBIENTALISTA+MANFR ED+MAXNEEF.html>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. p. 71-98.

CAMARGO, A. L. B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003. 160 p.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. “Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais”. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, p. 69-85, jan./jun. 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul./set. 2002.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002. 296 p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo, Cultrix, 1982. 444 p.

CAPRA, F. **O tao da física**: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1983. 264 p.

CASLEY, D. J.; KUMAR, K. **The collection, analysis and use of monitoring and evaluation data**. Baltimore: John Hopkins University, 1988. 174 p.

CERVO, A. R. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 176 p.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 623 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. p. 1-26.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo solidário e o desenvolvimento na escala humana. **Revista de Estudos Turísticos**, n. 20, p. 1-2, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=11164>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

CUNNILL GRAU, N. **Participación ciudadana**. Caracas: CLAD, 1991. 262 p.

DE MASI, D. **O Futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000. 354 p. Tradução de: Il futuro Del lavoro: fática e ozio nella società potindustrial.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003. 389 p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. "Introduction: entering the field of qualitative research." In: _____. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994. chap. 1, p. 1-17.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. São Paulo: Record, 1998. 476 p.

DOWBOR, L. **A reprodução social**: proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1, 155 p.

DOYAL, L.; GOUGH, I. **Teoría de las necesidades humanas**. Barcelona: Fuhem, 1994. 130 p.

DUMAZEDIER, J. Trabalho e lazer. In: FRIEDMANN, G. et al. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1973. v. 2, p. 397-427. Tradução de: *Traité de Sociologie du Travail*.

ESTEVA, G. "Development". In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. cap. 3, p. 59-81.

FELSKI, H. **O processo de tomada de decisão da cooperativa arte rio (rio dos cedros, sc)**: uma reflexão do modo cooperativo de seus membros de 2005 a 2007. 2008. 97 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

FERREIRA, A. B. H. (Org.). **Mini dicionário Aurélio**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. 306 p.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 105-113, out./dez. 1992.

FOUCAULT, M. "**A arqueologia do saber**". Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. 244 p.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 396 p.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002. 335 p.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 128 p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974. 89 p.

GADREY, J.; JANY-CATRICE, F. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: SENAC, 2006. 159 p.

GALTUNG, J. Direitos humanos e necessidades humanas. In: _____. **Direitos humanos: uma nova perspectiva**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. p. 91-167.

GARCIA, S.; GUERRERO, M. Indicadores de sustentabilidad ambiental em La gestión de espacios verdes: Parque urbano Monte Calvário, Tandil, Argentina. **Revista de Geografia, Norte Grande**, Santiago, n. 35, p. 45-57, jul. 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987. 200 p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1999. 108 p.

GOMES, E. S.; BARBOSA, E. F. **A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos**. Disponível em: <
http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf>.
Acesso em: 30 ago. 2000.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Revista Paidéia Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p.149-162, 2002.

GRACIANO, M. M. de C. **A teoria biológica de Humberto Maturana e sua repercussão filosófica**. 1997. 88 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

GRACIARENA, J. Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2, p. 685-713.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 1994. p. 105-117.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987. 517 p.

HANAI, R.; BARBOSA, A. **A cidade de São Thomé das Letras**. Disponível em: <<http://www.saothomedasletras.net/sobre/acidadestl.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

HELLER, A. **Marxisme et démocratie: au-delá du "socialisme réel"**, (Coautoría com Ferenc Fehér). Paris: Mapero, 1981. 124 p.

HELLER, A. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Península, 1978. 177 p.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002. 192 p.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 467 p.

JARA, J. C. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2001. p. 99-121.

JUNG, C. G. **Natureza da psique**. Petrópolis: Vozes, 2000. 402 p.

KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. São Paulo: Cortez, 1998. 92 p.

KOENIG, H. G. Research on religion, spirituality and mental health: a review. **Canadian Journal of Psychiatry**, Ottawa, v. 54, n. 5, p. 283-291, May 2009.

KRUEGER, R. A. **Focus groups: a practical guide for applied research**. London: Sage, 1996. 219 p.

LAMA, D. **Uma ética para o novo milênio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. 176 p.

LAVINE, C.; DIONNE, J. Das informações à conclusão. In: _____. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. cap. 8, p. 197- 231.

LEFF, E. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde cotidiano, o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 111-129.

MARCELINO, G. F. Em busca da flexibilidade do estado: o desafio das reformas planejadas no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 3., 1998, Madrid. **Anais...** Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 1998. p. 19.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 232 p.

MARQUES, L. F. A saúde e a espiritualidade: uma integração necessária na terceira idade. In: TERRA, N. L. (Org.). **Envelhecimento bem-sucedido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. cap. 63, p. 455-460.

MASLOW, A. H. Uma teoria da motivação humana. In: BALCÃO, Y.; CORDEIRO, L. L. (Org.). **O comportamento humano na empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1975. cap. 12, p. 337-366.

MATTOS, K. M. C.; MATTOS, K. M. C.; MATTOS, A. Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. **Revista Gestão Industrial**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 109-121, 2005.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 203 p.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 98 p.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas do conhecimento humano. São Paulo: Palas Athena, 2004. 283 p.

MATURANA, H.; VARELA, F. **Autopoiesis and cognition**: the realization of the living Boston studies in the philosophy of science. Dordrecht: D. Reidel, 1980. 72 p.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Montevideo: Icaria, 1993. 148 p.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

MIRAGLIA, A. B. **“Desenvolvimento”, “meio ambiente” e “cultura”**: notas críticas sobre o debate socioambiental indigenista amazônico. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAES, G. de; SERRA, M. A importância e a atualidade do pensamento de E. F. Schumacher. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 1019-1040, nov. 2005.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997. 165 p. (Qualitative Research Methods Series, 16).

MORIN, E. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. cap. 15, p. 274-286.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 120 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000. 118 p.

MORRAL, J. B. **Aristóteles**. 2. ed. Brasília: UNB, 2000. 133 p.

MOROWITZ, H. **Beginnings of cellular life**. Yale: Yale University, 1992. 208 p.

NALLE JÚNIOR, C. **Desenvolvimento regional e políticas públicas**: O caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. 2006. 202 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

NECESSIDADES em Portugal: tradição e tendências emergência. Disponível em:
<http://www.tese.org.pt/Diagnostico/APRESENTACAO_Actividades_Necessidades.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2010.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: IBAMA, 2002. cap. 2, p. 21-26.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.3 7-48, maio/ago. 2002

OLIVEIRA, G. B.; SOUZA-LIMA, J. E. **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007. v. 1, p. 31-43.

OLIVEIRA, M. E. de. **Manfred Max-Neef e Herman Daly**: dois economistas alternativos. Disponível em:<
<http://www.ecodebate.com.br/2010/06/18/manfred-max-neef-e-herman-daly-dois-economistas-alternativos-artigo-de-marcus-eduardo-de-oliveira/>>.
Acesso em: 18 jun. 2010.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 92- 98.

PAULY, E. L. O novo rosto do ensino de teologia no Brasil: números, normas legais e espiritualidade. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 20-35, maio/ago. 2006.

PEREIRA, P. **Necessidades humanas**: subsídio à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000. 215 p.

PEREIRA, V. S.; BARATA-SILVA, A. W. Participação e desenvolvimento: um estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 1 CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh20072008/hdr_20072008_pt_completo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.

PORTAL, L. L. F. et al. Espiritualidade: um potencial a ser desenvolvido. In: TERRA, N. L. (Org.). **Envelhecimento bem-sucedido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. cap. 1, p. 13-22.

PREDEBON, J. **Criatividade**: abrindo o lado inovador da mente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 234 p.

RABENHORST, E. R. A pobreza no direito e a pobreza do direito. **Revista Direito a Liberdade**, Mossoró, v. 4, n. 1, p. 57-66, jul./dez. 2006.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989. 209 p.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E.; AMARAL, V. R. do. Desenvolvimento territorial e políticas públicas: uma análise acerca do programa nacional de produção e uso do biodiesel - Brasil x agricultura familiar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar Del Plata. **Anais...** Mar Del Plata: RED SIAL, 2008. 1 CD-ROM.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2000. 272 p.

REVIERE, R. et al. (Ed.). **Needs assessment**: a creative and practical guide for social scientists. Bristol: T. Francis, 1996. 233 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 336 p.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003. 244 p.

RODRIGUES, M. C. P.. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 23-24, jul. 1993.

RODRÍGUEZ, M. P. **Gestão social do território**: experiências no estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005. 200 p.

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Florianópolis: UFSC, 2005. 232 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SACHS, I. **Desenvolvimento, incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 151 p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993. p. 29-56.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176 p.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o estado do Paraná. 1989. 133 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

SCHLICHTING, H. A.; BARCELOS, V. Concepções de Humberto Maturana sobre ciência e filosofia: contribuições à formação de professores. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO: CONFLUÊNCIAS, 2.; 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. p. 1-13.

SCHRODINGER, E. **What is life? The physical aspect of the living cell:** with, Mind and matter: & Autobiographical sketches. Cambridge: Cambridge University, 1992. 184 p.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno:** um estudo de economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 261 p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

SEN, A. Capability and well-being. In: NUSSBAUM, M. SEN A. K. **The quality of life.** New York: Oxford Clarendon, 1993. chap. 2, p. 30-35.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SEN, A. **Pobreza e fome:** um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999. 360 p.

SEMEGHINI, M. I. C. Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de György Lukács. **Revista Contradictio**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 39-74, 2010.

SMITH, C. Content analysis and narrative analysis. In: REIS, H. T.; JUDD, C. M. (Org.). **Handbook of research methods in social and personality psychology.** Cambridge: Cambridge University, 2000. p. 313-318.

SOLOMON, R. **Espiritualidade para cétricos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 319 p.

STENDL-RAST, D. **Spirituality as common sense.** Washington: Cross Road, 1990. 192 p.

STEINER, R. **Teosofia.** 7. ed. São Paulo: Antroposófica, 2004. 69 p.

STEINER, R. **A ciência oculta.** São Paulo: Antroposófica, 2006. 230 p.

SUNG, J. M. **Economia e espiritualidade:** por um outro mundo mais justo e sustentável. Disponível em: <
<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=15126>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

THOMAS, V. et al. **Qualidade do crescimento**. São Paulo: UNESP, 2002. 298 p.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974. 228 p.

VAITSMAN, J. Subjetividade e paradigma de conhecimento. **Boletim Técnico do SENAC**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 1-9, maio/ago. 1995.

VAZ-FILHO, F. A. **Indicadores de sustentabilidade de comunidades ribeirinhas da Amazônia oriental**. 1997. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

VAZQUEZ-BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 278 p.

VAZQUEZ-BARQUERO, A. **Endogenous development: networking, innovation, institutions and cities**. London: Routledge. 2002. 224 p.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 163 p.

VOLCAN, S. M. A. et al. Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 440-445, fev. 2003.

WILBER, K. **O espectro da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1990. 296 p.

WILBER, K. **O Projeto Atman**. São Paulo: Cultrix, 1999. 305 p.

WOLFENSOHN, J. D. El gasto social es clave. **Clarín**, Buenos Aires, 23 fev.1996. Caderno de economia, p. 4.

ZAMORA, R. et al. El tiempo libre y la recreación: estudio en adolescentes uruguayos. In: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **La salud del adolescente y del joven**. Washington, 1995. p. 533-544.

ZAPATA, T. Desenvolvimento territorial endógeno: conceitos, dimensões e estratégias. In: ZAPATA, T.; AMORIM, M. E.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007. cap. 2, p. 23-61.

ZOHAR, D. **The quantum self**. New York: W. Morrow, 1990. 268 p.

ANEXO

ANEXO A Informações sobre Max-Neef

Polêmico e instigante, o economista e ecologista chileno Manfred Max-Neef afirma que o desenvolvimento só é benéfico ao ser humano quando põe a economia a serviço das pessoas, e não o contrário, chamando a atenção para a necessidade de indicadores de crescimento qualitativo. Suas principais teorias, a das Necessidades Humanas Básicas e a Tese do Umbral, tratam justamente disso. Aspectos como liberdade, afeto, criação e ócio estão entre os fundamentos da primeira, enquanto a segunda estabelece que, a partir de um determinado ponto do crescimento econômico, a queda da qualidade de vida dos cidadãos é inevitável (BUENO, 2010).

Vencedor do Right Livelihood Award, conhecido como Prêmio Nobel Alternativo, Max-Neef atuou como professor de economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley e como professor convidado em diversas localidades dos Estados Unidos e em países da América Latina, onde viveu em comunidades pobres. Ex-reitor, atualmente é professor titular do Departamento de Economia da Universidad Austral de Chile, uma das mais importantes daquele país (BUENO, 2010).

De acordo com Bueno (2010), além do Right Livelihood Award, Max-Neef também ganhou o University Award of Highest Honour, pela Soka University, do Japão, e o Prêmio Nacional pela Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, de seu país de origem, além de ser agraciado com a distinção de *doctor honoris causa* pela Universidade da Jordânia. Max-Neef integra o World Future Council (WFC), conselho de 50 especialistas do mundo todo que estudam soluções para os principais problemas da atualidade.